



VOLUME 2

RELATÓRIO DE CONSOLIDAÇÃO

**DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA
UMA CIDADE SUSTENTÁVEL**

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE CAMPO DO TENENTE
2023



REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE CAMPO DO TENENTE - PR

VOLUME 2

DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA UMA CIDADE SUSTENTÁVEL

CURITIBA

2023



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

PREFEITO MUNICIPAL

Weverton Willian Vizentin

VICE-PREFEITO

João Paulo Negrelli

EQUIPE DE ACOMPANHAMENTO

Aline Galinari Santoro

Elcio Paulo Pinto

Edvaldo Dias dos Santos

Debora Adrieli Justus

Maristela Remboski

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 3.1 – OS 17 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)	19
FIGURA 4.1 – PERÍMETRO URBANO PROPOSTO PARA A SEDE URBANA DO MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE	32
FIGURA 4.2 – PERÍMETRO URBANO PROPOSTO PARA A SEDE URBANA DO MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE – ÁREAS INAPTAS E SUSCETÍVEIS A ALAGAMENTOS	33
FIGURA 4.3 – PROPOSTA DE DIVISÃO DE BAIROS PARA A SEDE URBANA DO MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE	34
FIGURA 4.4 – PERÍMETRO URBANO PROPOSTO PARA O DISTRITO DE LAJEADO DO MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE	35
FIGURA 4.5 – PERÍMETRO URBANO PROPOSTO PARA O DISTRITO DE LAJEADO DO MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE – ÁREAS INAPTAS E SUSCETÍVEIS A ALAGAMENTOS	36
FIGURA 4.6 – MACROZONEAMENTO PROPOSTO PARA O MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE	39
FIGURA 4.7 – ZONEAMENTO PROPOSTO PARA A SEDE URBANA DE CAMPO DO TENENTE	52
FIGURA 4.8 – ZONEAMENTO PROPOSTO PARA O DISTRITO DE LAJEADO DE CAMPO DO TENENTE	53
FIGURA 4.9 – COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO IGUAL A 1,0	68
FIGURA 4.10 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS CENÁRIOS PREVISTOS	74
FIGURA 4.11 – CENÁRIO PROPOSTO DE REESTRUTURAÇÃO DA ÁREA DO CASARÃO	75
FIGURA 4.12 – CENÁRIO PROPOSTO DE REESTRUTURAÇÃO DA ÁREA DE QUADRAS	76
FIGURA 4.13 – CENÁRIO PROPOSTO DE REESTRUTURAÇÃO DA ESQUINA VAZIA	77
FIGURA 4.14 – CENÁRIO PROPOSTO DE REESTRUTURAÇÃO DA ÁREA DE ESQUINAS E REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL	78
FIGURA 4.15 – CENÁRIO PROPOSTO DE REESTRUTURAÇÃO DA ÁREA DO CASARÃO	79

FIGURA 4.16 – CENÁRIO PROPOSTO DE REESTRUTURAÇÃO DA ÁREA DO CASARÃO	79
FIGURA 4.17 – CENÁRIO PROPOSTO DO NOVO PARQUE URBANO	80
FIGURA 4.18 – HIERARQUIA VIÁRIA MUNICIPAL PROPOSTA	83
FIGURA 4.19 – HIERARQUIA VIÁRIA URBANA PROPOSTA – SEDE URBANA	84
FIGURA 4.20 – HIERARQUIA VIÁRIA URBANA PROPOSTA – DISTRITO DE LAJEADO	85
FIGURA 4.21 – PROPOSTA DE CAIXA DE VIA – VIA COMERCIAL – COM CANTEIRO CENTRAL (MIGUEL KOMARCHEWSKI E GABRIEL KAISS)	92
FIGURA 4.22 – PROPOSTA DE CAIXA DE VIA – VIA COMERCIAL – COM ESTACIONAMENTO (MIGUEL KOMARCHEWSKI ENTRE GABRIEL KAISS E ANDRÉ VALENGA)	92
FIGURA 4.23 – PROPOSTA DE CAIXA DE VIA – VIA ARTERIAL – COM CICLOFAIXA E ESTACIONAMENTO (MIGUEL KOMARCHEWSKI)	93
FIGURA 4.24 – PROPOSTA DE CAIXA DE VIA – VIA ARTERIAL (ANDRÉ VALENGA)	93
FIGURA 4.25 – PROPOSTA DE CAIXA DE VIA – VIA ARTERIAL – TRECHOS ESTREITOS (ANDRÉ VALENGA)	94
FIGURA 4.26 – PROPOSTA DE CAIXA DE VIA – VIA COLETORA – COM ESTACIONAMENTO EM AMBOS OS LADOS	94
FIGURA 4.27 – PROPOSTA DE CAIXA DE VIA – VIA COLETORA – COM ESTACIONAMENTO EM UM DOS LADOS (MARIA CLARA B. T. EM FRENTE AO COLÉGIO VICTOR BUSSMANN)	95
FIGURA 4.28 – PROPOSTA DE CAIXA DE VIA – VIA COLETORA – COM ESTACIONAMENTO EM UM LADO	95
FIGURA 4.29 – PROPOSTA DE CAIXA DE VIA – VIAS COLETORAS E VIAS LOCAIS – SEM ESTACIONAMENTO	96
FIGURA 4.30 – PROPOSTA DE CAIXA DE VIA – CALÇADÃO – COM CICLOFAIXA (LUIZ MENELECKI)	96
FIGURA 4.31 – PROPOSTA DE CAIXA DE VIA – CALÇADÃO – SEM CICLOFAIXA (AVELINO RIBAS)	97
FIGURA 4.32 – PROPOSTA DE CAIXA DE VIA – VIA LOCAL – COM CICLOFAIXA (LUIZ MENELECKI)	97

FIGURA 4.33 – NOVO SENTIDO DE VIAS NA SEDE URBANA PROPOSTO	99
FIGURA 4.34 – PERSPECTIVA ESQUEMÁTICA DO CALÇADÃO PROPOSTO	101
FIGURA 4.35 – LOCALIZAÇÃO DO CALÇADÃO PROPOSTO	102
FIGURA 4.36 – REDE CICLOVIÁRIA PROPOSTA – MUNICÍPIO	105
FIGURA 4.37 – REDE CICLOVIÁRIA PROPOSTA – PERÍMETRO URBANO	106
FIGURA 6.1 – ÁREAS DE ZEIS PROPOSTAS EM CAMPO DO TENENTE	116
FIGURA 6.2 – ÁREAS PASSÍVEIS DE APLICAÇÃO DO DIREITO DE PREEMPÇÃO EM CAMPO DO TENENTE	119
FIGURA 6.3 – REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DA OODC	121
FIGURA 6.4 – EXEMPLO DA COBRANÇA DO COEFICIENTE BÁSICO E MÁXIMO PARA COBRANÇA	121
FIGURA 6.5 – ÁREAS PASSÍVEIS DE APLICAÇÃO DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR NA SEDE URBANA DE CAMPO DO TENENTE	123
FIGURA 6.6 – ÁREAS PASSÍVEIS DE APLICAÇÃO DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR NO DISTRITO DE LAJEADO DE CAMPO DO TENENTE	124
FIGURA 6.7 – REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DA TDC	126
FIGURA 6.8 – ÁREAS PASSÍVEIS DE APLICAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR NA SEDE URBANA EM CAMPO DO TENENTE	127
FIGURA 6.9 – ÁREAS PASSÍVEIS DE APLICAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR NO DISTRITO DE LAJEADO EM CAMPO DO TENENTE	128



LISTA DE TABELAS

TABELA 3.1 – TEMÁTICAS E EIXOS PROPOSTOS	22
TABELA 4.1 – PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DAS MACROZONAS DE CAMPO DO TENENTE	70
TABELA 4.2 – PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DAS ZONAS URBANAS DE CAMPO DO TENENTE	71
TABELA 8.1 – PROJEÇÃO DE RECEITAS DO PPA (2022-2025).....	153
TABELA 8.2 – EXEMPLO DE ADAPTAÇÃO DOS VALORES DO PAI AO PPA E RECURSOS DE FONTE DE RECURSOS.....	154
TABELA 8.3 – CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO DE CAMPO DO TENENTE REFERENTE ÀS PROJEÇÕES DE RECEITAS PARA O ANO BASE 2022	156



LISTA DE QUADROS

QUADRO 1.1 – EQUIPE TÉCNICA MULTIDISCIPLINAR	13
QUADRO 3.1 – CORRELAÇÃO ENTRE A POLÍTICA URBANA COM OS ODS.	19
QUADRO 3.2 – DIRETRIZES DO EIXO 1 – REESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL	23
QUADRO 3.3 – DIRETRIZES DO EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	24
QUADRO 3.4 – DIRETRIZES DO EIXO 3 – HABITAÇÃO	25
QUADRO 3.5 – DIRETRIZES DO EIXO 4 – INFRAESTRUTURA	26
QUADRO 3.6 – DIRETRIZES DO EIXO 5 – EQUIPAMENTOS.....	27
QUADRO 3.7 – DIRETRIZES DO EIXO 6 – REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA	27
QUADRO 4.1 – CLASSIFICAÇÃO DOS USOS EM CAMPO DO TENENTE	55
QUADRO 4.2 – USOS PERMITIDOS E PERMISSÍVEIS NAS MACROZONAS DE CAMPO DO TENENTE	64
QUADRO 4.3 – USOS PERMITIDOS E PERMISSÍVEIS NAS ZONAS URBANAS DE CAMPO DO TENENTE	66
QUADRO 4.4 – CLASSIFICAÇÃO E FUNÇÃO DE VIAS	86
QUADRO 5.1 – AÇÕES DO EIXO 1 – REESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL	108
QUADRO 5.2 – AÇÕES DO EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL..	110
QUADRO 5.3 – AÇÕES DO EIXO 3 – HABITAÇÃO	111
QUADRO 5.4 – AÇÕES DO EIXO 4 – INFRAESTRUTURA	112
QUADRO 5.5 – AÇÕES DO EIXO 5 – EQUIPAMENTOS	113
QUADRO 5.6 – AÇÕES DO EIXO 6 – REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA	114
QUADRO 7.1 – RELAÇÃO ENTRE OS EIXOS, SÍNTESE DOS OBJETIVOS E LINHAS TEMÁTICAS DE CAMPO DO TENENTE	131
QUADRO 7.2 – AÇÕES DO EIXO 1 – REESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL.....	137
QUADRO 7.3 – AÇÕES DO EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.	142
QUADRO 7.4 – AÇÕES DO EIXO 3 – HABITAÇÃO.....	143
QUADRO 7.5 – AÇÕES DO EIXO 4 – INFRAESTRUTURA	144
QUADRO 7.6 – AÇÕES DO EIXO 5 – EQUIPAMENTOS.....	148



QUADRO 7.7 – AÇÕES DO EIXO 6 – REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA

..... 151

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
1 IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA.....	13
2 INTRODUÇÃO	15
3 CAMPO DO TENENTE DOS PRÓXIMOS 10 ANOS.....	17
3.1 CAMPO DO TENENTE E OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) E DA NOVA AGENDA URBANA (NAU)	18
3.2 EIXOS TEMÁTICOS E DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	22
3.2.1 Eixo 1 – Reestruturação territorial	23
3.2.1 Eixo 2 – Desenvolvimento sustentável	24
3.2.1 Eixo 3 – Habitação	24
3.2.1 Eixo 4 – Infraestrutura	25
3.2.1 Eixo 5 – Equipamentos e Serviços Públicos	26
3.2.1 Eixo 6 – Reestruturação administrativa	27
4 DIRETRIZES DE REORDENAMENTO TERRITORIAL.....	28
4.1 PERÍMETRO URBANO	28
4.2 MACROZONEAMENTO MUNICIPAL	37
4.3 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO	46
4.3.1 Zoneamento urbano	46
4.3.2 Classificação dos usos para o zoneamento urbano	54
4.3.3 Parâmetros de uso do solo.....	64
4.3.4 Parâmetros de ocupação do solo da sede urbana	68
4.3.5 Cenários e projetos previstos	73
4.4 MOBILIDADE URBANA E SISTEMA VIÁRIO	81
4.4.1 Hierarquização viária.....	82
4.4.2 Alteração de sentido de vias	98
4.4.3 Implementação de Calçadas	100
4.4.4 Estruturação da Rede Cicloviária	103
5 AÇÕES ESPECÍFICAS PARA AS DIRETRIZES DE DESENVOLVIMENTO	107



6	DEFINIÇÃO DOS INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	115
6.1	ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL (ZEIS)	115
6.2	ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (EIV) E ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA).....	117
6.3	DIREITO DE PREEMPÇÃO	117
6.4	IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO.....	120
6.5	OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR	120
6.6	TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR	125
7	PLANO DE AÇÕES E INVESTIMENTOS DO PLANO DIRETOR...129	
8	ORIENTAÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE AÇÕES E INVESTIMENTOS	152
8.1	ADEQUAÇÃO DO PAI AO PPA (2022-2025).....	153
9	CONSIDERAÇÕES.....	158
	REFERÊNCIAS.....	159



APRESENTAÇÃO

O presente documento foi elaborado pela Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná (FUPEF), como parte dos produtos integrantes do Contrato 001/2022 celebrado entre a FUPEF e a Prefeitura Municipal de Campo do Tenente - PR. Refere-se à entrega do consolidado denominado **Volume 2 – Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável**, conforme o cronograma do Plano de Trabalho, visando reunir e avaliar informações, seguindo as diretrizes propostas na Lei Federal nº 10.257/01, que institui o Estatuto da Cidade.

Curitiba, 22 de maio de 2023

Prof. Dr. Eduardo Ratton
Coordenador Geral do Projeto

1 IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

A revisão do Plano Diretor de Campo do Tenente está sendo desenvolvida por um corpo técnico multidisciplinar, experiente em estudos de planejamento urbano, envolvendo profissionais de diversas áreas do conhecimento e abrangendo as variadas disciplinas envolvidas na completude das análises previstas. Os profissionais integrantes da equipe técnica estão nominados, com suas respectivas formações e registros profissionais, conforme apresentado no QUADRO 1.1.

QUADRO 1.1 – EQUIPE TÉCNICA MULTIDISCIPLINAR

Nome	Formação Profissional	Atividades/ Função no Projeto
EDUARDO RATTON CREA-PR: 7657-D ART: 1720223722662	Engenharia Civil M. Sc. Geotecnia Dr. Geotecnia	Coordenação Geral
FLÁVIA ALINE WAYDZIK CREA-PR:141030-D ART: 1720224285908	Engenharia Civil Esp. em Eng. Logística e de Operações M.Sc. Eng. de Produção	Coordenação Executiva
AMANDA CHRISTINE GALLUCCI SILVA CREA-PR:109275-D ART: 1720224272245	Engenharia Civil M. Sc. Geotecnia	Análise de Uso e Ocupação do Solo
ANA GABRIELA TEXEIRA CAU-PR: A182428-7 ART: SI12263407I00CT001	Arquitetura e Urbanismo Mestranda em Planejamento Urbano	Planejamento Urbano
CAROLINA CARONE MARTINS OAB: 109704-PR	Direito Pós-graduanda em Direito Constitucional	Legislações e procedimentos administrativos
CRISTHYANO CAVALI DA LUZ CREA-PR: 109275-D	Engenharia Civil M. Sc. Geociências Doutorando em Geotecnia	Plano de Ação e Investimentos
DONIZETI ANTONIO GIUSTI CREA: SP 63947-D	Geólogo M. Sc. Geociências Dr. Geociências e Meio Ambiente	Levantamentos Geológicos e Hidrogeológicos
DYEISON MLNEK CREA-PR: 162790-D ART: 1720226245172	Eng. Cartográfica e Agrimensura M. Sc. Eng. Florestal	Cartografia Geral
HERMES EDUARDO NICHELE CAU-PR: A193914-9 ART: SI12263129I00CT001	Arquitetura e Urbanismo Mestrando em Planejamento Urbano	Avaliação da Expansão Urbana e Gestão Urbana do Município

Nome	Formação Profissional	Atividades/ Função no Projeto
LARISSA MILENA PINTO PARRA CREA-PR: 197078-D	Eng. Cartográfica e de Agrimensura Esp. em Gestão Ambiental Mestranda em Desastres Naturais	Cadastro dos elementos viários e Cartografia geral
LUCAS MONTEIRO DILDEY OAB: 86707-PR CREA-PR: 170418-D ART: 1720225279421	Direito Engenharia Civil Esp. Direito Ambiental Mestrando em Engenharia de Recursos Hídricos e Ambientais	Legislações e procedimentos administrativos
MARIA PAULA BECK CAU-PR: 279979-0 ART: SI12263044I00CT001	Arquitetura e Urbanismo Mestrando em Planejamento Urbano	Planejamento Urbano
MATHEUS DOS SANTOS CABRAL CAU-MS: A145092-1 SI12613268I00CT001	Arquitetura e Urbanismo Esp. Planejamento de Cidades Mestrando em Planejamento Urbano	Planejamento e Gestão Urbana
MAURO LACERDA SANTOS F CREA-PR: 8043-D	Engenharia Civil M. Sc. Eng. Estruturas Dr. Eng. Estruturas	Cidades Sustentáveis
PHILIPPE RATTON CREA-PR: 108813-D ART: 1720224231158	Engenharia Civil M. Sc.; Dr. Engenharia de Recursos Hídricos e Ambiental	Avaliação das condições gerais
ROBERTO GREGÓRIO SILVA JR. CREA-PR: 9320-D	Engenharia Mecânica M. Sc. Administração Dr. Administração	Mobilidade Urbana
SANDRA MARTINS RAMOS CRBio 66547/07-D ART: 07-2995/22	Bióloga Especialista em Biodiversidade, Conservação e Manejo de Rec. Naturais M. Sc. Ecologia Dra. Geologia	Conservação Ambiental
VILMA MACHADO CRB-PR: 1.563/O	Biblioteconomia Esp. Gestão da Informação e Inovações Tecnológicas Esp. Gestão, Docência e Tutoria em Educação à Distância M.Sc. Gestão de Políticas Públicas Doutoranda em Gestão da Informação	Edição de Relatórios

2 INTRODUÇÃO

O Plano Diretor de Campo do Tenente, nos termos da Lei nº10.257 de 2001, deve ser o instrumento de gestão, contínua e básica, da política de expansão urbana e do desenvolvimento do município, tendo por finalidade:

- I. estabelecer as diretrizes e as metas globais e setoriais, bem como referência obrigatória para a ação do poder público e da sociedade civil nas questões de interesse local e, mais especificamente, para a formulação e a aprovação dos instrumentos de implementação do Plano Diretor; e
- II. promover o aperfeiçoamento da legislação de uso e da ocupação dos solos urbano e rural, visando ordenar a plena realização das funções sociais do município e garantir a qualidade de vida da população, considerando a promoção da equidade social, da eficiência administrativa e da qualidade ambiental.

Além disso, o Plano Diretor aplica-se em toda a sua extensão territorial, e definirá:

- I. a função social da propriedade;
- II. os objetivos e diretrizes gerais de desenvolvimento urbano e rural do Município;
- III. as políticas públicas de desenvolvimento urbano rural;
- IV. as políticas, programas, leis e ações estratégicas;
- V. o processo de planejamento, acompanhamento e revisão do Plano Diretor;
- VI. o disciplinamento do parcelamento e implantação de loteamentos, assim como do uso e da ocupação do solo urbano;
- VII. a delimitação do perímetro urbano;
- VIII. a definição do zoneamento urbanístico;
- IX. a estruturação de instrumentos de planejamento;
- X. o estabelecimento de fundos de investimentos dos recursos do potencial construtivo;
- XI. a proposição de diretrizes de drenagem e coleta e destinação final de resíduos sólidos;

- XII. a estruturação do plano plurianual e diretrizes orçamentárias;
- XIII. a indicação de políticas, programas e projetos setoriais ou de bairros;
- XIV. a formulação do código de edificações e posturas;
- XV. a formulação do código de meio ambiente;
- XVI. o estabelecimento de programas de desenvolvimento econômico e social.
- XVII. a proposição de gestão democrática da cidade.

Diante desse contexto, o Plano Diretor do município de Campo do Tenente-PR tem como objetivo definir as **Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável**, através do levantamento e da análise de dados, buscando conhecer em profundidade os principais aspectos relacionados ao município, de forma a melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, reduzir as desigualdades sociais, promover a gestão democrática e a preservação e recuperação do ambiente natural e construído.

Assim, esse volume é composto pelos itens estabelecidos pelo Termo de Referência, a saber:

- i. Campo do Tenente nos próximos 10 anos;
- ii. Diretrizes para o (re)ordenamento territorial;
- iii. Ações específicas para as diretrizes definidas;
- iv. Definição dos instrumentos urbanísticos;
- v. Plano de Ações e Investimentos;
- vi. Orientação para implantação do Plano de Ações e Investimentos.

Portando, o presente volume visa a definir as diretrizes do (re)ordenamento territorial, tendo em vista as deficiências e potencialidades encontradas através da Análise Temática Integrada (ATI), e a propor novos parâmetros de ocupação através da redefinição do macrozoneamento e do zoneamento urbano. Além disso, deve definir propostas específicas para os diferentes eixos temáticos apresentados, bem como definir quais instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) serão passíveis de utilização. Por fim, a análise da capacidade financeira do município frente às propostas apresentadas.

3 CAMPO DO TENENTE DOS PRÓXIMOS 10 ANOS

O horizonte de planejamento definido para o Plano Diretor é de 10 anos. No entanto, o desenvolvimento das propostas de ações para os anos futuros não deve se dar de modo individualizado, mas devem ser avaliadas através do envolvimento dos diversos atores que integram o desenvolvimento da cidade de forma efetiva. Portanto, esta proposta deve ser construída de modo participativo, com a participação da equipe técnica municipal, da equipe da consultoria e com a comunidade.

O vislumbre do futuro da cidade deve estar incorporado à identificação de estratégias que permitam apontar as “possibilidades de encaminhamentos, direcionando as potencialidades” que o município possui, como consta no “Guia para a elaboração de Planos Diretores” (BRASIL, 2017, p.15) e, mais do que isso, o debate acerca do planejamento urbano deve ser fomentado de forma a alinhar o enfrentamento das problemáticas previamente identificadas à visão futura consolidada para o território, sobretudo, caso a pauta ainda não tenha sido levantada em meio à comunidade.

Valendo-se de diversas reuniões técnicas, oficinas e audiências que ocorreram no desenvolvimento da Análise Temática Integrada, foi possível identificar e desenvolver uma visão de futuro para o município de Campo do Tenente. Dentre os principais pontos considerados pelas propostas, destaca-se o potencial turístico do município, a consolidação da área urbana, a efetivação do uso dos parâmetros do solo delimitados pela lei, a preservação do meio ambiente, a geração de empregos para melhorar a qualidade de vida da cidade, dentre outros.

No âmbito urbano, a prospecção vislumbra o desenvolvimento de uma cidade compacta e integrada, na qual os vazios urbanos passam a ser bem ocupados e os parâmetros de uso e ocupação do solo respeitados. A conexão com as rodovias e as diretrizes propostas vislumbram melhorias no escoamento da produção agrícola, assim como, no trânsito interno, evitando o transporte de cargas pesadas nas vias centrais.

Pretende-se criar eixos de desenvolvimento de serviços e apoio às indústrias nas margens das rodovias, priorizando as áreas urbanas para o desenvolvimento de outras atividades.

Além disso, com a intenção de atrair novas indústrias é previsto o aumento da Zona Industrial, assim como de macrozonas para uma expansão futura, de forma que a área seja ocupada de forma ordenada, passo a passo.

Da mesma forma, para delimitar o perímetro urbano, impedindo que novos parcelamentos ocorram na área exterior ao perímetro, pretende-se incentivar o parcelamento e a ocupação nas áreas internas ao perímetro, ocupando os vazios urbanos já bem servidos de infraestrutura, além da urbanização e da regularização fundiária nos locais que se demonstrem essa necessidade.

Além disso, para promover a qualidade ambiental e a melhoria da qualidade de vida na sede urbana, integrando os diferentes pontos da cidade e fomentando outros modais viários, cria-se uma zona de recreação e de preservação ambiental no sentido sudoeste- nordeste, ao longo da área de banhado do afluente direto do Rio Campo do Tenente.

Deseja-se criar uma cidade integrada, com acesso a ciclofaixas e ciclorrotas que possam potencializar o ecoturismo conectando as localidades rurais, com maior oferta de empregos e que potencialize o desenvolvimento e o crescimento de forma sustentável. Busca-se compor uma cidade sustentável que atenda aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como apresentado no tópico a seguir.

3.1 CAMPO DO TENENTE E OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) E DA NOVA AGENDA URBANA (NAU)

A preservação do meio ambiente aliado ao desenvolvimento, têm sido foco dos acordos internacionais firmados entre diversos países nas últimas décadas. O Brasil é signatário de todas as convenções internacionais desta temática e membro das Nações Unidas, tornando-se, assim, responsável pelo cumprimento dos acordos na integralidade do território nacional.

Dentre estes acordos estão os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), elaborados através dos resultados obtidos na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

Para aplicar tais objetivos a nível municipal é recomendação do “Guia para a elaboração de planos diretores” que os municípios alinhem suas estratégias, diretrizes e propostas de seus planos diretores (BRASIL, 2019).

Assim, os objetivos traçados contemplam um plano de ação de 17 objetivos e 169 metas que devem ser atingidos até 2030 (ONU, 2015; BRASIL, 2019). Os 17 objetivos estão ilustrados na FIGURA 3.1.

FIGURA 3.1 – OS 17 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)



Fonte: ONU (2015).

O QUADRO 3.1 relaciona os ODS com as possibilidades de ação do Plano Diretor nas quais Campo do Tenente deverá atuar.

QUADRO 3.1 – CORRELAÇÃO ENTRE A POLÍTICA URBANA COM OS ODS

	<p>O objetivo 1 está relacionado com a garantia da qualidade de vida, da justiça social e do acesso à cidade pela população de baixa renda, assim como com possibilitar a geração de emprego e renda e aplicar programas de assistência para a população vulnerável que implicam diretamente na erradicação da pobreza. No município de Campo do Tenente, o objetivo em questão direciona-se à regularização fundiária e ao acesso à terra, à moradia digna, à urbanização de áreas precárias, à reestruturação das áreas de ZEIS e à geração de empregos através do planejamento municipal sustentável.</p>
--	--

<p>2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL</p> 	<p>Implica diretamente no aumento dos investimentos em tecnologia, infraestrutura, manutenção de vias de escoamento, crescimento da produtividade, combate à má nutrição com conscientização alimentar e ampliação da integração, armazenamento e melhoria do escoamento. No município de Campo do Tenente, esse objetivo está relacionado ao estímulo do desenvolvimento industrial e ordenação do uso e ocupação do solo urbano e rural, bem como ao incentivo à agricultura sustentável, além de estratégias de conscientização sobre nutrição alimentar, do apoio aos produtores locais e à permanência destes na área rural.</p>
<p>3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR</p> 	<p>O terceiro objetivo busca garantir o acesso à saúde com qualidade de vida por todos os munícipes de todas as idades. Este objetivo está diretamente ligado com a redução dos índices de mortalidade, combate a epidemias, entre outros. No município em questão, este objetivo está relacionado à disponibilização de equipamentos e serviços públicos de saúde, esportes e lazer, com foco no incremento ao acesso à saúde, criando estratégias de atendimento e deslocamento às UBS e melhoria da qualidade dos serviços prestados.</p>
<p>4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE</p> 	<p>Segundo a ONU (2022), este objetivo está ligado à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, bem como, com a promoção de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida. As ações específicas do plano diretor devem estar relacionadas à garantia do acesso à educação básica, na igualdade de acesso entre meninos e meninas, no fomento da profissionalização de jovens e adultos, além de relacionar-se diretamente com a adequação das infraestruturas físicas de aprendizagem e a qualificação dos professores.</p>
<p>5 IGUALDADE DE GÊNERO</p> 	<p>O quinto objetivo busca promover a igualdade de gênero garantindo o acesso aos serviços públicos, às infraestruturas e às políticas de proteção social para mulheres, bem como, incentivar a igualdade de gênero através da representatividade das mulheres no planejamento e uso do espaço urbano e através de políticas públicas específicas voltadas à integridade das mulheres e meninas, sobretudo àquelas em situação de vulnerabilidade.</p>
<p>6 ÁGUA LIMPA E SANEAMENTO</p> 	<p>O objetivo seis garante o acesso à disponibilidade de água potável e gestão sustentável da água e do saneamento para todos. As ações, portanto, devem estar ligadas à implementação de redes de saneamento e drenagem no município, tendo em vista o manejo sustentável e a preservação ambiental dos rios, das áreas mais fragilizadas e de manancial, assim como a saúde e bem-estar dos moradores de Campo do Tenente.</p>
<p>7 ENERGIA ACESSÍVEL E LIMPA</p> 	<p>O sétimo objetivo busca garantir o acesso à diferentes fontes de energia para todos, principalmente as renováveis, eficientes e não poluentes. Este objetivo deve ser realizado através de incentivos à população e programas de implementação destas alternativas de obtenção de energia limpa nas residências e de opções sustentáveis nos prédios públicos e indústrias, por exemplo.</p>
<p>8 EMPREGO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÔMICO</p> 	<p>Objetivo que deve promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, assim como o emprego pleno e produtivo através do trabalho digno ofertado a todos. No município de Campo do Tenente, as ações devem prever situações que atraíam novas possibilidades de emprego no município. Além disso, a oferta de empregos deve ser manejada através do desenvolvimento de programas, ações e estratégias que promovam a capacitação profissional e geração de renda, partindo do equilíbrio financeiro e de um ambiente competitivo para os negócios.</p>

<p>9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA</p>	<p>Neste objetivo se busca construir infraestruturas resilientes com industrialização sustentável, inovadora e inclusiva. Esta estratégia alinha-se com a anterior em Campo do Tenente, uma vez que a atração de novos investimentos demanda a capacitação de profissionais locais, o controle e o incentivo a alternativas produtivas, bem como, a demarcação de áreas destinadas ao desenvolvimento industrial.</p>
<p>10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES</p>	<p>A redução das desigualdades deve ser considerada um dos principais objetivos do Plano Diretor Municipal, uma vez que todas as demais ações de desenvolvimento sustentável culminam na redução das desigualdades, pois é o indicador direto da qualidade de vida e bem-estar social e é alcançada através da redução da fome, do aumento da oferta de empregos, melhorias de infraestrutura, acesso à educação e outros.</p>
<p>11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS</p>	<p>O objetivo 11 busca tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. Neste item se busca promover o acesso de todos à habitação segura, adequada e acessível, bem como aos transportes, à urbanização, dentre outros. Em Campo do Tenente este objetivo se associa com políticas públicas de acesso à habitação e à mobilidade urbana, com nova hierarquização viária que possibilite o pleno fluxo na sede urbana e na área rural.</p>
<p>12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS</p>	<p>Garantir o consumo e padrões de produção que sejam sustentáveis envolve a gestão sustentável dos recursos naturais, o manejo ambiental correto de produtos nocivos, dentre outros.</p>
<p>13 COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS</p>	<p>Adotar medidas para combater as alterações climáticas está diretamente associado à redução das emissões no município, assim como ao correto manejo dos resíduos e à promoção da reciclagem, dentre outros. Em Campo do Tenente, tal objetivo relaciona-se com a promoção da gestão sustentável dos resíduos sólidos, e planejamento de campanhas de adesão da população à separação de resíduos recicláveis.</p>
<p>14 VIDA DEBAIXO D'ÁGUA</p>	<p>Conservar e proteger os recursos hídricos é um ponto crucial ao desenvolvimento sustentável das cidades. Assim, é de fundamental relevância que Campo do Tenente promova ações para cessar a emissão de resíduos poluentes na rede de drenagem, traçando estratégias de combate à poluição dos rios, redução do lixo, dentre outros.</p>
<p>15 VIDA SOBRE A TERRA</p>	<p>Proteger os ecossistemas terrestres também é de fundamental importância. Em Campo do Tenente, estas questões estão envolvidas, sobretudo, com a preservação das áreas de fragilidade e vulnerabilidade ambiental, nascentes e Unidades de Conservação. Assim, é necessário proteger estes locais impedindo o avanço da ocupação sobre estas áreas.</p>
<p>16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES FORTES</p>	<p>No município, o objetivo 16 deve estar diretamente ligado com ações de redução da violência e com o fortalecimento das instituições democráticas, assim como com a integração das secretarias para o bom funcionamento administrativo municipal.</p>

17 PARCEIRIAS
EM PROL
DAS METAS

O objetivo busca ampliar as parcerias nacionais e internacionais entre União, Estados, Municípios, consórcios e parcerias público-privadas, para a possibilitação de aplicação das diferentes propostas previstas pela Revisão do Plano Diretor, objetivando alcançar as estratégias e ações por ele definidas, sobretudo nos âmbitos da estruturação viária, transporte intermunicipal, segurança e turismo.

Fonte: ONU (2015); FUPEF (2022).

3.2 EIXOS TEMÁTICOS E DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Com o objetivo de estabelecer as estratégias de desenvolvimento para os próximos dez anos em Campo do Tenente, os objetivos do desenvolvimento municipal que haviam sido produzidos através da síntese da Análise Temática Integrada (ATI) foram agrupados segundo temáticas e eixos propostos. A metodologia para a escolha dos grupos teve como base a seleção de temáticas essenciais para o município, dentro de capacidades temporais, administrativas e financeiras. Desse modo, os eixos foram elaborados com base na identificação dos fatores determinantes para o desenvolvimento sustentável de Campo do Tenente. A TABELA 3.1 traz a identificação dos eixos a partir e três temáticas.

TABELA 3.1 – TEMÁTICAS E EIXOS PROPOSTOS

Temáticas	Eixos propostos
Aspectos de reordenamento territorial e ambiental	Reestruturação territorial
	Desenvolvimento sustentável
	Habitação
Aspectos de atendimento à população	Infraestrutura
	Equipamentos e Serviços Públicos
Aspectos administrativos	Reestruturação administrativa

Fonte: FUPEF (2022).

Os eixos servem como guias temáticos do desenvolvimento, sendo que para cada eixo serão definidas diretrizes que devem ser caracterizadas pela orientação clara desses objetivos, por meio de instruções e indicações. A partir das diretrizes, são configuradas ações, que se referem à especificação das atividades necessárias para a execução daquelas. Posteriormente, essas ações serão divididas nos recortes temporais de curto (dois anos), médio (cinco anos) e longo

(dez anos) prazo, além de serem priorizadas em alta, média e baixa prioridade e serem previstos custos, fontes de recursos e órgãos responsáveis para a aplicação das ações previstas.

As subseções a seguir descrevem as características de cada eixo e suas respectivas diretrizes propostas.

3.2.1 Eixo 1 – Reestruturação territorial

O eixo reestruturação territorial refere-se às ações que deverão alterar a forma como ocorre a divisão territorial de perímetros, zonas, entre outros. Refere-se à organização do território municipal, contemplando de igual modo a área urbana e a área rural, baseando-se primordialmente no uso do solo. A análise das CDPs (condicionantes, deficiência e potencialidades) auxiliou na delimitação de diretrizes voltadas para a delimitação de usos, ao direito à moradia e à abrangência do avanço antrópico sobre o território.

Nesse sentido, várias ações propostas nesse eixo, assim como a diretriz base, têm como objeto final as alterações nas legislações e normativas para o uso do solo municipal. Isso é complementado por programas e planos de aspectos específicos do território, a redefinição de instrumentos urbanísticos e também ações propostas, inclusive, no presente plano, como a revisão do zoneamento urbano.

O QUADRO 3.2 traz, portanto, as duas diretrizes definidas para o Eixo 1 – Reestruturação territorial, de modo a subsidiar o desenvolvimento de Campo do Tenente, com a atualização e revisão das normativas atualmente vigentes.

QUADRO 3.2 – DIRETRIZES DO EIXO 1 – REESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL

Diretrizes do Eixo 1 – Reestruturação territorial

Reordenar o uso do solo por meio de macrozoneamento, do zoneamento urbano, da reestruturação do sistema viário e da adequação dos parâmetros e da lei de uso e ocupação do solo e adequar o ordenamento do solo às legislações pertinentes, aos usos existentes, permitidos e potenciais para o desenvolvimento sustentável da cidade.

Preservar o meio ambiente através da proteção e preservação dos recursos hídricos, a vegetação nativa, fortalecendo e ampliando os programas de educação ambiental, as redes e sistemas de fiscalização e monitoramento do desmatamento e da poluição e fomentando ações de proteção e recuperação ambientais.

Fonte: FUPEF (2022).

3.2.1 Eixo 2 – Desenvolvimento sustentável

O desenvolvimento sustentável das cidades é um dos maiores objetivos da revisão do Plano Diretor. Este eixo, portanto, relaciona-se com aspectos que alinhem o estímulo às atividades produtivas locais com a preservação do meio ambiente, ou seja, considerando as dimensões da sustentabilidade (econômica, social e ambiental). O município de Campo do Tenente possui representativa produção de soja e frango de corte, bem como a produção florestal, de pesca e aquicultura, além do comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas. Há, ainda, potencial para turismo rural e religioso e desenvolvimento do eixo industrial e de serviços.

Assim, nesse eixo são sugeridas diretrizes de fortalecimento dos setores de produção, por meio da estrutura administrativa municipal, ou seja, as secretarias e conselhos, aliados aos sindicatos, associações, agentes estaduais, institutos, universidades, centros de apoio e organizações não governamentais. Esse estímulo concretiza-se, portanto, a partir de campanhas, investimentos e/ou acordos.

O QUADRO 3.3 apresenta as duas diretrizes definidas para o Eixo 2 – Desenvolvimento sustentável.

QUADRO 3.3 – DIRETRIZES DO EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Diretrizes do Eixo 2 – Desenvolvimento sustentável
Promover o desenvolvimento sustentável da área rural e das comunidades tradicionais, incentivando e apoiando os produtores e preservando as tradições e reconhecendo sua identidade e localização espacial.
Incentivar o desenvolvimento do ecoturismo e do turismo religioso e cultural.

Fonte: FUPEF (2022).

3.2.1 Eixo 3 – Habitação

A necessidade de um eixo dedicado particularmente ao tema do direito à moradia digna é reflexo da problemática que esse elemento do espaço urbano apresenta nos municípios brasileiros, como ocorre também em Campo do Tenente. São considerados nesse eixo, portanto, as ações específicas que serão dedicadas

ao ordenamento territorial, e de desenvolvimento de programas de produção e regularização habitacional.

Após a definição das diretrizes, as ações propostas deverão contemplar programas e ações de articulação com vistas ao apoio à solução do *déficit* habitacional, assim como a fiscalização e a contínua atuação do município na construção de uma cidade mais justa no que tange a moradia. Assim, o QUADRO 3.4 contempla a diretriz geral sugerida para o eixo da habitação.

QUADRO 3.4 – DIRETRIZES DO EIXO 3 – HABITAÇÃO

Diretrizes do Eixo 3 – Habitação
Garantir o acesso à moradia adequada, ao direito à cidade, promovendo ações para sanar o déficit habitacional no município e promover a melhoria da qualidade de vida dos munícipes com moradias em situação de precariedade habitacional.

FONTE: FUPEF (2022).

3.2.1 Eixo 4 – Infraestrutura

Os componentes que devem garantir qualidade de abastecimento, saneamento, acessos, mobilidade para os cidadãos, entre outros, constituem as redes de infraestrutura do município e são contemplados no respectivo eixo. Alguns desses elementos estão sob a esfera da administração municipal, como é o caso da infraestrutura de vias municipais e da iluminação pública, enquanto outros são administrados por concessionárias, como a rede de abastecimento de água e de energia elétrica. Sugerem-se, portanto, diretrizes que abranjam tanto investimentos e atuação direta do município quanto articulações com esses entes externos.

Desse modo, visando a garantia da consolidação de espaços públicos de circulação, são incluídas diretrizes (QUADRO 3.5) que envolvem alternativas de ações de infraestrutura para o transporte urbano e rural, bem como alternativas para reestruturação viária, como no caso da interseção entre a Avenida Miguel Komarchewski e a Rua Gabriel Kaiss. No mesmo sentido, a implantação de malha cicloviária, de um terminal rodoviário, de sinalização e regulamentação de estacionamentos no Centro, bem como a promoção de melhorias nas calçadas deve se integrar à articulação de parcerias na implementação da infraestrutura

urbana de modo a garantir a plena acessibilidade no espaço urbano e rural do município.

Ainda são consideradas ações destinadas ao atendimento pleno de infraestruturas básicas, como abastecimento de água, drenagem, rede de esgoto, iluminação pública e coleta de lixo. São problemas de abrangência identificados na Análise Temática Integrada e requerem diretrizes específicas para estabelecer o atendimento integral desses serviços, sobretudo no tecido urbanizado.

QUADRO 3.5 – DIRETRIZES DO EIXO 4 – INFRAESTRUTURA

Diretrizes do Eixo 4 – Infraestrutura

Garantir a mobilidade urbana e rural, o acesso à cidade, a acessibilidade à toda a população e promover iniciativas e alternativas de acesso ao transporte público e metropolitano, além de iniciativas que priorizem os modais não motorizados e que garanta o acesso facilitado entre as mais diversas regiões do município.

Garantir o atendimento universal dos moradores pela rede de infraestrutura básica, aumentar as extensões de rede e qualidade dos serviços prestados em todas as infraestruturas de responsabilidade municipal e o correto destino dos resíduos produzidos pelos municípios, protegendo o meio ambiente e priorizando alternativas sustentáveis.

Fonte: FUPEF (2022).

3.2.1 Eixo 5 – Equipamentos e Serviços Públicos

Os equipamentos direcionam-se aos conjuntos de edificações e de estrutura organizacional das áreas de lazer, saúde, educação, patrimônio, cultura, segurança pública e assistência social. São elementos alocados em um eixo próprio, similarmente às infraestruturas, de modo que são sugeridas ações específicas e, conseqüentemente, diretrizes próprias. Esses componentes se dividem na responsabilidade municipal e de outros entes federativos e demandam investimentos próprios, além de articulações da gestão de Campo do Tenente com os órgãos regionais, metropolitanos, estaduais e federais.

No QUADRO 3.6 é apresentada uma diretriz geral que deve englobar ações estratégicas e específicas de expansão no atendimento à saúde, no tratamento de resíduos, bem como a expansão do acesso ao lazer através da conformação das áreas de várzea abandonadas em áreas de lazer e de implantação de pista de motocross, por exemplo. São também sugeridas ações voltadas à reestruturação dos equipamentos de educação e assistência social e à segurança pública, com a

implementação do parque de monitoramento por câmeras. Por fim, proposta de implantação do calçadão de feiras contempla simultaneamente as esferas econômica, promovendo o comércio local; de lazer e turismo. Todas as ações previstas foram sintetizadas nas diretrizes descritas a seguir.

QUADRO 3.6 – DIRETRIZES DO EIXO 5 – EQUIPAMENTOS

Diretrizes do Eixo 5 – Equipamentos

Garantir o acesso universal à saúde, educação, assistência social, segurança, esporte, lazer e cultura por todos os munícipes expandido a rede de atendimento, construindo novos equipamentos, incrementando e melhorando equipamentos e sistemas existentes e realizando manutenções necessárias.

Fonte: FUPEF (2022).

3.2.1 Eixo 6 – Reestruturação administrativa

A atuação rotineira do poder público sobre as necessidades da população concretiza-se através do componente de gestão constituído pela organização administrativa, de modo que este eixo reúne diretriz específica relativa à melhoria dos aspectos burocráticos voltados a esse objetivo. Assim, com o objetivo de incrementar a gestão municipal eficaz, sugere-se, no QUADRO 3.7, uma diretriz global que envolve a esfera de direta responsabilidade do município e a esfera de atuação conjunta com outros entes.

As ações propostas visam, essencialmente, o bom funcionamento das secretarias e conselhos, em suas estruturas físicas e de corpo de trabalho internas e também no atendimento às problemáticas do município, de modo a compatibilizar o seu funcionamento integrado. Contempla-se também a fiscalização e acompanhamento da implantação de novos loteamentos, atividade que articula objetivos entre o poder público e entes externos.

QUADRO 3.7 – DIRETRIZES DO EIXO 6 – REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA

Diretrizes do Eixo 6 – Reestruturação administrativa

Manter as estruturas das secretarias em funcionamento, bem como, reestruturar e sistematizar digitalmente o funcionamento interno das diferentes secretarias e seus respectivos bancos de dados de forma a gerar integração e acesso às diversas informações dos diversos cadastros, gerar agilidade, facilitar processos e diminuir a burocracia do dia-a-dia.

Fonte: FUPEF (2022).

4 DIRETRIZES DE REORDENAMENTO TERRITORIAL

O Plano Diretor tem como um dos principais aspectos a serem planejados e definidos o reordenamento territorial do espaço municipal. Através da identificação das necessidades, mudanças propostas e da vocação das diferentes áreas e a partir do estabelecimento de diretrizes específicas torna-se de fundamental relevância propor um novo reordenamento territorial do município e da sede urbana.

Por meio do diagnóstico, das consultas à população e da construção do planejamento estratégico, determinaram-se os itens que compõem e devem promover esse reordenamento, a saber: (i) redefinição do perímetro urbano; (ii) redefinição do uso e ocupação do solo municipal; (iii) redefinição do uso e ocupação do solo urbano; (iv) estruturação da mobilidade e sistema viário urbano e municipal; (v) revisão dos parâmetros de parcelamento do solo urbano.

Ademais, no Capítulo 6 serão abordados os instrumentos urbanísticos utilizados para auxiliar a aplicação deste reordenamento.

4.1 PERÍMETRO URBANO

O município de Campo do Tenente possui apenas um perímetro urbano vigente, o perímetro urbano da sede. Na Análise Temática Integrada, foi levantada a necessidade de reorganização territorial da sede urbana, promovendo a adequação do perímetro às possibilidades e restrições de ocupação e a implementação de políticas de fiscalização do uso do solo, bem como a definição dos limites dos bairros para a sede urbana e também de uma nova delimitação do perímetro urbano da sede urbana. Além disso, para a localidade de Lajeado foi proposta a criação de um distrito, incorporando-o ao perímetro urbano. Essas expansões seguem as requisições do Art. 42-B do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001).

Em relação à sede urbana, a principal característica do novo perímetro urbano proposto está na incorporação das áreas já parceladas e com características urbanizadas que estavam fora do perímetro anterior, respeitando os limites naturais, como corpos hídricos e loteamentos municipais, ao contrário do

limite anterior, que possuía seu traçado sem considerar os limites de propriedades. A expansão se deu para além do perímetro urbano atual, visto que já é uma realidade evidenciada pelo diagnóstico, em função das tendências de ocupação e sobretudo no que tange as deficiências de uso e ocupação do solo e, especificamente, das ocupações e loteamentos irregulares identificados.

A proposta considera os limites das propriedades urbanas do PARANACIDADE (2022) e das propriedades rurais registradas através do SICAR (2021) para compreender quais eram os lotes rurais e aqueles já subdivididos sem parcelamento oficial. Além destas áreas localizadas a sudoeste, oeste e noroeste do perímetro, bem como, a sudeste e leste, após a Rodovia BR-116, onde estão surgindo novas ocupações de menores proporções, foram ainda adicionadas áreas a nordeste, ao longo da Rua André Valenga e no encontro com a BR-116, para expansão da área das zonas industriais.

No entanto, mesmo com estas incorporações e expansões, a intenção é realizar aumentos pontuais do perímetro, que auxiliem no atingimento dos objetivos definidos para o município, como a atração de novas indústrias. Não se objetiva uma expansão para aumento significativo interno da área parcelável, já que o perímetro urbano antigo possui diversos vazios urbanos que devem ser ocupados de forma a construir uma cidade mais compacta, menos extensa em território, com menores distâncias e com bom aproveitamento das infraestruturas e equipamentos disponíveis. Em função desses fatores, a expansão mais expressiva do novo perímetro proposto se dá na direção leste, abrangendo a Zona Industrial e de Apoio Logístico.

Destaca-se que algumas dessas áreas contidas na expansão do perímetro na sede urbana engloba territórios inaptos à ocupação antrópica e outros inaptos. São eles, em geral, áreas de APP, matas densas identificadas na ATI e as áreas suscetíveis a alagamentos conforme a leitura comunitária realizada. Dessa maneira, o perímetro urbano proposto atua como ferramenta para coordenar as restrições à urbanização e ocupação nesses trechos, conforme o inciso II do Art. 42-B do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001)

Já no proposto distrito de Lajeado, a delimitação do perímetro também seguiu limites naturais e divisas de lotes conforme registro do SICAR (2021), de modo a estabelecer um contorno das áreas mais urbanizadas às margens da

Estrada do Lajeado. A população do Lajeado possui problemas de acesso a infraestruturas como acesso à energia elétrica e rede de água, assim como problemas de regularização fundiária, algo que contribui para sua transformação em perímetro urbano. Isso, entretanto, é apenas um elemento dessa justificativa, pois, trata-se de uma área de povoação consolidada e mais adensada, em relação a outras localidades rurais, com lotes majoritariamente de área menor que o módulo fiscal. A conjunção dessas dinâmicas são os fundamentos para a inclusão em perímetro urbano dessa área.

Assim, o novo perímetro urbano proposto possui área total de 867,68 hectares (8,68 km²), sendo que o perímetro antigo possuía uma área de 616,88 hectares, um aumento de 24,5% em relação ao tamanho anterior do perímetro. Separadamente, as áreas da sede urbana e do distrito de Lajeado são, respectivamente, de 769,68 hectares (7,70 km²) e 98 hectares (0,98 km²).

No novo perímetro da sede urbana, foi também estruturada uma proposta de Bairros para a Sede Urbana pois, como exposto na Análise Temática Integrada (ATI), a sede urbana atualmente não possui uma divisão de bairros. São propostos 11 bairros que seguem os loteamentos, locais e regiões já estabelecidos no cotidiano dos municípios. Os bairros são:

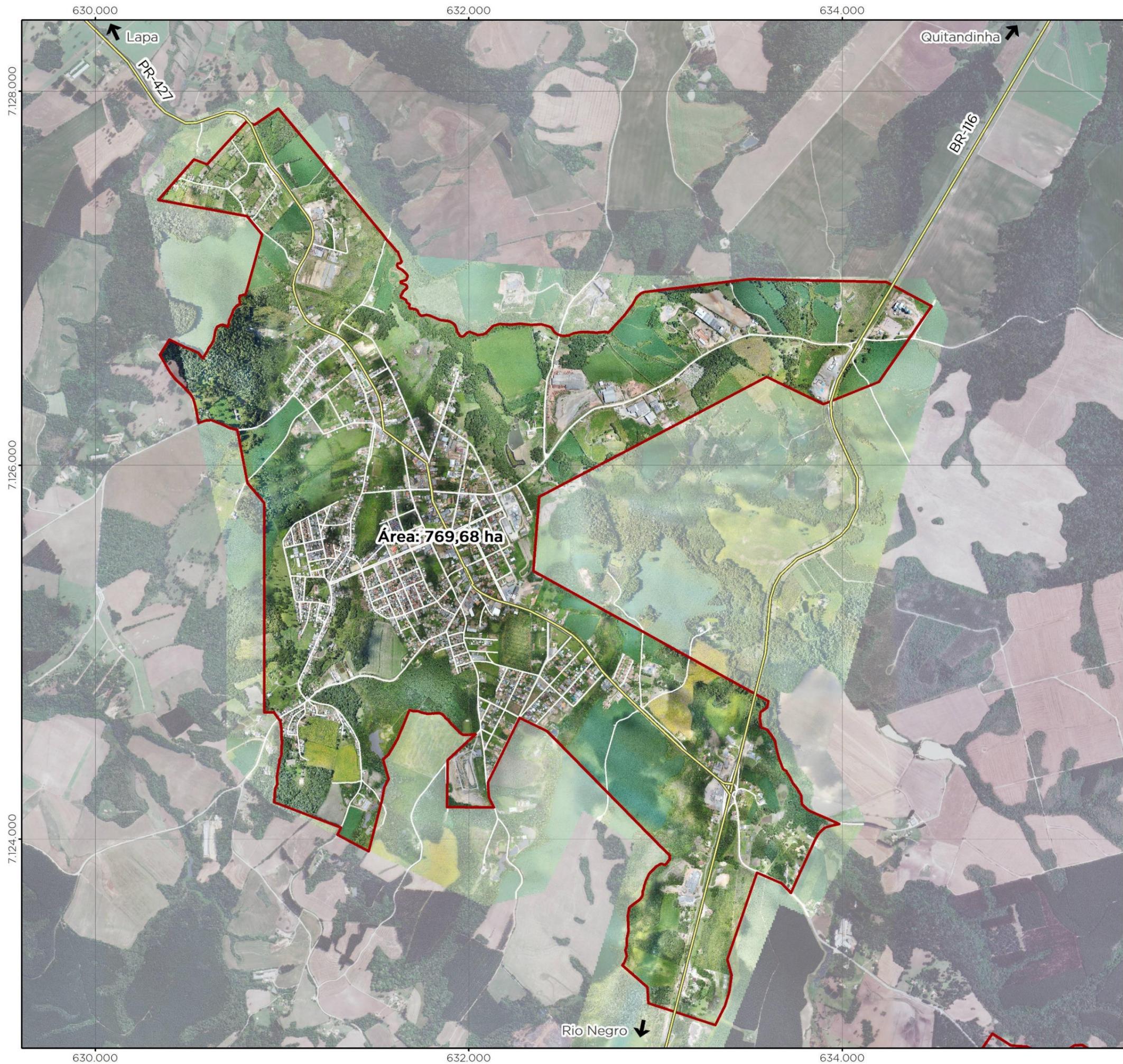
- i. Azaleia;
- ii. Bela Vista;
- iii. Centro;
- iv. Divino;
- v. Laís Bond;
- vi. Parque Industrial;
- vii. Pedro Amálio;
- viii. Trevo;
- ix. Vila Esperança;
- x. Moreira;
- xi. Vila Rural.

A FIGURA 4.1 expõe a proposta do novo perímetro da Sede Urbana, com a demonstração das áreas inaptas à ocupação antrópica e a identificação dos locais suscetíveis a alagamentos dentro desse perímetro na FIGURA 4.2. A FIGURA 4.3



ilustra a divisão de bairros propostas, para a sede urbana de Campo do Tenente. Destaca-se que, para o distrito de Lajeado, não há divisões em bairros, sendo o seu perímetro apresentado na FIGURA 4.4. por fim, a FIGURA 4.5 mostra o perímetro do Distrito de Lajeado com a demonstração das áreas inaptas à ocupação antrópica.

FIGURA 4.1 – PERÍMETRO URBANO PROPOSTO PARA A SEDE URBANA DO MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE



Legenda

-  Rodovias
-  Vias
-  Perímetro urbano proposto da Sede de Campo do Tenente

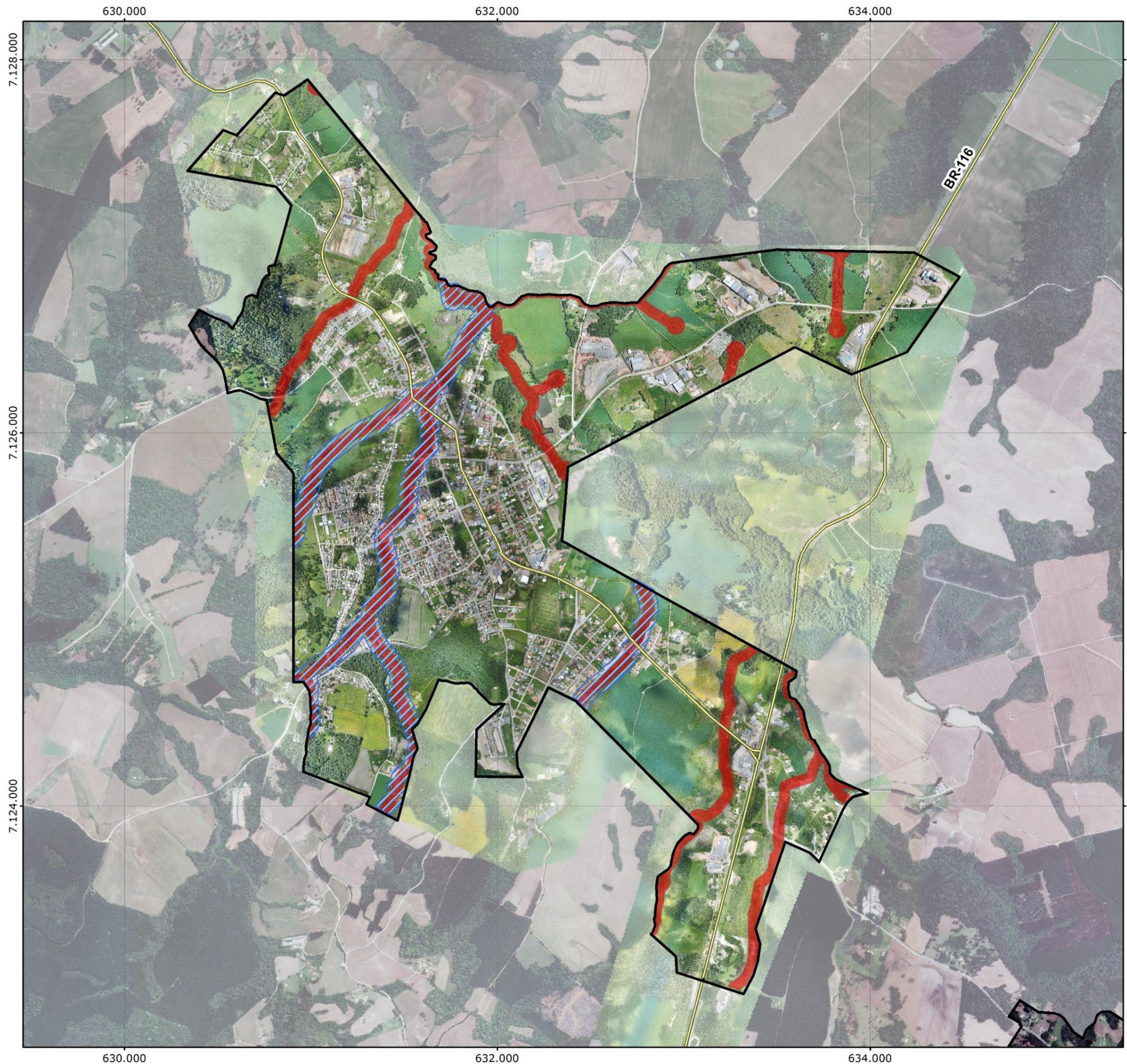
Perímetro urbano proposto de
Campo do Tenente - FUPEF, 2022;
Rodovias - DER, 2020; IBGE, 2019;
Limites municipais e estaduais - IBGE, 2015;
Ortofoto - FUPEF, 2022;
BaseMap - Esri, DeLorme, GEBCO, NOAA & NGDC.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR
MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE/PR

PERÍMETRO URBANO
PROPOSTO

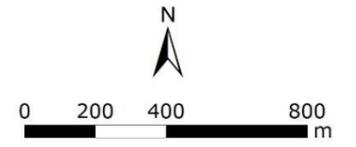
FIGURA 4.2 – PERÍMETRO URBANO PROPOSTO PARA A SEDE URBANA DO MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE – ÁREAS INAPTAS E SUSCETÍVEIS A ALAGAMENTOS



Legenda

- Rodovias
- Perímetro urbano da Sede de Campo do Tenente
- Áreas inaptas à ocupação
- Áreas identificadas como de recorrência de alagamentos pela população

Áreas inaptas à ocupação, Áreas de recorrência de alagamentos e Perímetro urbano - FUPEF, 2022; Rodovias - DER, 2020; IBGE, 2019; Limites municipais e estaduais - IBGE, 2015; Ortofoto - FUPEF, 2022; BaseMap - Esri, DeLorme, GEBCO, NOAA & NGDC.



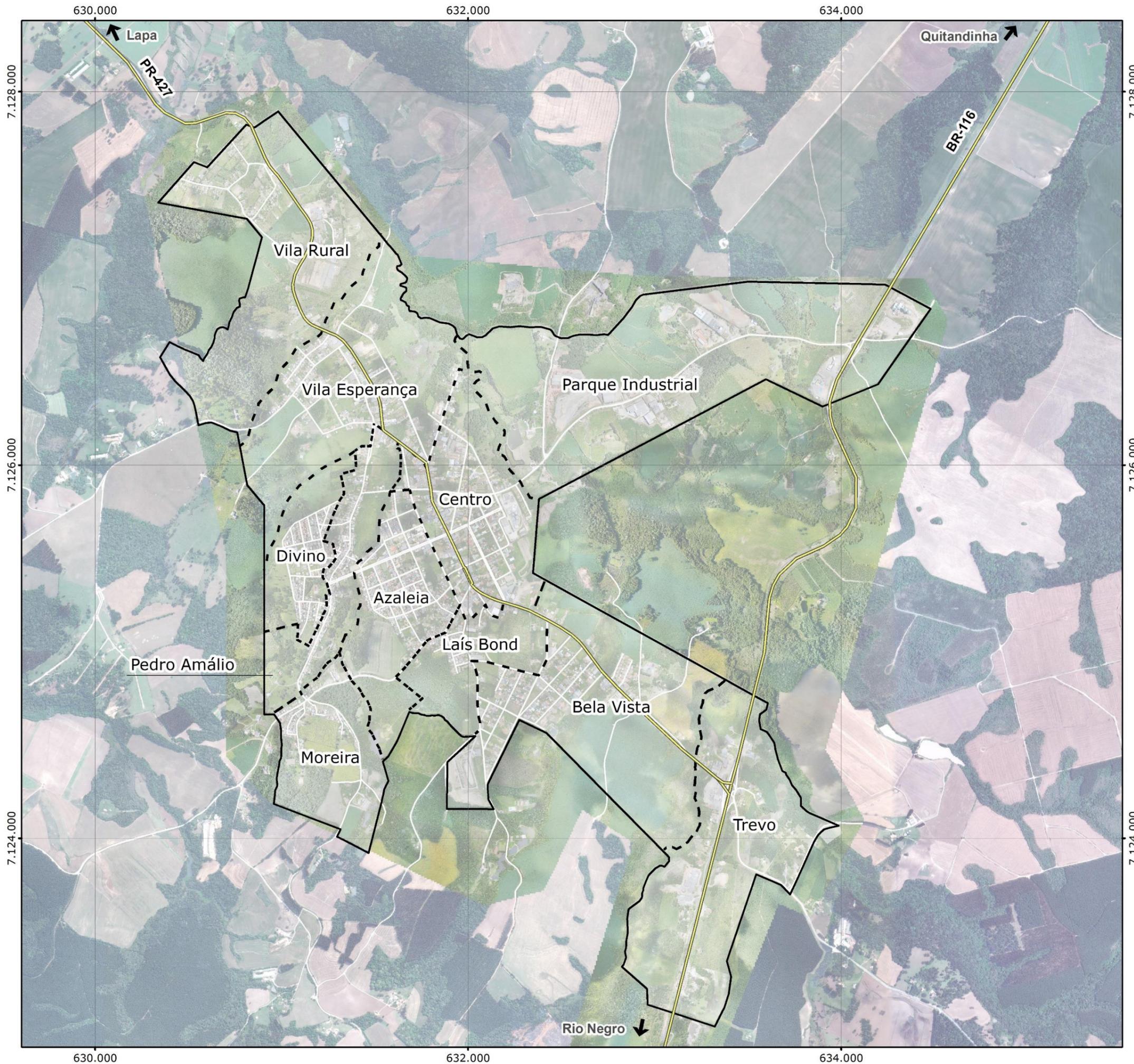
Escala do mapa: 1 : 20.000
1 cm = 200 m

Sistema de Referência: SIRGAS 2000
Projeção Cartográfica: UTM, Fuso 22S
Meridiano Central: 51° W

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE/PR
MAPA DE ÁREAS INAPTAS À OCUPAÇÃO E DE RECORRÊNCIA DE ALAGAMENTOS



FIGURA 4.3 – PROPOSTA DE DIVISÃO DE BAIRROS PARA A SEDE URBANA DO MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE



Legenda

-  Rodovias
-  Vias
-  Perímetro urbano proposto de Campo do Tenente
-  Limites propostos para os bairros

Bairros propostos na sede urbana e Perímetro urbano proposto na sede urbana de Campo do Tenente - FUPEF, 2023;
 Rodovias - DER, 2020; IBGE, 2019;
 Limites municipais e estaduais - IBGE, 2015;
 Ortofoto - FUPEF, 2022;
 BaseMap - Esri, DeLorme, GEBCO, NOAA & NGDC.



Escala do mapa: 1 : 20.000
 1 cm = 200 m

Sistema de Referência: SIRGAS 2000
 Projeção Cartográfica: UTM, Fuso 22S
 Meridiano Central: 51° W

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE/PR
BAIRROS PROPOSTOS NA SEDE URBANA



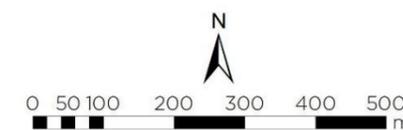
FIGURA 4.4 – PERÍMETRO URBANO PROPOSTO PARA O DISTRITO DE LAJEADO DO MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE



Legenda

- Vias
- ▭ Perímetro urbano proposto no Distrito do Lajeado

Perímetro urbano proposto de Campo do Tenente - FUPEF, 2022;
Rodovias - DER, 2020; IBGE, 2019;
Limites municipais e estaduais - IBGE, 2015;
Ortofoto - FUPEF, 2022;
BaseMap - Esri, DeLorme, GEBCO, NOAA & NGDC.



Escala do mapa: 1 : 10.000

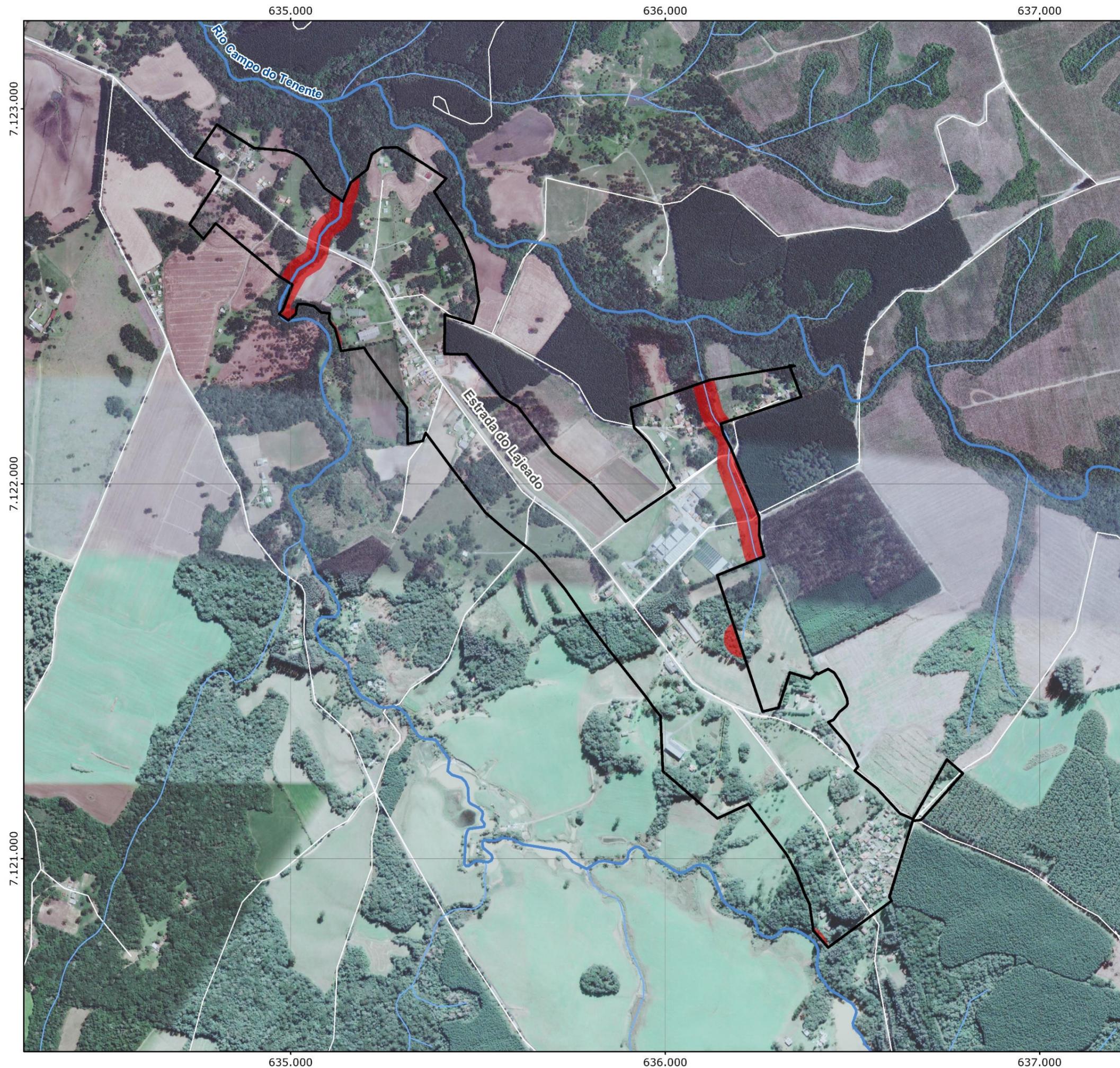
1 cm = 100 m

Sistema de Referência: SIRGAS 2000
Projeção Cartográfica: UTM, Fuso 22S
Meridiano Central: 51° W

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE/PR
PERÍMETRO URBANO PROPOSTO DISTRITO DE LAJEADO



FIGURA 4.5 – PERÍMETRO URBANO PROPOSTO PARA O DISTRITO DE LAJEADO DO MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE – ÁREAS INAPTAS E SUSCETÍVEIS A ALAGAMENTOS



Legenda

- Vias
- ▭ Perímetro urbano proposto do Distrito de Lajeado
- Áreas inaptas à ocupação

Áreas inaptas à ocupação e Perímetro urbano proposto do Distrito de Lajeado - FUPEF, 2022;
 Vias - BDGEx, 2016;
 Rodovias - DER, 2020; IBGE, 2019;
 Limites municipais e estaduais - IBGE, 2015;
 Ortofoto - FUPEF, 2022;
 BaseMap - Esri, DeLorme, GEBCO, NOAA & NGDC.



0 100 200 400 m

Escala do mapa: 1 : 10.000
 1 cm = 100 m

Sistema de Referência: SIRGAS 2000
 Projeção Cartográfica: UTM, Fuso 22S
 Meridiano Central: 51° W

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE/PR
MAPA DE ÁREAS INAPTAS À OCUPAÇÃO NO DISTRITO DE LAJEADO



4.2 MACROZONEAMENTO MUNICIPAL

Atualmente, existe sobre o território de Campo do Tenente um Macrozoneamento incidente, mas que, segundo apontado nas reuniões realizadas com a equipe técnica municipal, não é utilizado ou é inapropriado para os usos que ocorrem no município. Então, através dos resultados da Análise Temática Integrada e das reuniões e discussões em grupo com a Equipe Técnica Municipal e o Conselho de Acompanhamento do Plano Diretor, foi considerada uma nova proposta para o Macrozoneamento municipal. Nesta proposta foram consideradas dez Macrozonas para o município de Campo do Tenente, a saber:

- i. Macrozona Urbana;
- ii. Macrozona da Localidade Rural de Santana;
- iii. Macrozona da Localidade Rural do Espírito Santo e do Rio Vermelho;
- iv. Macrozona da Localidade Rural do Faxinal dos Veiga e Buriti;
- v. Macrozona da Localidade Rural do Morrinho Alto;
- vi. Macrozona de Conservação Hídrica;
- vii. Macrozona de Desenvolvimento Agrícola;
- viii. Macrozona de Expansão Industrial e de Apoio Logístico;
- ix. Macrozona de Proteção das Várzeas;
- x. Macrozona de Proteção dos Morros.

A Macrozona Urbana compreende o perímetro urbano, compreendendo a sede urbana, na área central do município, e o distrito de Lajeado. As Macrozonas das Localidades Rurais abrangem o entorno das localidades rurais que estão dispostas em áreas menores a norte, a nordeste, a oeste e a sudeste do município. São diferenciadas pelo nome específico, em função da consolidação de identidade dos residentes dessas localidades rurais, embora os parâmetros dispostos sejam idênticos.

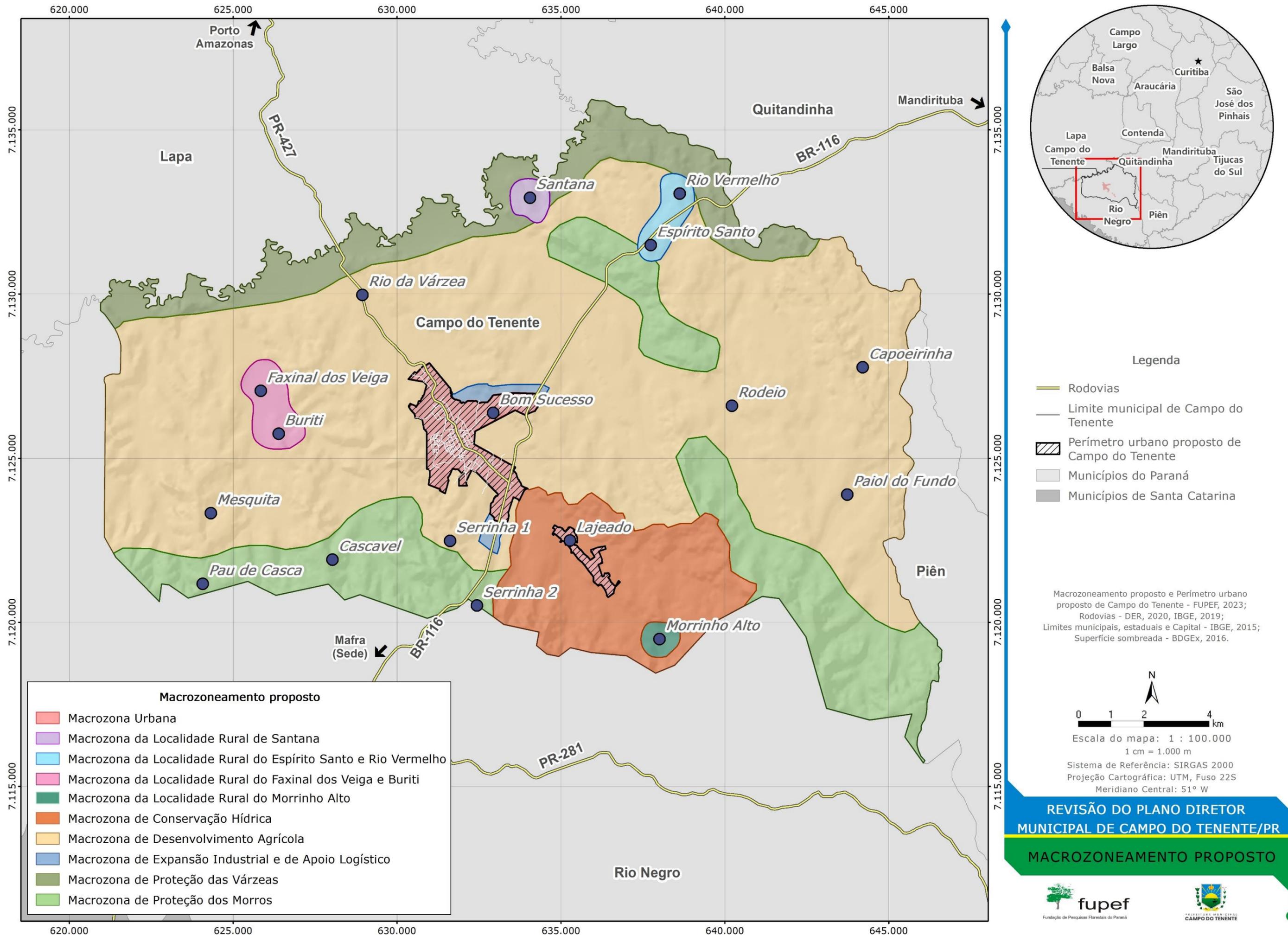
A Macrozona de Conservação Hídrica, por sua vez, também se encontra disposta na região centro-sudeste do município e tem como enclaves a Macrozona da Localidade Rural do Morrinho Alto e o Distrito de Lajeado. A Macrozona de



Conservação Hídrica está definida pela Bacia do Rio Campo do Tenente, onde ocorrem os dois pontos de captação pública municipal.

A Macrozona de Proteção dos Morros corresponde às áreas de alta declividade encontradas na região sul e nordeste do município, as quais já eram apontadas no Macrozoneamento vigente. A Macrozona de Proteção das Várzeas corresponde à área adjacente ao Rio da Várzea, que também já era prevista no antigo macrozoneamento. A Macrozona de Desenvolvimento Agrícola, por sua vez, corresponde ao restante da área municipal. A distribuição espacial destas zonas pode ser visualizada na FIGURA 4.6.

FIGURA 4.6 – MACROZONEAMENTO PROPOSTO PARA O MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE



A seguir são descritas as diferentes definições e objetivos para as macrozonas propostas que deverão compor a Lei do Plano Diretor e orientar os parâmetros de ocupação dessas áreas.

Macrozona Urbana

Definição: Corresponde à uma área de densidades altas e médias, com grande quantidade de vazios urbanos e potencial de adensamento, mas que se caracteriza pela possibilidade de parcelamento da área e maior concentração de atividades e residências que na área rural. A Macrozona Urbana é definida pelo novo perímetro urbano da sede urbana e do distrito de Lajeado, comentado na seção anterior. Esta macrozona possui um caráter urbano e, a partir disso, uma pluralidade de finalidades que são abordadas e regulamentadas pela proposta de zoneamento urbano e por seus respectivos parâmetros de uso e ocupação do solo definidos nas legislações específicas.

Objetivos: Promover o desenvolvimento urbano harmônico entre as diferentes zonas e suas finalidades, como moradia, trabalho, educação e lazer, desestimulando a expansão para fora da área do perímetro urbano e direcionando a ocupação e adensamento dos vazios urbanos internos ao perímetro. Na zona deve ser prioridade o desenvolvimento econômico sustentável, uma cidade compacta, plenamente servida de equipamentos e infraestruturas, com fáceis deslocamentos. No caso do distrito de Lajeado, os objetivos incluem regularização fundiária, a conservação dos recursos hídricos e da mata ciliar dos corpos hídricos.

Macrozona da Proteção de Morros

Definição: Macrozona definida através da análise das áreas de declividade superiores a 30%, iguais às Áreas de Preservação Ambiental já previstas no Macrozoneamento de 2007.

Objetivos: A presente macrozona possui como objetivo principal a preservação ambiental e dos ecossistemas e da floresta nativa presentes na

região e é, em grande parcela, apta com restrição à ocupação antrópica, além de apresentar grandes números de nascentes. Nesta macrozona deve ser realizado o uso racional dos recursos do solo, bem como dos recursos hídricos, promovendo a preservação da mata atlântica, das áreas de encosta, morro, das áreas de nascentes e das matas ciliares, o desenvolvimento de práticas econômicas sustentáveis, evitando ocupações desordenadas em solos suscetíveis. Além disso, deve se garantir a obediência ao Código Florestal Brasileiro como prioridade nesta macrozona.

Macrozona de Proteção das Várzeas

Definição: Macrozona definida através das áreas de preservação que ocorrem ao longo do Rio da Várzea e já eram presentes no Macrozoneamento Vigente. Compreende as áreas de banhados, matas ciliares e de enchente do Rio da Várzea e parte das áreas ocupadas nesta área. É uma área altamente suscetível à inundação.

Objetivos: Permitir e controlar a extração de areia, respeitando o Meio Ambiente. Preservar e proteger o meio ambiente, os maciços florestais, as áreas de banhado, de recuo e enchente na Planície Fluvial do Rio da Várzea, preservar os múltiplos ecossistemas ali presentes, evitando a ocupação antrópica, o desmatamento e descaracterização do solo, como a compressão e aterro das áreas de banhado, que devem permanecer preservadas, respeitando às características dos diferentes tipos de solo hidromórficos, sobretudo do Gleissolo Melânico Indiscriminado. Garantir a obediência ao Código Florestal Brasileiro.

Macrozona de Conservação Hídrica

Definição: Área que se destina à preservação ambiental e hídrica local. Compreende a área de manancial da Bacia do Rio Campo do Tenente, onde ocorrem duas captações municipais, esta zona localiza-se na região centro-sudeste do município.

Objetivos: Garantir a qualidade da água dos mananciais de abastecimento. Evitar e desincentivar a ocupação urbana desordenada. Permitir atividades de baixo impacto sem uso de inoculantes e outros. Proibir instalação de atividades com potencial poluidor, tais como indústrias de médio ou alto impacto, estabelecimentos hospitalares, postos de gasolina, depósitos de lixo, parcelamento do solo e outros. Promover e incentivar atividades agrícolas sustentáveis, orgânicas e de baixo impacto, e restringir a atividade com uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos e controlar a emissão de efluentes nos corpos hídricos. Garantir a obediência ao Código Florestal Brasileiro, à Lei Estadual 8.935/1989 (PARANÁ, 1989), que dispõe sobre os requisitos para bacias de mananciais, o Decreto Estadual 4.435/2016, que declara as áreas de interesse de mananciais de abastecimento público da Região Metropolitana de Curitiba e dá outras providências, e às Resoluções¹ do CONAMA nº 393/2007, nº 397/2008, nº 410/2009 e nº 430/2011, que alteram a Resolução CONAMA Nº 357/2005.

Macrozona de Desenvolvimento Agrícola

Definição: abrange grandes maciços do norte, leste e oeste do município. Destina-se às atividades agrícolas e turísticas, sobretudo de ecoturismo, cujo desenvolvimento deve ser realizado com ênfase na sustentabilidade e boas práticas no manejo dos recursos hídricos e do solo.

Objetivos: Fortalecer as atividades rurais no município, incluindo o turismo rural. Promover a agricultura familiar, sobretudo a agricultura de orgânicos. Promover a ocupação respeitando o módulo rural definido pelo INCRA. Promover a sustentabilidade na produção agrícola, incentivar novas práticas que garantam a preservação ambiental e o uso racional dos recursos do solo e dos recursos hídricos, promovendo a preservação das matas ciliares e a proteção da mata atlântica. Incentivar o ecoturismo e a instituição Reservas Particulares de Preservação Natural – RPPN. Garantir a obediência ao Código Florestal Brasileiro.

¹ Resoluções que dispõe sobre a emissão de efluentes e preservação de corpos hídricos.

Macrozona da Localidade Rural de Santana

Definição: Compreende a área do núcleo de povoação bem definido, com ocupação que ocorre majoritariamente em áreas menores que os módulos rurais, de característica mista (rural e urbana), da Localidade Rural de Santana, no norte do Município, próximo ao Rio da Várzea e à divisa com a Lapa. Os moradores dessa localidade preservam origens rurais, mas passam a desenvolver atividades próprias dos núcleos urbanos. A área é característica por uma ocupação de uma pequena vila, mas pelos baixos tamanhos dos lotes, fora do módulo rural do INCRA, possui problemas de acesso a infraestruturas como acesso à energia elétrica e rede de água, assim como problemas de regularização fundiária.

Objetivos: Garantir a manutenção da ocupação de baixa e de média densidade, implementando programas de regularização fundiária, incentivando a implementação de infraestruturas e equipamentos necessários à qualidade de vida e bem-estar social da população local. Promover a preservação ambiental, sobretudo da área alagada do Rio da Várzea e da mata ciliar. Restringir a expansão da ocupação menor que o módulo fiscal definido pelo INCRA. Garantir a obediência ao Código Florestal Brasileiro.

Macrozona da Localidades Rurais do Espírito Santo e do Rio Vermelho

Definição: Compreende a área do núcleo de povoação bem definido, com ocupação que ocorre majoritariamente em áreas menores que os módulos rurais, de característica mista (rural e urbana), tanto da Localidade Rural do Espírito Santo e do Rio Vermelho, no nordeste do Município, próximo ao Rio da Várzea e à divisa com a Lapa, ao longo da BR-116/PR/PR. Os moradores dessa localidade preservam origens rurais, mas passam a desenvolver atividades próprias dos núcleos urbanos. A área é característica por uma ocupação de uma pequena vila, mas pelos baixos tamanhos dos lotes, fora do módulo rural do INCRA, possui problemas de acesso à infraestruturas

como acesso à energia elétrica e rede de água, assim como problemas de regularização fundiária.

Objetivos: Garantir a manutenção da ocupação de baixa e de média densidade, implementando programas de regularização fundiária, incentivando a implementação de infraestruturas e equipamentos necessários à qualidade de vida e bem-estar social da população local. Promover a preservação ambiental, sobretudo da área alagada do Rio da Várzea e da mata ciliar. Restringir a expansão da ocupação menor que o módulo fiscal definido pelo INCRA. Garantir a obediência ao Código Florestal Brasileiro.

Macrozona da Localidades Rurais do Faxinal dos Veiga e do Buriti

Definição: Compreende a área do núcleo de povoação bem definido, com ocupação que ocorre majoritariamente em áreas menores que os módulos rurais, de característica mista (rural e urbana), tanto da Localidade Rural do Faxinal dos Veiga e do Buriti, no oeste do Município, em meio à Macrozona de Desenvolvimento Agrícola. Os moradores dessa localidade preservam origens rurais, mas passam a desenvolver atividades próprias dos núcleos urbanos. A área é característica por uma ocupação de uma pequena vila, mas pelos baixos tamanhos dos lotes, fora do módulo rural do INCRA, possui problemas de acesso a infraestruturas como acesso à energia elétrica e rede de água, assim como problemas de regularização fundiária.

Objetivos: Garantir a manutenção da ocupação de baixa e de média densidade, implementando programas de regularização fundiária, incentivando a implementação de infraestruturas e equipamentos necessários à qualidade de vida e bem-estar social da população local. Promover a preservação ambiental e da mata ciliar dos corpos hídricos. Restringir a expansão da ocupação menor que o módulo fiscal definido pelo INCRA. Garantir a obediência ao Código Florestal Brasileiro.

Macrozona da Localidade Rural do Morrinho Alto

Definição: Compreende a área do núcleo de povoação bem definido, com ocupação que ocorre majoritariamente em áreas menores que os módulos rurais, de característica mista (rural e urbana), na Localidade Rural do Morrinho Alto, sendo um enclave inserido na Macrozona de Conservação Hídrica. Os moradores dessa localidade preservam origens rurais, mas passam a desenvolver atividades próprias dos núcleos urbanos. A área é característica por uma ocupação de uma pequena vila, mas pelos baixos tamanhos dos lotes, fora do módulo rural do INCRA, possui problemas de acesso a infraestruturas como acesso à energia elétrica e rede de água, assim como problemas de regularização fundiária.

Objetivos: Garantir a manutenção da ocupação de baixa e de média densidade, implementando programas de regularização fundiária, incentivando a implementação de infraestruturas e equipamentos necessários à qualidade de vida e bem-estar social da população local. Promover a preservação ambiental, conservando os recursos hídricos do local e da mata ciliar dos corpos hídricos. Restringir e controlar a emissão de efluentes, o manejo do solo, o uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos e as atividades industriais e potencialmente poluidoras. Restringir a expansão da ocupação menor que o módulo fiscal definido pelo INCRA. Garantir a obediência ao Código Florestal Brasileiro.

Macrozona de Expansão Industrial e Apoio Logístico

Definição: Áreas com ocupação rarefeita e uso de chácaras adjacentes ao perímetro urbano na porção norte e sul do perímetro urbano às beiras da BR-116/PR, nos dois pontos.

Objetivos: Atender a demanda por uma área de expansão industrial controlada para o distrito industrial e o apoio logístico através de postos de saúde, borracharias e outras atividades, que devem ocorrer ao longo dos eixos rodoviários. Com tal macrozona busca-se orientar a ocupação controlada e o desenvolvimento de novos distritos industriais e áreas de apoio no caso da ocupação total das áreas já previstas dentro do próprio

perímetro urbano. A instalação das áreas deve compreender medidas mitigatórias, tais como áreas de reserva florestal e compensação ambiental, e estarem de acordo com o Código Florestal Brasileiro, processos de licenciamento ambiental e outras liberações que se façam necessárias a depender do tipo de uso instalado.

4.3 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO

No presente tópico apresenta-se a proposta de zoneamento e os parâmetros de uso e ocupação do solo da sede urbana de Campo do Tenente. A definição do zoneamento, bem como do uso e ocupação do solo são instrumentos de ordem legislativa utilizados pelo poder público com o objetivo de disciplinar e ordenar o uso e ocupação do solo de determinado local, bem como os tipos de atividades que podem ser realizadas nesses locais, de forma racional e participativa. Para tanto, são estabelecidos parâmetros que devem incorporar a lei municipal correspondente e balizar os procedimentos de parcelamento do solo, liberação de obras e da localização de atividades, de modo a concretizar as diretrizes estipuladas no Plano Diretor.

4.3.1 Zoneamento urbano

O zoneamento urbano é um desses instrumentos que regula o uso e ocupação do solo urbano através da divisão da área do perímetro urbano em zonas com diferentes parâmetros de ocupação. Tais parâmetros estabelecem critérios e limites para a ocupação de forma a promover o equilíbrio e a coexistência entre o homem e o meio ao qual pertence, regulando o crescimento urbano, o adensamento, as possibilidades de verticalização, os usos e tipos de ocupação.

Então, através do diagnóstico, da realização de reuniões com a equipe técnica municipal e oficinas foram definidas nove zonas específicas para o zoneamento urbano de Campo do Tenente, a saber:

- i. ZC – Zona Central;
- ii. ZR1 – Zona Residencial 3;

- iii. ZR2 – Zona Residencial 2;
- iv. ZR3 – Zona Residencial 1;
- v. ZEIS 1 – Zona Especial de Interesse Social 1;
- vi. ZEIS 2 – Zona Especial de Interesse Social 2;
- vii. ZRPE – Zona de Recreação e Proteção Ecológica;
- viii. ZIAS – Zona Industrial de Apoio e Serviços;
- ix. ZIAL – Zona Industrial e de Apoio Logístico.

A seguir, cada uma dessas zonas que deverão compor a Lei do Plano Diretor e orientar os parâmetros de ocupação são descritas, e podem ser visualizadas na FIGURA 4.7, para a sede urbana, e na FIGURA 4.8, para o distrito de Lajeado.

ZC - Zona Central

Zona correspondente à região mais centralizada do perímetro urbano da sede e é atravessada pela PR-427, também denominada Avenida Miguel Komarchewski. O objetivo da zona não é sumariamente residencial, mas destinado às atividades de serviços e comércio. A zona é a mais densa do perímetro urbano e permite uma verticalização de até seis andares.

ZR3 - Zona Residencial 3

A Zona Residencial 3 correspondente à região bastante consolidada da área urbana municipal, mas com ocupação de inferior densidade à Zona Central. Esta zona tem características prioritariamente residenciais, ocorre, sobretudo nas regiões norte, leste e sul da área central, na área dos Loteamentos Vila Esperança, Divino, Laís Bond, e Azaleia, todos loteamentos já bem ocupados e consolidados. O loteamento do Divino é incluído nesta zona por estar em processo de finalização da regularização fundiária e não apresentar mais características que necessitem sua definição como ZEIS. Vale ressaltar ainda que, mesmo como os espaços de loteamentos já bem adensados e consolidados, esta zona apresenta ainda vários espaços vazios passíveis de parcelamento e ocupação.

ZR2 - Zona Residencial 2

Zona correspondente à região com consolidação intermediária da área urbana municipal. É uma zona de média densidade que se localiza ao longo da região noroeste do perímetro urbano e na região sudeste. Esta zona é posicionada nas bordas da região da ZR3, com a intensão de ordenar a densidade municipal para a região central do município e passar a desincentivar a expansão do perímetro na direção das bordas do perímetro, com a intenção de que a sede urbana pare de se expandir além do perímetro. Ainda assim a ZR2 é de média densidade e, por este motivo, foi escolhida para ser a conexão entre a região central e a região do trevo. Vale destacar que nesta Zona está localizada a maior parte dos vazios urbanos passíveis de parcelamento na área central. Destacam-se nessa zona as áreas que se interceptam à Área de Manancial do Rio Campo do Tenente, no Distrito de Lajeado, num total de 0,06 km². Os parâmetros da ZR2, apresentados adiante, ficam de acordo com as disposições do Decreto Estadual nº 10.499/2022 (PARANÁ, 2022) e da Lei Estadual nº 8.935/1989 (PARANÁ, 1989) no que se refere aos usos. Apenas o lote mínimo deve ser observado, como será mencionado adiante. Em caso de divergência, essas normativas ambientais estaduais se sobrepõem ao ordenado dentro do município.

ZR1 - Zona Residencial 1

A Zona Residencial 1 é a zona com menor densidade prevista na área do perímetro urbano de Campo do Tenente. Esta zona corresponde à uma zona de chácaras menores que o módulo rural, localizadas na porção oeste e sudeste do perímetro urbano. Esta área foi incluída no perímetro urbano para regularizar estas pequenas chácaras que são menores que o módulo rural do INCRA. Portanto, a intenção é regularizar estas áreas sem descaracterizá-las. Estas zonas seguem a lógica de desincentivar a ocupação nas bordas do perímetro. Destacam-se nessa zona as áreas que se interceptam à Área de Manancial do Rio Campo do Tenente, tanto na Sede Urbana quanto no Distrito de Lajeado, num total de 0,95 km². Os parâmetros da ZR1, apresentados adiante, ficam de acordo com as disposições do Decreto Estadual nº 10.499/2022 (PARANÁ, 2022) e da Lei

Estadual nº 8.935/1989 (PARANÁ, 1989). Em caso de divergência, essas normativas ambientais estaduais se sobrepõem ao ordenado dentro do município.

ZEIS 1 – Zona Especial de Interesse Social 1

Zona correspondente à região já bem consolidada, mas com pouco acesso à infraestrutura e de lotes irregulares dentro da área urbana municipal. As ZEIS delimitadas para a sede urbana de Campo do Tenente localizam-se ao longo de toda a ocupação irregular da Rua Pedro Amálio Ribas, além de novas áreas de ocupação surgindo em ruas sem nome na porção leste da área banhada do córrego que desagua no Rio Campo do Tenente, ao norte da Rua Gabriel Kais, além da área sem regularização na região sul do loteamento Laís Bond e novas áreas de ocupação irregular e loteamentos clandestinos surgindo na área ao sul da Rua Pedro Amálio Ribas após a Rua Olívio Beliche e que foram incluídos no novo perímetro urbano para regularização e urbanização. As ZEIS são áreas destinadas à regularização fundiária, urbanização e produção habitacional social, ou seja, destinada à faixa de baixa renda. As ZEIS 1 são as ZEIS destinadas, sobretudo, à regularização e urbanização das ocupações já consolidadas no perímetro urbano de Campo do Tenente, mas podem conter áreas de produção habitacional de interesse social.

ZEIS 2 – Zona Especial de Interesse Social 2

Zona correspondente à região desocupada, bem localizada no município e com acesso parcial à infraestrutura na região norte do município. Estas ZEIS são destinadas à produção de unidades habitacionais de interesse social. Assim, deverão ser realizados projetos e captados fundos para atender o déficit habitacional municipal com novas moradias. Estas ZEIS localizam-se ao norte da Rua Maria Clara Brandão Tesserole, uma rua dotada do Hospital Municipal, escolas e na qual se prevê a criação de um novo parque, portanto, uma área que poderá propiciar não apenas o acesso à moradia, mas a outros equipamentos e infraestruturas municipais.

ZRPE – Zona de Recreação e Proteção Ecológica

A ZRPE ocorre transversalmente entre a região sudoeste e nordeste de todo o perímetro urbano da sede, ao longo do córrego que desagua no Rio Campo do Tenente. Esta zona ocorre desde a região sul da Rua Olívio Beliche com a Rua Pedro Amálio, seguindo pela área verde de banhado do rio até a Rua Gabriel Kais, passando pela área da quadra de areia existente, passando pela região verde entre as ocupações ao longo da Rua Pedro Amálio Ribas e Rua Aleixo Kotkowski, continuando na quadra seguinte, passando pelo Campo de Futebol e pela porção direita da Rua Luís Meneleck, indo até a Praça Anita Canet indo até a região do casarão e a porção direita da Rua Alcides Mario Quege, onde deverá ser criado um parque, ao sul da região da Praça Oito de Março. A intenção desta zona, portanto, é preservar as regiões de solo hidromórfico e de várzea do córrego, protegendo as nascentes, área de inundação dos rios, evitando o avanço da ocupação, incentivando as atividades de lazer e recreação e criando novos equipamentos como parques e áreas de estar e lazer.

ZIAS - Zona Industrial de Apoio e Serviços

A Zona Industrial de Apoio e Serviços ocorre na porção direita da Avenida Miguel Komarchewski, na porção norte do perímetro urbano. Esta zona já é ocupada por barracões industriais de pequenas indústrias de baixo impacto como de peças automotivas e também de armazenamento de madeira, entre outros. Assim, a intenção a zona é possibilitar as atividades já existentes e ordenar futuras empresas que queiram se instalar na região.

ZIAL - Zona Industrial e de Apoio Logístico

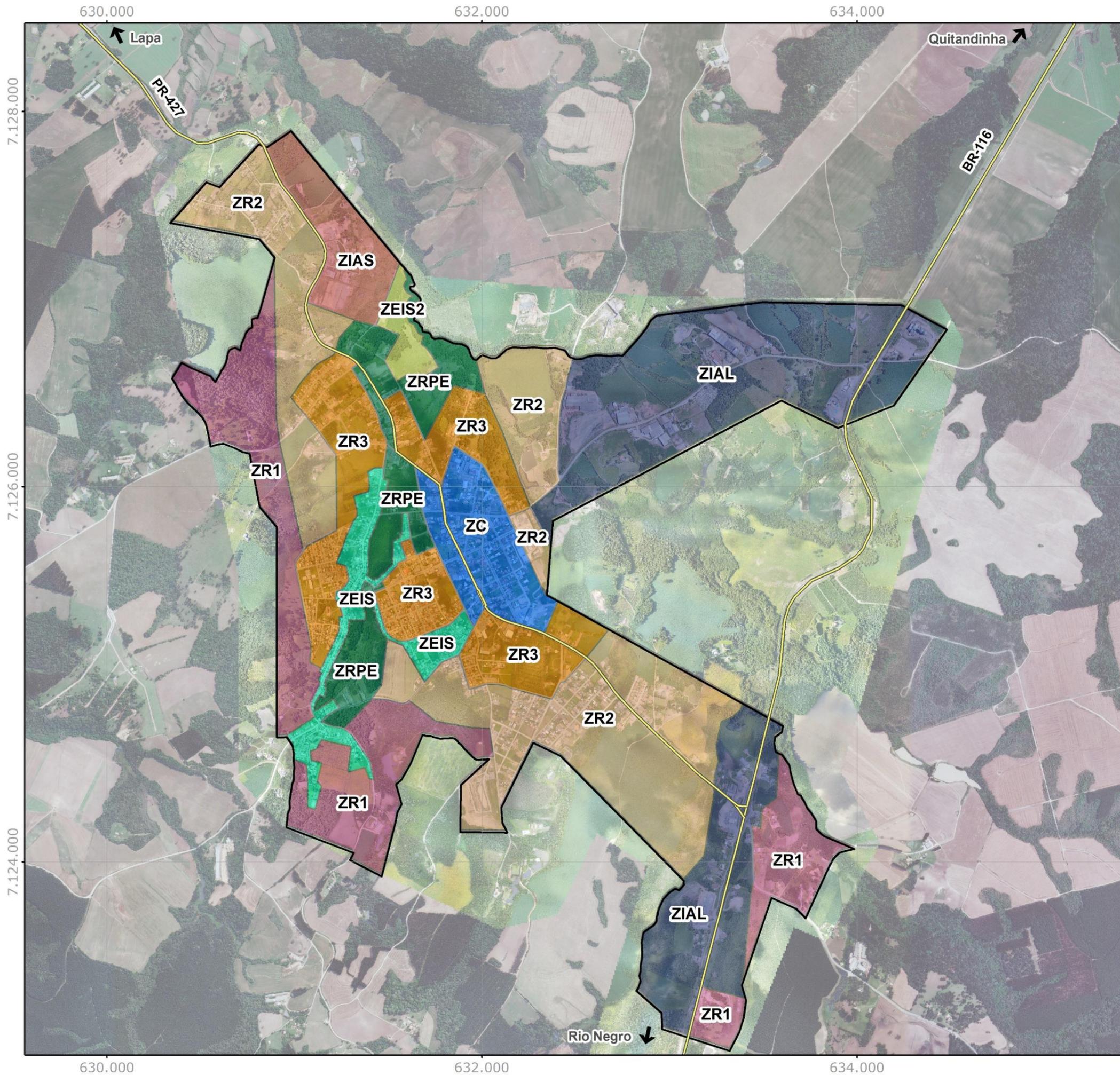
Esta zona ocorre em dois pontos do município que acontecem, ambas, ao longo da BR-116/PR/PR. A primeira, no nordeste do perímetro urbano acontece na Rua André Valenga, após a Estrada de Santana. Nesta região já ocorrem diversas indústrias. São madeireiras, indústrias cerâmicas, entre outras, além do cemitério municipal. Com a intenção de possibilitar e promover a instalação de novas indústrias essa zona foi expandida em direção ao norte. A outra parte desta zona localiza-se na região sudeste do perímetro urbano, no encontro entre a PR-427, ou Miguel Komarchewski e a



BR-116/PR/PR, local conhecido popularmente como trevo. Neste local já existem também algumas indústrias como de embalagens e de calcário, além de postos, restaurantes, elétricas e borracharia. Esta zona também foi expandida.

Portanto, o objetivo da zona é aumentar a possibilidade de novas indústrias e de empreendimentos de apoio ao escoamento logístico, aos caminhões que passam pela rodovia e aos demais transeuntes.

FIGURA 4.7 – ZONEAMENTO PROPOSTO PARA A SEDE URBANA DE CAMPO DO TENENTE



Legenda

- Rodovias
 - Perímetro urbano proposto de Campo do Tenente
- Zoneamento proposto**
- ZC Zona Central
 - ZRPE Zona de Recreação e Proteção Ecológica
 - ZEIS Zona Especial de Interesse Social
 - ZEIS2 Zona Especial de Interesse Social 2
 - ZIAL Zona Industrial e de Apoio Logístico
 - ZIAS Zona Industrial de Apoio e Serviços
 - ZR1 Zona Residencial 1
 - ZR2 Zona Residencial 2
 - ZR3 Zona Residencial 3

Zoneamento proposto e Perímetro urbano proposto de Campo do Tenente - FUPEF, 2023;
 Rodovias - DER, 2020; IBGE, 2019;
 Limites municipais e estaduais - IBGE, 2015;
 Ortofoto - FUPEF, 2022;
 BaseMap - Esri, DeLorme, GEBCO, NOAA & NGDC.

N

0 200 400 800 m

Escala do mapa: 1 : 20.000
 1 cm = 200 m

Sistema de Referência: SIRGAS 2000
 Projeção Cartográfica: UTM, Fuso 22S
 Meridiano Central: 51° W

**REVISÃO DO PLANO DIRETOR
 MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE/PR**

ZONEAMENTO PROPOSTO



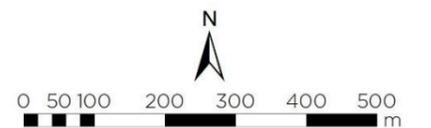
FIGURA 4.8 – ZONEAMENTO PROPOSTO PARA O DISTRITO DE LAJEADO DE CAMPO DO TENENTE



Legenda

-  Perímetro urbano proposto no Distrito do Lajeado
-  Vias
- Zoneamento proposto**
-  ZR1 Zona Residencial 1
-  ZR2 Zona Residencial 2

Perímetro urbano proposto do Distrito de Lajeado - FUPEF, 2023;
Limites municipais e estaduais - IBGE, 2015;
Ortofoto - FUPEF, 2022;
BaseMap - Esri, DeLorme, GEBCO, NOAA & NGDC.



Escala do mapa: 1 : 10.000
1 cm = 100 m
Sistema de Referência: SIRGAS 2000
Projeção Cartográfica: UTM, Fuso 22S
Meridiano Central: 51° W

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE/PR
ZONEAMENTO PROPOSTO NO DISTRITO DE LAJEADO





4.3.2 Classificação dos usos para o zoneamento urbano

Os diferentes tipos de uso a serem incorporados como permitidos ou permissíveis nas zonas apresentadas, são expostos no QUADRO 4.1.

É importante ressaltar que todos os usos previstos devem respeitar normativas específicas, por exemplo, a extração de areia deve se atentar às leis de preservação da área, deve requerer licenciamento ambiental, entre outros. Portanto, a permissão ou não de um uso em uma zona não autoriza o uso independente de outras normativas, mas contando com elas.

QUADRO 4.1 – CLASSIFICAÇÃO DOS USOS EM CAMPO DO TENENTE

Uso Habitacional

Edificações destinadas à habitação permanente ou transitória.

Tipo	Descrição	Usos	
Habitação Unifamiliar	Edificação isolada destinada a servir de moradia à uma só família;		
Habitação Multifamiliar	Edificação que comporta mais de 02 (duas) unidades residenciais autônomas, agrupadas verticalmente, com áreas de circulação interna comuns à edificação e acesso ao logradouro público;		
Habitação Unifamiliar em Série -	Mais de 03 (três) unidades autônomas de residências agrupadas horizontalmente, paralelas ou transversais ao alinhamento predial;		
Habitação Institucional -	Edificação destinada à assistência social, onde se abrigam estudantes, crianças, idosos e necessitados.	<ul style="list-style-type: none"> • Albergue; Abrigo • Alojamento estudantil; Casa do estudante; • Asilo; 	<ul style="list-style-type: none"> • Internato; • Orfanato; • Atividades similares em porte e usos às acima descritas.
Habitação Transitória -.	Edificação com unidades habitacionais destinadas ao uso transitório, onde se recebem hóspedes mediante remuneração	<ul style="list-style-type: none"> • Habitação Transitória 1 - apart-hotel e pensão; • Habitação Transitória 2 - hotel e pousada; e • Habitação Transitória 3 - motel. 	

Usos Comunitários

Espaços, estabelecimentos ou instalações destinadas à educação e lazer, cultura, saúde, assistência social e/ou cultos religiosos, com parâmetros de ocupação específicos.

Tipo	Descrição	Usos	
Uso Comunitário 1	Atividades de atendimento direto, funcional ou especial ao uso residencial.	<ul style="list-style-type: none"> • Ambulatórios; • Assistência social; • Berçário, • Biblioteca; Farol do Saber. • Ensino maternal, pré-escolar, jardim de infância, creche; • Equipamentos públicos de saúde, educação, assistência social, segurança pública, entre outros. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de ensino de 1º e 2º graus escola especial; • Postos/Unidades Básicas de Saúde; • Igrejas de bairro; casas de culto. • Atividades similares em porte e usos às acima descritas.

<p>Uso Comunitário 2</p>	<p>Atividades que impliquem em concentração de pessoas ou veículos, altos níveis de ruídos e padrões viários especiais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Associações de Funcionários (sede urbana), Associação de Moradores; • Auditório; • Boliche; • Bombeiros • Campus Universitário; Sede de cursos Técnicos, Profissionalizantes e outros cursos em geral; • Cancha de Bocha, Cancha de Futebol; • Casa de Espetáculos Artísticos, Casas Noturnas; • Centro Comunitário, Centro de Recreação; • Cinema; • Colônia de Férias; • Delegacias; • Estabelecimentos de Ensino De 3º Grau e Escolas Profissionalizantes; 	<ul style="list-style-type: none"> • Feiras de pequeno porte (eventuais); • Ginásios; • Hospital, Pronto-Socorro, Maternidade; • Igreja, Templo Religioso, Salão Paroquial; • Museu; • Quartéis • Sede Cultural, Esportiva e Recreativa • Sociedade Cultural, Centro Cultural; • Teatro; • Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, Fórum de Justiça, Administração Pública, Órgãos Públicos e autarquias. • Atividades similares em porte e usos às acima descritas.
<p>Uso Comunitário 3</p>	<p>Atividades de grande porte, que impliquem em concentração de pessoas ou veículos, não adequados ao uso residencial e sujeitas a controle específico</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Associações de Funcionários (sede campestre); • Autódromo, Kartódromo, pista de motocross; • Camping; • Centro de Convenções, Centro e Parque de Exposições, Centro de Eventos; • Centro de Equitação, Hipódromo; 	<ul style="list-style-type: none"> • Circo, Parque de Diversões; • Estádio; • Pista de Treinamento; • Rodeio; • Atividades similares em porte e usos às acima descritas.
<p>Uso Comunitário 4</p>	<p>Atividades sujeitas a controle específico visando a proteção do meio ambiente.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Educação Ambiental; • Parques de Lazer; • Pesquisa Científica; • Parques Ecológicos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Conservação e Recuperação; • Atividades Turísticas; • Atividades similares em porte e usos às acima descritas.

Usos Comerciais e de Serviços:

Atividades pelas quais fica definida uma relação de troca visando o lucro e estabelecendo-se a circulação de mercadorias, ou atividades pelas quais fica caracterizado o préstimo de mão-de-obra ou assistência de ordem intelectual ou espiritual.

Tipo	Descrição	Usos		
Comércio e Serviço Vicinal	Atividade comercial varejista de pequeno porte, disseminada no interior das zonas, de atualização imediata e cotidiana, entendida como prolongamento do uso residencial e destinada ao atendimento de determinada vizinhança	<ul style="list-style-type: none"> • Açougue; • Atividades profissionais não incômodas exercidas na própria residência; • Comércio de refeições embaladas; Posto de venda de Pães, massas e outras produções caseiras; • Comércio de Bebidas; • Endereço comercial (autônomo estabelecido); 	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimentos de alfaiataria, costuraria e sapataria; • Estofarias, Serviços de reparos de móveis, Marcenaria, Serralheria; • Farmácia; • Mercearia, Quitanda, Hortifrutigranjeiros; • Montagem de Bijuterias; • Padaria • Revistaria; 	<ul style="list-style-type: none"> • Salões de Beleza e Estética, Serviços de Manicure; • Atividades similares em porte e usos às acima descritas.
Comércio e Serviço de Bairro	Atividades comerciais varejistas e de prestação de serviços de médio porte, destinadas a atendimento de determinado bairro ou zona	<ul style="list-style-type: none"> • Academias, Estúdios para prática de esportes; • Agência Bancária, Agência de Serviços Postais, Casa Lotérica; • Armarinhos, Papelaria, plotagens, copiadoras e pequenas impressões • Auto peças, Borracharia 	<ul style="list-style-type: none"> • Comércio de Materiais de Construção sem depósito, Vidraçaria; • Comércio de Materiais de Informática, celulares e acessórios; • Comércio Varejista de Roupas, Presentes, Acessórios, Sapatos, Boutiques, Utilidades para a Casa, Móveis, Eletrodomésticos, Ferragens, Artesanatos, Perfumes, Essências, Cosméticos, entre outros; 	<ul style="list-style-type: none"> • Floricultura, Flores Ornamentais; • Instituto de Beleza e Estética, Centros de Bem-Estar; • Joalheria, Relojoaria, • Jogos Eletrônicos • Laboratórios de Análises Clínicas, Radiológicos e Fotográficos • Mercado, Leiteria, Comércio de Bebidas; • Lavanderia, Chaveiro; • Livraria; • Oficina de Reparo de Eletrodomésticos;

		<ul style="list-style-type: none"> • Aviários, Petshops, Clínicas de Animais; • Bar, Lanchonete, Pastelaria; • Bilhar, Snooker, Pebolim, Jogos; • Cafeteria, Cantina, Casa de Chá, Confeitaria, Panificadora; • Centro de treinamento de condutores; • Choperia, Churrascaria, Petiscaria, Pizzaria, Restaurante, Rotisseria; • Clínicas e Consultórios Médicos, Odontológicos, Fisioterapêuticos, Psicológicos, de Homeopatia e outros da Área da Saúde; 	<ul style="list-style-type: none"> • Comércio de Veículos, Motocicletas e Acessórios; • Depósitos e comércios varejistas de gás para uso doméstico • Drogeria, Ervanário; • Distribuidoras de bebidas e alimentos; • Escritório de Comércio Varejista; • Escritórios Administrativos; • Escritórios de Construção Civil e Construtoras; • Escritórios de Representação Comercial; • Estabelecimentos de Ensino de Cursos Livres; 	<ul style="list-style-type: none"> • Oficina Mecânica de Veículos • Óticas • Posto de Venda de Gás, • Serviços de Datilografia, Digitação; • Serviços de Lavagem de Veículos; • Atividades similares em porte e usos às acima descritas.
Comércio e Serviço Setorial	atividades comerciais varejistas e de prestação de serviços, destinadas a atendimento de maior abrangência	<ul style="list-style-type: none"> • Agência de viagens; • Buffet com salão de festas, • Centro comercial, Co-workings, centro administrativo e complexo de escritórios; 	<ul style="list-style-type: none"> • Comércio varejista em geral, com exceção de comércio de grandes equipamentos; • Edifícios de escritórios; edifícios-garagem; • Empresas de transporte de valores; • Imobiliária • Editora, Tipografia, Gráfica; 	<ul style="list-style-type: none"> • Locadoras de veículos; • Lojas de departamentos; outlets; shopping centers. • Super e hipermercado, • Posto de gasolina. • Galerias de arte e antiquários; • Atividades similares em porte e usos às acima descritas.

		<ul style="list-style-type: none"> • Clínica de múltiplas especialidades; • Comércio de defensivos agrícolas; comércio de fogos de artifício e de artigos de pirotecnia; 	<ul style="list-style-type: none"> • Estacionamento Comercial; • Funerária; 	
Comércio e Serviço Geral -	Atividades comerciais varejistas e atacadistas ou de prestação de serviços, destinados a atender à população em geral, que, por seu porte ou natureza, exijam confinamento em área própria.	<ul style="list-style-type: none"> • Agenciamento de Cargas; • Armazém Geral; • Casas Noturnas; • Canil, Hospital Veterinário e Hotel para Animais; • Cooperativas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Comércio atacadista, comércio em grandes lojas; • Comércio varejista de grandes equipamentos, • Depósito; 	<ul style="list-style-type: none"> • Grandes oficinas, oficinas de maquinário pesado grandes oficinas de lataria de pintura; • Marmorarias; • Postos de serviços pesados; • Atividades similares em porte e usos às acima descritas.
Comércio e Serviço Específico	atividade peculiar cuja adequação à vizinhança e ao sistema viário depende de análise especial,	<ul style="list-style-type: none"> • Armazém seco; • Capela Mortuária Cemitério Ossuário • Centros automotivos de grande porte; • Depósito de gás de grande porte; • Depósito de Ferro-Velho, depósito de materiais usados, depósito de materiais da construção civil, depósito de produtos agrícolas, depósito de produtos químicos, e depósitos em geral; • Oficina de pintura e lanternagem 	<ul style="list-style-type: none"> • serviço de coleta de lixo e transportadora • estacionamento de transportes e maquinário • Centro de Controle de Vão • Comércio Varejista de Combustíveis, de Derivados de Petróleo • Comércio Atacadista de Combustíveis (Transportador Revendedor Retalhista – TRR) • Guinchos 	<ul style="list-style-type: none"> • Oficina de Chapeação e Pintura Automotiva • Posto de Abastecimento de Aeronaves Posto de Gasolina e serviços automotivos • Serviços de Bombas de Combustível para Abastecimento de Veículos da Empresa • Terminal de Transportes público, • Rodoviária; • Atividades similares em porte e usos às acima descritas.

Uso Industrial

Atividade através da qual se transforma insumos produzindo bens de consumo

Tipo	Descrição	Usos		
Industrial Tipo 1	Atividades industriais compatíveis com o uso residencial, não incômodas ao entorno.	<ul style="list-style-type: none"> • Absorventes, Fraldas e Similares; • Acessórios de Vestuário e de calçados; Roupas e Confeccões em Geral; Confeção de Bengalas, Bolsas, Bordados, Rendas, Guarda-chuva, Guarda-sol, Mochilas, Sombrinhas, entre outros; • Acessórios para Animais; • Adesivos, Etiquetas ou Fitas Adesivas; • Acessórios para Eletrônicos, Suprimentos para Informática; • Acessórios para Animais; • Aerodelismo • Agulhas e Alfinetes; • Artigos de Artesanato em geral, Artefatos de Bambu, Junco e Vime, Artefatos de lona, entre outros; 	<ul style="list-style-type: none"> • Artigos de Bijuteria e Semi-Jóias e de Joalheria, Relógio; • Materiais terapêuticos; • pães e similares, produtos alimentícios; • Artigos de Caça e Pesca; • Artigos de Carpintaria; • Artigos de Colchoaria • Artigos de Cortiça, Couro, Cutelaria, Peles, entre outros; • Artigos de Decoração; • Artigos de Esporte e Jogos Recreativos, Brindes e Presentes; • Artigos para Cama, Mesa e Banho 	<ul style="list-style-type: none"> • Bebidas e Alimentos Artesanais • Cortinas, Capas para Veículos e outras confecções do tipo; • Clichês, placas de metal; • Material Didático • Material Ótico • Painéis Cerâmicos e Mosaicos Artísticos • Perucas e Cabelleiras • Produtos Alimentícios; Produtos Desidratados; Produtos Naturais, Ervateira, Gelo, entre outros. • Demais atividades similares em porte, usos e impacto às acima descritas.
Industrial Tipo 2	Atividades industriais compatíveis ao seu entorno e aos parâmetros	<ul style="list-style-type: none"> • Acabamentos para Móveis; 	<ul style="list-style-type: none"> • Componentes Eletrônicos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Peças para Aparelhos Eletroeletrônico e Acessórios;

	<p>construtivos da zona, não geradoras de intenso fluxo de pessoas e veículos. Poluidoras do meio ambiente de modo geral e medianamente poluidoras de água. Potencial Poluidor/Degradador Grande. Atividades de pequeno ou médio porte. Neste grupo incluem-se, ainda, as indústrias de mediana poluição sonora e do ar. Poluidor/Degradador potencial médio.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Acessórios para Panificação; • Acumuladores Eletrônicos; • Aparelhos de Medidas, Aparelhos Fotográficos e Cinematográficos; • Aparelhos Ortopédicos; • Artefatos de Alumínio, Correias • Artefatos de Cartão, Cartolina, Papel e Papelão; • Artefatos de Parafina; Artigos Diversos de Fibra; • Artefatos de Cerâmica e Porcelanas; • Artigos Diversos de Madeira e Carpintaria; • Artigos Têxteis, Cordas e Barbantes, Cordoalha, Cúpulas para Abajur, Estopa; • Adubos Orgânicos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Componentes e Sistemas da Sinalização ; • Embalagens, Sacolas, Pastas Escolares, entre outros. • Esquadrias, Estandes para tiro ao Alvo; • Estofados para Veículos • Formulário Contínuo • Instrumentos Musicais, Instrumentos Óticos; • Lareiras, Lixas, Luminárias, Luminárias para Abajur, Luminosos, • Materiais Terapêuticos; • Metalúrgica; • Molduras, Móveis, Móveis de Vime; • Painéis e Cartazes Publicitários; • Palha de Aço • Palha Trançada, Paredes Divisórias, Peças e Acessórios e Material de Comunicação, 	<ul style="list-style-type: none"> • Persianas, Espanadores, Tapetes, Tecelagem, Toldos, Varais, Vassouras; • Pincéis; • Portas e Divisões Sanfonadas; • Portões Eletrônicos; • Produtos Alimentícios com Forno a Lenha; • Produtos Veterinários; • Sacarias. • Demais atividades similares em porte, usos e impacto às acima descritas.
Industrial Tipo 3	<p>Atividades industriais em estabelecimentos que implique na fixação de padrões específicos, quanto as características de ocupação do lote, de acesso, de</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Indústria do Cimento, Argamassa e Pré-Moldados 	<ul style="list-style-type: none"> • Indústria de Fumo e Tabaco; • Indústria Automotiva, Montagem de Veículos • Indústria de Implementos Rodoviários 	<ul style="list-style-type: none"> • Indústria Química, de Corretivos do solo e outros; • Produção de Óleos vegetais e outros Produtos da Destilação da Madeira,

	<p>localização, de tráfego, de serviços urbanos e disposição dos resíduos gerados. Trata-se de indústrias pesadas que deverão passar por processos de licenciamento e controle ambiental mais rígidos. Atividades de qualquer tipo, mas de grande porte.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Destilação de Alcool • Entrepósitos de Madeira para Exportação (Ressecamento) • Envase de produtos químicos • Frigorífico • Fundação • Geração e Fornecimento de Energia Elétrica • Indústria Cerâmica (argila, porcelana e similares); • Indústria de compensados, laminados, madeira e aglomerados; • Indústria de Águas Minerais • Indústria de Beneficiamento 	<ul style="list-style-type: none"> • Indústria da Borracha, de Remoldagem, Recapagem ou Recauchutagem de Pneus; • Indústria de Madeira • Indústria de Beneficiamento de Granito Indústria Mecânica ou Eletromecânica, Tornaria, Usinagem, Serralheira; • Indústria de Produtos Biotecnológicos; • Indústria de Rações e produtos veterinários; 	<ul style="list-style-type: none"> • Produção de Óleos, Gorduras e Ceras Vegetais e Animais • Artigos de material plástico e/ou acrílico/ polímeros; • Artigos pirotécnicos; asfalto; bombas e motores hidrostáticos; • Demais atividades similares em porte, usos e impacto às acima descritas.
<p>• Outros usos</p>				
Agropecuário	<p>Atividades de produção de plantas, criação e animais, agroindustriais e piscicultura.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Abate de animais; • Aração e/ou adubação; • Cocheira; • Colheita; 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação animais; • Processamento de alimentos do campo; • Serviços de imunização e tratamento de hortifrutigranjeiros; • Serviços de irrigação; 	<ul style="list-style-type: none"> • Serviços de lavagem de cereais; • Serviços de produção de mudas; sementes; • Viveiro de animais, haras; • Demais atividades similares em porte, usos e impacto às acima descritas.
Atividades de Ecoturismo	<p>Atividades voltadas aos usos rurais em atividades turísticas relacionadas à ecologia, ao meio-ambiente e à prática de atividades ao ar livre</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Arvorismo; • Pesque e pague; • Rapel; 	<ul style="list-style-type: none"> • Boia-cross, Rafting; • Estabelecimentos voltados à eventos ao ar-livre, Salão de eventos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Trilhas; • Visitações; • Educação Ambiental;



			<ul style="list-style-type: none">• Pista de motocross;	<ul style="list-style-type: none">• Demais atividades similares em porte, usos e impacto às acima descritas.
Extrativista	Atividades de extração mineral e vegetal.	<ul style="list-style-type: none">• Extração de areia;• Extração de argila;• Extração de cal;• Extração de caolim;	<ul style="list-style-type: none">• Extração de cimento;• Extração de madeira;• Extração de minérios;• Extração de pedras;	<ul style="list-style-type: none">• Extração vegetal;• Demais atividades similares em porte, usos e impacto às acima descritas.

Observações:

Os usos devem atender aos critérios estabelecidos no Decreto Federal 62.504/1968.

4.3.3 Parâmetros de uso do solo

A partir da definição dos diferentes tipos de uso foram definidos quais usos são permitidos, que podem ocorrer sem autorização especial, ou permissíveis, que devem passar pela aprovação do conselho para poderem se instalar, em cada uma das diferentes macrozonas apresentadas (QUADRO 4.2).

QUADRO 4.2 – USOS PERMITIDOS E PERMISSÍVEIS NAS MACROZONAS DE CAMPO DO TENENTE

Macrozona	Usos Permitidos (1)	Usos Permissíveis (1)
Macrozona Urbana	(2)	(2)
Macrozona da Localidade Rural de Santana	Habitação Unifamiliar; Comunitário 1 e 4; Comércio e Serviço Vicinal; Agropecuário; Ecoturismo.	Habitação Transitória 1 e 2; Comunitário 2 e 3; Comércio e Serviço de Bairro; Comércio e Serviço Específico; Extrativista.
Macrozona da Localidade Rural do Espírito Santo e Rio Vermelho	Habitação Unifamiliar; Comunitário 1 e 4; Comércio e Serviço Vicinal; Agropecuário; Ecoturismo.	Habitação Transitória 1 e 2; Comunitário 2 e 3; Comércio e Serviço de Bairro; Comércio e Serviço Específico; Extrativista.
Macrozona da Localidade Rural do Faxinal dos Veiga e Buriti	Habitação Unifamiliar; Comunitário 1 e 4; Comércio e Serviço Vicinal; Agropecuário; Ecoturismo.	Habitação Transitória 1 e 2; Comunitário 2 e 3; Comércio e Serviço de Bairro; Comércio e Serviço Específico; Extrativista.
Macrozona da Localidade Rural do Morrinho Alto	Habitação Unifamiliar; Comunitário 1 e 4; Comércio e Serviço Vicinal; Agropecuário; Ecoturismo.	Habitação Transitória 1 e 2; Comunitário 2 e 3; Comércio e Serviço de Bairro; Comércio e Serviço Específico; Extrativista.
Macrozona de Conservação Hídrica	Habitação Unifamiliar. Comunitário 1 e 4. Comércio e Serviço Vicinal.	Agropecuário. Ecoturismo.

Macrozona	Usos Permitidos (1)	Usos Permissíveis (1)
Macrozona de Desenvolvimento Agrícola	Habitação Unifamiliar; Habitação Transitória 1, 2 e 3; Comunitário 1, 2, 3 e 4; Comércio e Serviço Vicinal; Agropecuário; Ecoturismo.	Comércio e Serviço Específico; Extrativista.
Macrozona de Expansão Industrial e de Apoio Logístico	Comunitário 1, e 4; Comércio e Serviço Vicinal; Agropecuário; Comércio e Serviço Geral; Comércio e Serviço Setorial.	Habitação Unifamiliar; Habitação Transitória 1, 2 e 3; Extrativista; Industrial Tipo 1 e 2 (3).
Macrozona de Proteção das Várzeas	Habitação Unifamiliar; Comunitário 1, e 4; Comércio e Serviço Vicinal	Agropecuário; Extrativista.
Macrozona de Proteção dos Morros	-	Habitação Unifamiliar; Agropecuário; Extrativista.

Fonte: FUPEF (2022)

Nota: (1) Os usos que não aparecem nem na coluna de usos permitidos nem na coluna de usos permissíveis na descrição de determinada macrozona são considerados usos proibidos.

(2) Usos definidos pelo Zoneamento Urbano.

(3) Uso se torna permitido quando a área industrial prevista dentro do perímetro urbano for completamente ocupada.

Observações:

Os usos devem atender aos critérios estabelecidos no Decreto Federal 62.504/1968 e no Decreto 4.435/2016.

Na sequência são apresentados os usos permitidos e permissíveis em cada uma das zonas do perímetro urbano (QUADRO 4.3).

QUADRO 4.3 – USOS PERMITIDOS E PERMISSÍVEIS NAS ZONAS URBANAS DE CAMPO DO TENENTE

Zonas	Permitidos (1) (2)	Permissíveis (1) (2)
ZC	Habitação Unifamiliar; Habitação Unifamiliar em Série. Habitação Multifamiliar; Habitação Institucional; Habitação Transitória 1 e 2; Comunitário 1, 2 e 4; Comércio e Serviço Vicinal; Comércio e Serviço de Bairro; Comércio e Serviço Setorial.	Comunitário 3; Comércio e Serviço Geral.
ZR3	Habitação Unifamiliar, Habitação Unifamiliar em Série, Habitação Institucional, Habitação Transitória 1 e 2; Comércio e Serviço Vicinal; Comércio e Serviço de Bairro; Comunitário 1.	Comunitário 2 e 3 Comércio e Serviço Geral; Comércio e Serviço Específico.
ZR2	Habitação Unifamiliar; Habitação Unifamiliar em Série; Habitação Institucional; Comércio e Serviço Vicinal; Comunitário 1; Indústria Tipo 1 (3).	Comunitário 2 e 3; Comércio e Serviço de Bairro.
ZR1	Habitação Unifamiliar; Habitação Institucional; Comércio e Serviço Vicinal; Comunitário 1 e 4; Indústria Tipo 1 (3); Habitação Transitória 3; Agropecuário.	Comunitário 2 e 3; Comércio e Serviço Geral; Comércio e Serviço Específico; Industrial Tipo 2 (3).
ZEIS 1	Habitação Unifamiliar, Habitação Unifamiliar em Série, Habitação Institucional, Comércio e Serviço Vicinal, Comércio e Serviço de Bairro Comunitário 1.	Comércio e Serviço Setorial.
ZEIS 2	Habitação Unifamiliar, Habitação Unifamiliar em Série, Habitação Institucional, Comércio e Serviço Vicinal, Comércio e Serviço de Bairro Comunitário 2. Habitação Multifamiliar Comunitário 1.	Comércio e Serviço Setorial.
ZRPE	Habitação Unifamiliar, Comunitário 1 e 4.	Comércio e Serviço Vicinal.
ZIAL	Comércio e Serviço Geral; Comércio e Serviço Específico; Comunitário 1; Habitação Transitória 3; Industrial Tipo 2 e 3.	Habitação Unifamiliar; Industrial Tipo 1; Comunitário 2, 3 e 4.
ZIAS	Comércio e Serviço Geral; Comércio e Serviço Específico;	Habitação Unifamiliar; Comunitário 2, 3 e 4.

Zonas	Permitidos (1) (2)	Permissíveis (1) (2)
	Comunitário 1; Industrial Tipo 1, 2 e 3.	

Fonte: FUPEF (2022)

Nota: (1) Os usos que não aparecem nem na coluna de usos permitidos nem na coluna de usos permissíveis na descrição de determinada macrozona são considerados usos proibidos.

(2) Observar categorias de usos do solo que exigem a elaboração de EIV;

(3) Para as áreas de ZR1 e ZR2 no Distrito de Lajeado, as atividades instaladas devem se adequar ao conteúdo estabelecido na Lei Estadual 8935/1989.

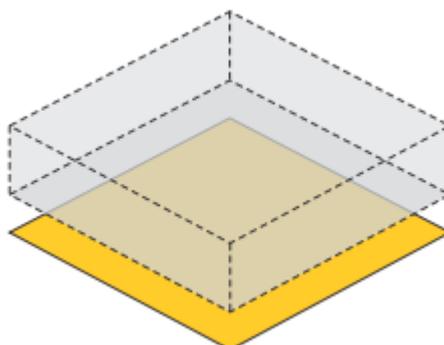
4.3.4 Parâmetros de ocupação do solo da sede urbana

O estabelecimento do uso e ocupação de cada zona contempla diferentes parâmetros que demandam a compreensão de alguns conceitos.

Coeficiente de Aproveitamento

Conformando-se ao estabelecido pelo Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), o coeficiente de aproveitamento diz respeito à delimitação das edificações urbanas, isto é, a área máxima a ser construída, em metros quadrados. Quando este coeficiente corresponde a 1,0, a área que pode ser submetida à construção é igual à área do terreno, conforme a visualização da figura a seguir, que representa o terreno, em amarelo, com o mesmo tamanho que a área da edificação, em cinza (FIGURA 4.9).

FIGURA 4.9 – COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO IGUAL A 1,0



Fonte: CAPACIDADES (2012).

É essencial compreender, no entanto, que a edificação poderá ter variação na quantidade de pisos, em função dos demais parâmetros específicos estabelecidos pelo Estatuto da Cidade e pela legislação municipal, isto é, permeabilidade e gabarito determinado para aquela zona. Ainda assim, o coeficiente determina a área total da edificação, considerando todos os pisos (CAPACIDADES, 2012).

Taxa de Ocupação

Diz respeito à razão entre a área entre a área da projeção horizontal da edificação e a área ou superfície total do terreno. Portanto, se a taxa de ocupação

de um terreno de área igual a 100 m² corresponde a 0,5 é correto dizer que o proprietário poderá construir em uma área de terreno de 50m². Ao contrário do coeficiente de aproveitamento, a taxa de ocupação não congrega a área total da edificação considerando todos os pavimentos, mas apenas a área da projeção da edificação sobre o terreno.

Taxa de Permeabilidade Mínima

Corresponde à relação entre a área permeável do terreno, isto é, a área não ocupada, e a área total do terreno. Em um terreno de 100 m² com taxa de permeabilidade de 25%, por exemplo, deve-se resguardar uma área de pelo menos 25 m², sem nenhum tipo de construção, calçamento ou cobertura.

A partir destes critérios e valendo-se do entendimento conjunto dos conceitos de recuo, gabarito, lote mínimo, alinhamento predial, afastamento lateral e outros, determinam-se os diferentes parâmetros de ocupação para a sede urbana, expressos na TABELA 4.1.

TABELA 4.1 – PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DAS MACROZONAS DE CAMPO DO TENENTE

Macrozonas	Usos Permitidos (1)	Usos Permissíveis	Lote Mínimo [Testada (m) x Área (m²)]	Coefficiente de Aproveitamento	Taxa de Permeabilidade	Quant. de Pavimentos	Recuo Frontal	Afastamento das Divisas	Taxa de ocupação
Macrozona Urbana	(2)								
Macrozona da Localidade Rural de Santana	Habitação Unifamiliar; Comércio e Serviço Vicinal; Agropecuário.	Comunitário 2 e 3; Comércio e Serviço de Bairro; Comércio e Serviço Específico; Extrativista.	40 x 20.000	0,1	80%	2	10	5	20%
	Comunitário 1 e 4; Ecoturismo.	Habitação Transitória 1 e 2;	40 x 20.000	0,2	80%	4	10	5	20%
Macrozona da Localidade Rural do Espírito Santo e Rio Vermelho	Habitação Unifamiliar; Comércio e Serviço Vicinal; Agropecuário.	Comunitário 2 e 3; Comércio e Serviço de Bairro; Comércio e Serviço Específico; Extrativista.	40 x 20.000	0,1	80%	2	10	5	20%
	Comunitário 1 e 4; Ecoturismo.	Habitação Transitória 1 e 2;	40 x 20.000	0,2	80%	4	10	5	20%
Macrozona da Localidade Rural do Faxinal dos Veiga e Buriti	Habitação Unifamiliar; Comércio e Serviço Vicinal; Agropecuário.	Comunitário 2 e 3; Comércio e Serviço de Bairro; Comércio e Serviço Específico; Extrativista.	40 x 20.000	0,1	80%	2	10	5	20%
	Comunitário 1 e 4; Ecoturismo	Habitação Transitória 1 e 2;	40 x 20.000	0,2	80%	4	10	5	20%
Macrozona da Localidade Rural do Morrinho Alto	Habitação Unifamiliar; Comércio e Serviço Vicinal; Agropecuário.	Comunitário 2 e 3; Comércio e Serviço de Bairro; Comércio e Serviço Específico; Extrativista.	40 x 20.000	0,1	80%	2	10	5	20%
	Comunitário 1 e 4; Ecoturismo.	Habitação Transitória 1 e 2;	40 x 20.000	0,2	80%	4	10	5	20%
Macrozona de Conservação Hídrica	Habitação Unifamiliar. Comunitário 1 e 4. Comércio e Serviço Vicinal.	Agropecuário. Ecoturismo.	40 x 20.000	0,1	80%	2	10	5	20%
Macrozona de Desenvolvimento Agrícola	Habitação Unifamiliar; Habitação Transitória 1, 2 e 3; Comunitário 1, 2, 3 e 4; Comércio e Serviço Vicinal; Agropecuário; Ecoturismo.	Comércio e Serviço Específico; Extrativista.	40 x 20.000	0,1	80%	2	10	5	20%
Macrozona de Expansão Industrial e de Apoio Logístico	Comunitário 1, 2, 3 e 4; Comércio e Serviço Vicinal; Agropecuário; Ecoturismo.	Habitação Unifamiliar; Habitação Transitória 1, 2 e 3; Extrativista.	40 x 20.000	0,1	80%	2	5	5	20%
	Comunitário 1 e 4; Comércio e Serviço Vicinal; Comércio e Serviço Geral; Comércio e Serviço Setorial.	Industrial Tipo 1 e 2 (3) (4).	40 x 1.500	1	35%	3	5	5	60%
Macrozona de Proteção das Várzeas	Habitação Unifamiliar; Comunitário 1, e 4; Comércio e Serviço Vicinal	Agropecuário; Extrativista.	40 x 20.000	0,1	80%	2	10	5	20%

Macrozonas	Usos Permitidos (1)	Usos Permissíveis	Lote Mínimo [Testada (m) x Área (m²)]	Coefficiente de Aproveitamento	Taxa de Permeabilidade	Quant. de Pavimentos	Recuo Frontal	Afastamento das Divisas	Taxa de ocupação
Macrozona de Proteção dos Morros	-	Habitação Unifamiliar; Agropecuário; Extrativista.	40 x 20.000	0,2	80%	2	10	5	20%

Fonte: FUPEF (2022)

Nota: (1) Condomínios em zona rural serão permitidos mediante anuência da secretaria responsável, do Conselho de Desenvolvimento Municipal, do Instituto Água e Terra (IAT) e INCRA, atendidas a Lei Federal 6766/1979, Decreto Federal 59.428/1966 e Lei Municipal de Condomínios. Em qualquer um dos casos de condomínios aprovados nestas condições o lote mínimo será de 30.000,00 m² e obedecidos o Código Florestal e Lei da Mata Atlântica.

(2) Parâmetros definidos pelo Zoneamento Urbano.

(3) Uso se torna permitido quando a área industrial prevista dentro do perímetro urbano for completamente ocupada.

(4) As atividades potencialmente poluidoras, de indústrias do Tipo 2 somente poderão se instalar no Município após aprovação dos órgãos municipais e estaduais responsáveis pelo licenciamento ambiental.

Observações:

Os usos que não aparecem nem na coluna de usos permitidos nem na coluna de usos permissíveis na descrição de determinada macrozona são considerados usos proibidos.

TABELA 4.2 – PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DAS ZONAS URBANAS DE CAMPO DO TENENTE

Zonas	Permitidos (1)	Permissíveis (1)	Lote Mínimo [Testada (m) x Área (m²)]	Coefficiente de Aproveitamento Básico	Coefficiente de Aproveitamento Máximo	Taxa de Permeabilidade	Quant. de Pavimentos	Recuo Frontal	Afastamento das Divisas (2)	Taxa de ocupação
ZC	Habitação Unifamiliar; Habitação Unifamiliar em Série.	-	12x240	1,5		20%	2 (3)	2	1,5 (2)	75%
	Habitação Multifamiliar; Habitação Institucional; Habitação Transitória 1 e 2; Comunitário 1, 2 e 4; Comércio e Serviço Vicinal; Comércio e Serviço de Bairro; Comércio e Serviço Setorial.	Comunitário 3; Comércio e Serviço Geral.	12x360	4,5		20%	6	2 (4)	Três primeiros pavimentos: 1,5 (2). Quarto e demais pavimentos: h/6.	75%
ZR3	Habitação Unifamiliar, Habitação Unifamiliar em Série, Habitação Institucional, Habitação Transitória 1 e 2; Comércio e Serviço Vicinal; Comércio e Serviço de Bairro; Comunitário 1.	Comunitário 2 e 3 Comércio e Serviço Geral; Comércio e Serviço Específico.	12x240	1,5	2,5 (5)	25%	3 (3) 4 (6) (3)	3	1,5 (2)	70%
ZR2	Habitação Unifamiliar; Habitação Unifamiliar em Série; Habitação Institucional; Comércio e Serviço Vicinal; Comunitário 1; Indústria Tipo 1.	Comunitário 2 e 3; Comércio e Serviço de Bairro; (7)	12x280 (8)	1,5	2,0 (5)	30%	2 (3) 3 (6) (3)	3	1,5 (2)	70%
ZR1	Habitação Unifamiliar; Habitação Institucional; Comércio e Serviço Vicinal; Comunitário 1 e 4; Indústria Tipo 1; Habitação Transitória 3;	Comunitário 2 e 3; Comércio e Serviço Geral; Comércio e Serviço Específico; Industrial Tipo 2 (9); (7)	15x600	0,8		60%	2 (3)	5	1,5 (2)	40%

Zonas	Permitidos (1)	Permissíveis (1)	Lote Mínimo [Testada (m) x Área (m²)]	Coefficiente de Aproveitamento Básico	Coefficiente de Aproveitamento Máximo	Taxa de Permeabilidade	Quant. de Pavimentos	Recuo Frontal	Afastamento das Divisas (2)	Taxa de ocupação
	Agropecuário.									
ZEIS 1	Habitação Unifamiliar, Habitação Unifamiliar em Série, Habitação Institucional, Comércio e Serviço Vicinal, Comércio e Serviço de Bairro Comunitário 1.	Comércio e Serviço Setorial.	10x120	1,5		20%	2 (3)	3	1,5 (2)	80%
ZEIS 2	Habitação Unifamiliar, Habitação Unifamiliar em Série, Habitação Institucional, Comércio e Serviço Vicinal, Comércio e Serviço de Bairro Comunitário 2.	Comércio e Serviço Setorial.	12x240	1,5		20%	2 (3)	3	1,5 (2)	75%
	Habitação Multifamiliar Comunitário 1.	-	12x360	4,5		20%	6	3 (4)	Três primeiros pavimentos: 1,5 (2). Quarto e demais pavimentos: h/6.	75%
ZRPE	Habitação Unifamiliar, Comunitário 1 e 4.	Comércio e Serviço Vicinal.	12x360	1,2		35%	2 (3)	5	1,5 (2)	60%
ZIAL	Comércio e Serviço Geral; Comércio e Serviço Específico; Comunitário 1; Habitação Transitória 3; Industrial Tipo 2 e 3 (9).	Habitação Unifamiliar; Industrial Tipo 1; Comunitário 2, 3 e 4.	20x1.000	1,2		35%	3	10 (6)	5	60%
ZIAS	Comércio e Serviço Geral; Comércio e Serviço Específico; Comunitário 1; Industrial Tipo 1, 2 e 3 (9).	Habitação Unifamiliar; Comunitário 2, 3 e 4.	15x600	1		35%	3	10	5	60%

Fonte: FUPEF (2022).

Nota: (1) Observar categorias de usos do solo que exigem a elaboração de EIV;

(2) O afastamento das divisas é obrigatório quando ocorrerem aberturas. Válido somente para os três primeiros pavimentos e para o ático. No quarto pavimento e demais o afastamento é obrigatório em todas as situações e deve respeitar a fórmula $h/6$;

(3) Nas habitações do tipo unifamiliar ou unifamiliar em série desta zona é permitido, além dos dois pavimentos, a construção de um ático com área máxima igual a 1/3 da área da projeção do pavimento imediatamente inferior;

(4) Facultado nas testadas confrontantes às vias comerciais;

(5) Para as áreas de ZR2 no Distrito de Lajeado, o lote mínimo para novos desmembramentos deve obedecer ao mínimo de 360 m² do Decreto Estadual nº 10.499/2022;

(6) Redução do recuo da ZIAL de 10 m para 5 m, nos lotes que forem confrontantes com a BR-116.

(7) As atividades instaladas no Distrito de Lajeado devem se adequar ao conteúdo estabelecido na Lei Estadual 8.935/1989.

(8) O pavimento adicional refere-se às edificações que lançarem mão do coeficiente de aproveitamento máximo;

(9) As atividades potencialmente poluidoras, de indústrias do Tipo 2 e 3 somente poderão se instalar no Município após aprovação dos órgãos municipais e estaduais responsáveis pelo licenciamento ambiental.

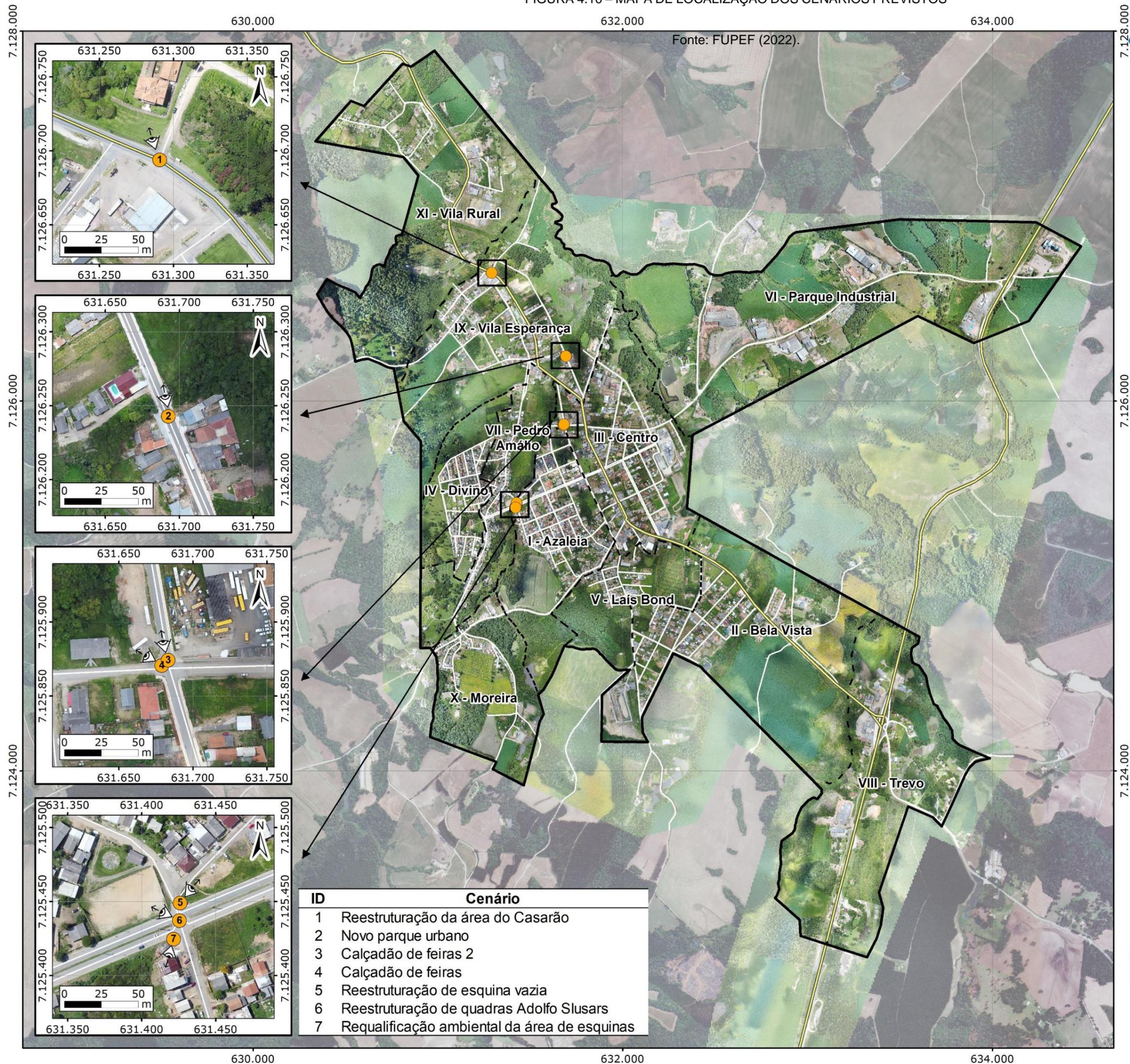
4.3.5 Cenários e projetos previstos

Além da reestruturação territorial através da definição de diretrizes e revisão do zoneamento e do uso e ocupação do solo, foram definidos também cenários e propostas prospectivas de alteração dos espaços públicos e integração entre os projetos urbanos.

A construção de cenários consiste no resultado da construção participativa com a comunidade e equipe da prefeitura e tem sinergia com as diretrizes e objetivos desta revisão do Plano Diretor, pois visa a urbanização integral do espaço, sem projetos pontuais, que tratem a cidade como um todo, as melhorias e requalificações nos equipamentos públicos, inclusive em áreas de baixo acesso como a Pedro Amálio, a possibilitação do uso de novos modais com a implementação de ciclofaixas e a reestruturação turística municipal, tanto com melhorias quando com projetos de promoção desses espaços.

A seguir serão apresentados os cenários específicos que foram construídos para a sede urbana de Campo do Tenente, sendo que a localização e o sentido das perspectivas esquematizadas estão apresentados no mapa da FIGURA 4.10.

FIGURA 4.10 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS CENÁRIOS PREVISTOS



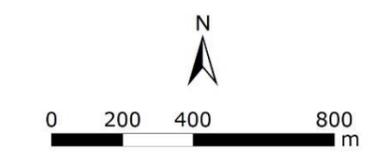
Fonte: FUPEF (2022).



Legenda

- Direção da vista
- Cenários previstos
- Rodovias
- - Limites dos bairros
- ▭ Perímetro urbano proposto da Sede de Campo do Tenente

Localização dos cenários previstos - FUPEF, 2023;
 Rodovias - DER, 2020; IBGE, 2019;
 Limites dos bairros e Perímetro urbano proposto - FUPEF, 2022;
 Limites municipais e estaduais - IBGE, 2015.



Escala do mapa: 1 : 20.000
 1 cm = 200 m

Sistema de Referência: SIRGAS 2000
 Projeção Cartográfica: UTM, Fuso 22S
 Meridiano Central: 51° W

ID	Cenário
1	Reestruturação da área do Casarão
2	Novo parque urbano
3	Calçadão de feiras 2
4	Calçadão de feiras
5	Reestruturação de esquina vazia
6	Reestruturação de quadras Adolfo Slusars
7	Requalificação ambiental da área de esquinas

**REVISÃO DO PLANO DIRETOR
 MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE/PR**

**MAPA DE LOCALIZAÇÃO
 DOS CENÁRIOS PREVISTOS**

Reestruturação da Área do Casarão

A reestruturação da Área externa do Casarão faz parte das ações que visam atender o objetivo de promover o turismo histórico em Campo do Tenente. Assim, além de realizar as mudanças e reformas necessárias na área interna do Casarão possibilitando a visitação, a área externa do Casarão também pode ser reestruturada.

Tal cenário compreende projetos já em andamento no município como a previsão de instalação de ciclofaixa na Avenida Miguel Komarchewski, tanto na região que liga o trevo ao Posto Campos, quanto do Casarão até a Vila Rural.

Assim, utilizando estes pontos já planejados ou em planejamento pela própria prefeitura, foi possível estruturar a rede cicloviária interna da sede urbana.

Na proposta, apresentada na Seção 4.4 deste documento (Mobilidade urbana e Sistema viário), a ciclovia segue da Rua Luiz Menelecki e encontra a Miguel Komarchewski, seguindo até a praça do imigrante e em seguida até o Casarão para então seguir em linha reta até a Vila Rural.

Além da reestruturação viária, com pavimentação da Rua Sete de Setembro é proposto o tratamento das calçadas, faixas de serviço, iluminação e tratamento paisagístico do local, tornando-o seguro e convidativo aos munícipes e turistas (FIGURA 4.11).

FIGURA 4.11 – CENÁRIO PROPOSTO DE REESTRUTURAÇÃO DA ÁREA DO CASARÃO



Fonte: FUPEF (2022).

Reestruturação e Requalificação da Área de Quadras e Praças entre as Ruas Gabriel Kais e Adolfo Slusars

A proposta de requalificação e reestruturação dos espaços compreendidos entre as ruas Gabriel Kais e Adolfo Slusars visa atender os objetivos da Revisão do Plano Diretor que levantam a necessidade de oferta de equipamentos públicos voltados ao lazer e à prática de esportes pelos munícipes. Ofertar tais equipamentos e reestruturar a área sul da Rua Pedro Amálio Ribas promove a melhoria espacial e da oferta de serviços para a qualidade de vida populacional na região que apresenta alta concentração populacional aliada à precariedade habitacional, de infraestrutura e equipamentos urbanos.

A área é caracterizada por três esquinas com terrenos baldios e equipamentos degradados. Uma das esquinas é composta por uma quadra de areia abandonada e alguns brinquedos de *playground*.

Nesta área a intenção é realizar a diminuição da quadra, melhorando suas condições de pavimentação e ofertando traves e cestas para prática de múltiplos esportes.

Além disso em um dos cantos da área poderão ser construídos algumas traves e declives para prática do Skate Street e uma academia ao ar livre, para atender a região do Pedro Amálio e do Divino (FIGURA 4.12).

FIGURA 4.12 – CENÁRIO PROPOSTO DE REESTRUTURAÇÃO DA ÁREA DE QUADRAS



Fonte: FUPEF (2022).

Na esquina posterior, onde hoje não acontece nenhum uso poderá ser implementado uma praça com área de estar e *playground*, buscando atender as crianças da região (FIGURA 4.13).

Na esquina onde ocorre a ocupação na área dos rios, deve ser instalada a ciclofaixa que se conecta com a ciclovia que segue adjacente à área de preservação do córrego, buscando evitar que novas ocupações avancem sobre a área alagadiça e provoquem a erosão das bordas do rio.

Neste ponto, além da ciclovia, deverá ser realizada a recuperação ambiental da mata ciliar do córrego, que na verdade, deverá acontecer em toda a área de margens do córrego, sobretudo aquelas que ocorrem na ZRPE. Na área ainda é proposta uma área de estar, como é possível visualizar na FIGURA 4.14.

FIGURA 4.13 – CENÁRIO PROPOSTO DE REESTRUTURAÇÃO DA ESQUINA VAZIA



Fonte: FUPEF (2022).

FIGURA 4.14 – CENÁRIO PROPOSTO DE REESTRUTURAÇÃO DA ÁREA DE ESQUINAS E REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL



Fonte: FUPEF (2022).

Área de Feiras e Calçadão do CRAS

Além das áreas de lazer e esportes e de promoção turística e histórica, um dos pontos levantados diversas vezes nas oficinas e reuniões com a ETM foi a necessidade de reestruturação da parte posterior à prefeitura (FIGURA 4.15).

O terreno, hoje, serve de garagem municipal e nele é possível encontrar diversos ônibus e maquinários. O cenário prevê a remoção da garagem, que deverá ser prevista em local apropriado, e construção de um calçadão que ligue a parte de trás da prefeitura ao CRAS. Este calçadão poderá ser utilizado para realização de feiras e eventos. Nele são previstas áreas de estar, iluminação e também uma área de playground, entre o CRAS e o calçadão.

A localização do calçadão ocorre na quadra ao lado da quadra onde acontece o Córrego e ao lado da Luís Meneleck, onde passa a ciclofaixa. Assim, o projeto de requalificação dos equipamentos de lazer e de proteção ambiental que ocorrem transversalmente na sede urbana serão também conectados aos acessos do Calçadão.

FIGURA 4.15 – CENÁRIO PROPOSTO DE REESTRUTURAÇÃO DA ÁREA DO CASARÃO



Fonte: FUPEF (2022).

Além das feiras, espera-se que o calçadão gere um novo senso de pertencimento e de proximidade dos equipamentos públicos aos munícipes e que seja um ponto de encontro e de passeio entre estes equipamentos, pois fica no coração da sede urbana.

FIGURA 4.16 – CENÁRIO PROPOSTO DE REESTRUTURAÇÃO DA ÁREA DO CASARÃO



Fonte: FUPEF (2022).

Novo Parque Urbano

O último cenário proposto para a sede urbana busca atender uma necessidade apontada por diversos dos participantes presentes nas oficinas técnicas, a falta de um parque urbano, permeado por verde, para lazer e práticas de esportes.

Assim, o cenário prospectivo prevê a instalação de um parque urbano na região da Rua Alcides Mário Quiège em área adjacente ao Hospital Municipal, maciços vegetais e corpos hídricos (FIGURA 4.17).

FIGURA 4.17 – CENÁRIO PROPOSTO DO NOVO PARQUE URBANO



Fonte: FUPEF (2022).

A área foi escolhida por ser próxima à uma ZEIS, onde deverão ser implementadas moradias populares que ali teriam fácil acesso ao parque, próxima à hospitais e equipamentos de educação e por ser uma continuidade do corredor da ZRPE que se criou desde a região sudoeste do perímetro. Assim, a proposta de áreas de recreação com preservação ambiental, evitando ocupações irregulares e mantendo a área de banhados dos rios intacta possibilita a construção de um projeto integrado em todo o perímetro urbano, tanto com as diferentes áreas da cidade, tanto com os diferentes aspectos, pois integra moradia, mobilidade, equipamentos sociais, preservação ambiental e outros.

O projeto do parque prevê a conexão da ciclovia com a ciclofaixa, além da criação de um pequeno lago que pode ser realizada através do acesso ao córrego

local, preservação do maciço vegetal existente, que é área de APP do córrego, construção de vias de corrida, áreas livres para estar, apreciação e práticas de esportes, além do tratamento paisagístico e melhoria na iluminação e pavimentação local.

É importante ressaltar, no entanto, que estes cenários não são projetos em si, mas vias e diretrizes de projetos, são cenários do que pode ser feito nos projetos, quais equipamentos e atividades implementadas de forma a melhor integrar os espaços e alcançar os objetivos do plano, vislumbrando uma simbiose entre a legislação e política urbana pelo plano revisadas e os projetos que serão de fato realizados no futuro.

Dessa forma, todos os cenários aqui apresentados são passíveis de alterações e de melhorias, pois somente um projeto paisagístico com levantamento, diagnóstico, estudo preliminar, anteprojeto e executivo poderão respaldar as ações a serem executadas.

Ainda assim, ressalta-se a importância de traçar esses cenários, que servirão como guias dos projetos, aquilo que se objetiva alcançar.

A seguir serão tratadas as diretrizes e ações voltadas à mobilidade e ao sistema viário urbano e municipal.

4.4 MOBILIDADE URBANA E SISTEMA VIÁRIO

A movimentação de pessoas, bens e serviços no município ocorre através do sistema viário, o que é compreendido no tema da mobilidade sustentável. Assim, de modo a constituir um conjunto de propostas de circulação e transporte voltado à acessibilidade universal, justa, segura e eficiente, são colocadas três proposições principais: nova hierarquização viária, implementação dos calçadões e estruturação da rede cicloviária.

Essas propostas atendem aos princípios e diretrizes da Política Nacional da Mobilidade Urbana (BRASIL, 2012), a legislação que estabelece as premissas de deslocamentos sustentáveis. Nesse sentido, consideram-se os seguintes princípios: a priorização do transporte não motorizado sobre o motorizado; a promoção do acesso integral aos serviços de mobilidade; a promoção do acesso integral aos serviços de mobilidade; o deslocamento de pessoas e serviços de

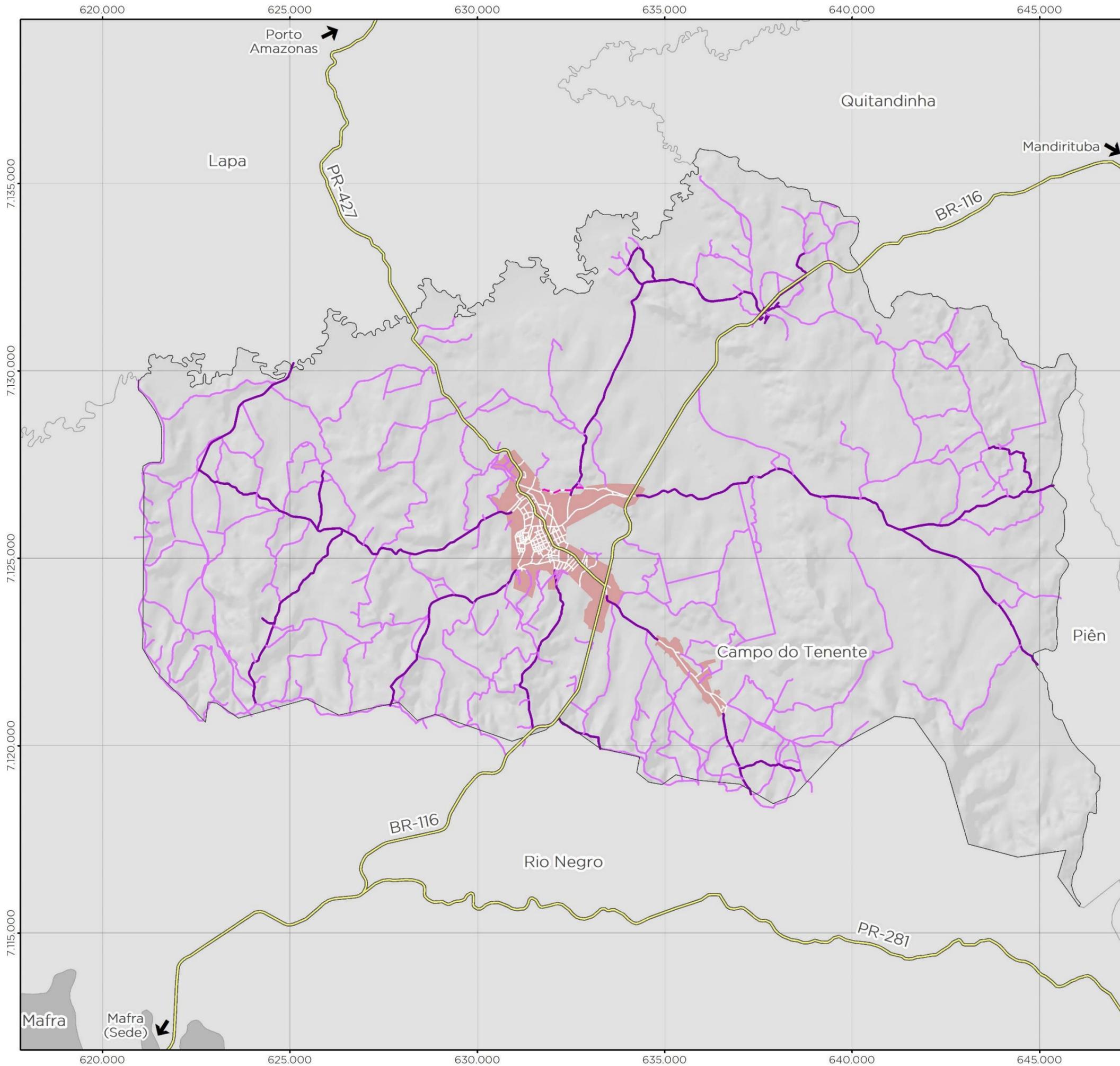
forma eficiente e eficaz; a mobilidade segura; e a integração das políticas municipais de desenvolvimento urbano. Assim, as próximas subseções discorrem as três proposições mencionadas, considerando a abrangência do Plano Diretor.

Vale ressaltar que propostas mais detalhadas devem fazer parte de um plano de mobilidade urbana, a ser realizado como uma política setorial complementar ao Plano Diretor, segundo a Política Nacional da Mobilidade Urbana (BRASIL, 2012). Nesse plano, diagnósticos e ações devem ser elaboradas com foco nos deslocamentos e em todos os modos de transporte existentes e considerados para o município, priorizando os modos ativos e o transporte público.

4.4.1 Hierarquização viária

Atualmente, a lei do sistema viário classifica as vias de Campo do Tenente em onze tipos. Propõem-se uma nova categorização, a fim de compatibilizar as vias com os deslocamentos e a ocupação atual e com o perímetro urbano proposto. Assim, as tipologias sugeridas totalizam dez classificações, sendo que duas são exclusivas para vias rurais, divididas num sistema principal e secundário. As rodovias, federal e estadual, perpassam tanto a área rural quanto o perímetro urbano proposto, assim como a Via de Diretriz, a servir de desvio da Rodovia PR-427. Por fim, seis tipologias dedicam-se à divisão das ruas na área urbana. Assim, a FIGURA 4.18 apresenta a hierarquia viária proposta no âmbito municipal. No perímetro urbano, a FIGURA 4.19 traz a hierarquização na sede urbana e a FIGURA 4.23 traz a hierarquização de vias no distrito de Lajeado. A função de cada via, bem como principais vias componentes de cada tipo, são descritos no QUADRO 4.4.

FIGURA 4.18 – HIERARQUIA VIÁRIA MUNICIPAL PROPOSTA



Legenda

- Limite municipal de Campo do Tenente
 - Perímetros urbanos propostos em Campo do Tenente
 - Municípios do Paraná
 - Municípios de Santa Catarina
- Hierarquia viária municipal proposta**
- Principal
 - Secundária
 - - - Diretriz
 - Vias

Hierarquia viária municipal proposta e Perímetro urbano proposto de Campo do Tenente - FUPEF, 2023; Rodovias - DER, 2020, IBGE, 2019; Limites municipais, estaduais e Capital - IBGE, 2015. Superfície sombreada - BDGEx, 2016;

N

0 1.000 2.000 4.000
m

Escala do mapa: 1 : 100.000
1 cm = 1.000 m

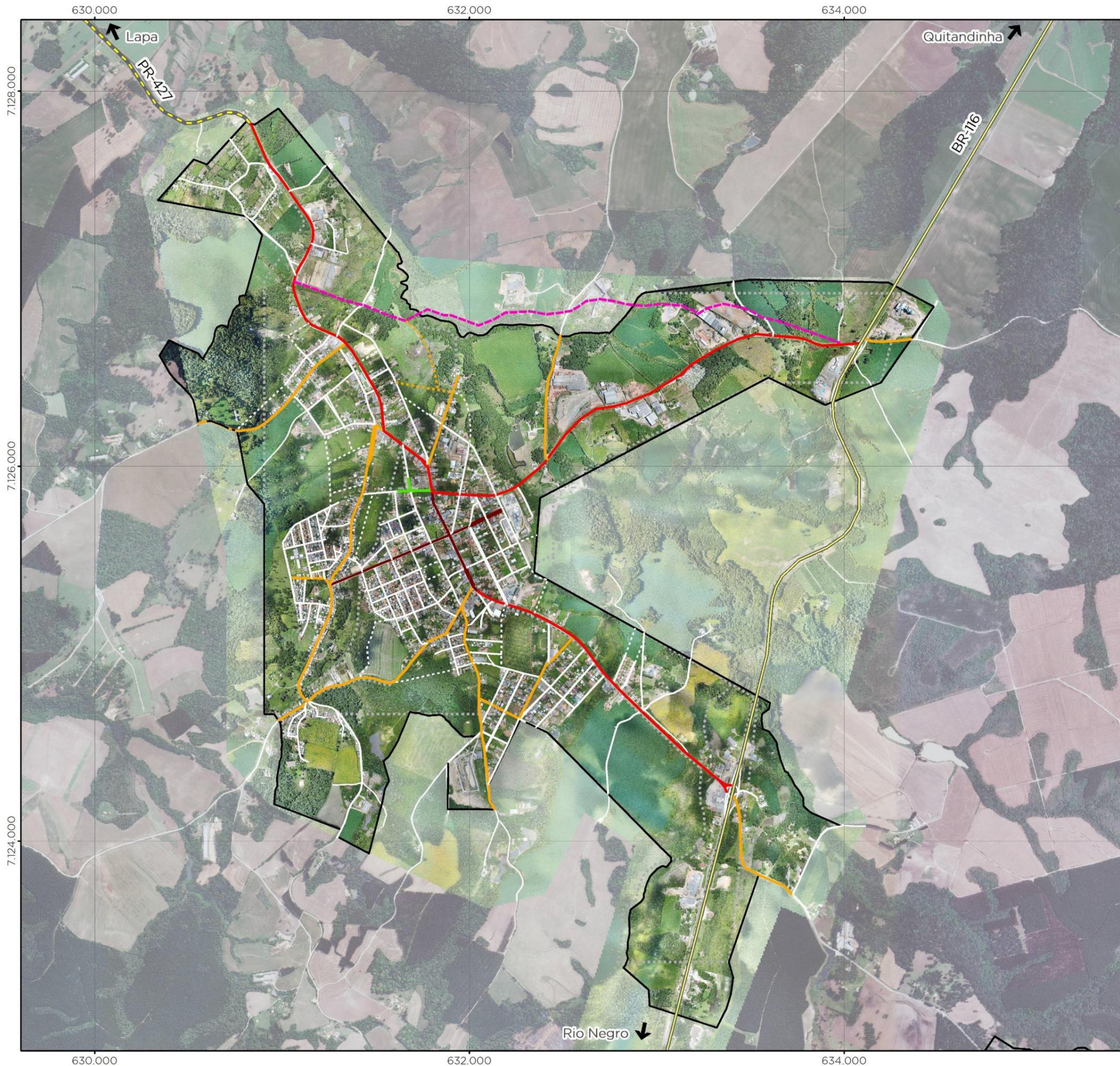
Sistema de Referência: SIRGAS 2000
Projeção Cartográfica: UTM, Fuso 22S
Meridiano Central: 51° W

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE/PR

HIERARQUIA VIÁRIA MUNICIPAL PROPOSTA



FIGURA 4.19 – HIERARQUIA VIÁRIA URBANA PROPOSTA – SEDE URBANA



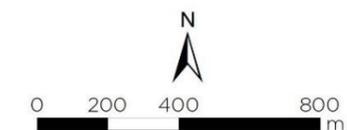
Legenda

- Rodovia Federal
- Rodovia Estadual
- Perímetro urbano proposto de Campo do Tenente

Hierarquia viária urbana proposta

- Calçada
- Via Arterial
- Via Coletora
- Via Comercial
- Via Local
- Diretriz da Rodovia Estadual
- Diretriz da Via Coletora
- Diretriz da Via Local

Hierarquia viária urbana proposta e Perímetro urbano proposto de Campo do Tenente - FUPEF, 2023;
 Rodovias - DER, 2020; IBGE, 2019;
 Limites municipais e estaduais - IBGE, 2015;
 Ortofoto - FUPEF, 2022;
 BaseMap - Esri, DeLorme, GEBCO, NOAA & NGDC.



Escala do mapa: 1 : 20.000
 1 cm = 200 m
 Sistema de Referência: SIRGAS 2000
 Projeção Cartográfica: UTM, Fuso 22S
 Meridiano Central: 51° W

REVISÃO DO PLANO DIRETOR
 MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE/PR
**HIERARQUIA VIÁRIA PROPOSTA
 PARA A SEDE URBANA**

FIGURA 4.20 – HIERARQUIA VIÁRIA URBANA PROPOSTA – DISTRITO DE LAJEADO



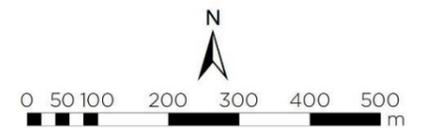
Legenda

Perímetro urbano proposto no Distrito do Lajeado

Hierarquia viária urbana proposta

Coletora
 Local

Perímetro urbano proposto do Distrito de Lajeado e Hierarquia Viária - FUPEF, 2023;
 Limites municipais e estaduais - IBGE, 2015;
 Ortofoto - FUPEF, 2022;
 BaseMap - Esri, DeLorme, GEBCO, NOAA & NGDC.



Escala do mapa: 1 : 10.000

1 cm = 100 m

Sistema de Referência: SIRGAS 2000
 Projeção Cartográfica: UTM, Fuso 22S
 Meridiano Central: 51° W

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE/PR
HIERARQUIA VIÁRIA PROPOSTA DISTRITO DE LAJEADO



QUADRO 4.4 – CLASSIFICAÇÃO E FUNÇÃO DE VIAS

CATEGORIA	FUNÇÃO	PRINCIPAIS VIAS
Rodovia Federal	Vias do sistema rodoviário federal.	Rodovias BR-116/PR.
Rodovia Estadual	Vias do sistema rodoviário estadual.	Rodovia PR-427.
Rodovia Estadual - Diretriz	Via a ser projetada como desvio para a Rodovia PR-427, permitindo a municipalização da Avenida Miguel Komarchewski.	Trajeto a ser adaptado em projeto específico por parte do DER/PR.
Via Municipal Rural Principal	Vias rurais de ligação de maior movimento e essenciais para o acesso às localidades rurais.	Estr. Cascavel, R. da Serrinha, Estr. Principal do Buriti, Estr. Santana, Estr. do Rodeio, Estr. Lajeado, Estr. Morrinho Alto, entre outras.
Via Municipal Rural Secundária	Vias rurais de ligação de movimento local e acesso às propriedades.	Demais vias rurais não enquadradas como Vias Municipais Rurais Principais.
Via Municipal Rural Secundária - Diretriz	Diretrizes projetadas de Vias Municipais Rurais Secundárias.	Continuidades de Vias Locais e outras Vias Municipais Rurais Secundárias, na contiguidade da sede urbana.
Via Comercial	Vias com maior concentração de movimentação e de ocupação mista, contendo canteiro central em diversos trechos.	Avenida Miguel Komarchewski e Rua Gabriel Kaiss.
Via Arterial	Vias de ligação e acesso do perímetro urbano, entre os sistemas rodoviários estadual e federal, servindo também como continuidade da Rodovia PR-427.	Avenida Miguel Komarchewski e Rua André Valenga.
Via Coletora	Vias que captam o tráfego das vias locais e o conduzem até vias arteriais e comerciais, além de darem continuidade a algumas vias rurais principais.	Rua Pedro Amálio Ribas, Rua Olívio Belich, Rua Vitório Boniati, Rua Ivo Marchese, Avenida São Sebastião, Avenida São João Maria, Rua Galdino Arruda, Rua Terezinha de Jesus Lima, Rua Maria Clara Brandão Tesserolli, Rua Wenceslau Hubner, Estrada Municipal Thomaz Sarot (Santana), Estrada do Rodeio e Estrada do Lajeado.

CATEGORIA	FUNÇÃO	PRINCIPAIS VIAS
Via Coletora - Diretriz	Diretrizes projetadas de Vias Coletoras.	Via de conexão entre a Avenida Miguel Komarchewski e a Rua Maria Clara Brandão Tesseroli, e via entre essa via e a Rodovia Estadual - Diretriz.
Calçadão	Trechos de vias destinados à exclusividade do pedestre e/ou do ciclistas, podendo também abrigar feiras livres.	Rua Avelino Ribas e Rua Luiz Menelecki.
Via Local	Vias de baixa velocidade que promovem distribuição do tráfego local.	Todas as demais vias urbanas não classificadas.
Via Local - Diretriz	Diretrizes projetadas de Vias Locais.	Diversas vias projetadas para conexão ou continuidade da malha viária urbana.

Fonte: FUPEF (2022).

Essa revisão proposta envolve uma padronização dos elementos e suas dimensões em cada tipologia, quando da implantação, adaptação e/ou pavimentação. Essa padronização, condicionada à abrangência de todas as tipologias, inclusive as vias rurais, é percorrida em suas dimensões de largura mínimas a seguir:

I. Rodovia Federal:

- a) Faixas de acostamento, a serem definidas pelo DNIT;
- b) Faixas de tráfego, sendo uma ou duas em cada sentido, a serem definidas pelo DNIT;
- c) Canteiro central, a serem definidas pelo DNIT;
- d) Totaliza-se a caixa da via com 70,00 m de faixa de domínio, sendo 35,00 m em cada lado, a partir do eixo da rodovia, ou outra largura conforme definição do DNIT.
- e) Faixas não edificáveis, de 15 metros em cada lado, que são reguladas pelo DNIT e que devem ser respeitadas pela ocupação dos lotes defronte à rodovia.

II. Rodovia Estadual:

- a) Faixas de acostamento, a serem definidas pelo DER;
- b) Faixas de tráfego, uma em cada sentido, a serem definidas pelo DER;
- c) Totaliza-se a caixa da via com 25,00 m de faixa de domínio, sendo 12,50 m em cada lado, a partir do eixo da rodovia, ou outra largura conforme definição do DER;
- d) Faixas não edificáveis, de 15 metros em cada lado, que são reguladas pelo DER e que devem ser respeitadas pela ocupação dos lotes defronte à rodovia;
- e) Pode contemplar a sinalização específica de uma ciclorrota.

III. Via Comercial:

- a) faixa de acesso mínima de 0,50 m (cinquenta centímetros);

- b) faixa livre de circulação (passeio), variando de 1,80 m (um metro e oitenta centímetros) a 2,00 m (dois metros);
- c) faixa de serviço, variando de 0,70 m (setenta centímetros) a 1,00 m (um metro);
- d) podem ou não contemplar ciclofaixa bidirecional, de 2,80 m (dois metros e oitenta centímetros);
- e) faixas de tráfego, variando de 3,30 m (três metros e trinta centímetros) a 3,60 m (três metros e sessenta centímetros);
- f) estacionamento em um lado, com largura de 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros);
- g) pode contemplar canteiro central, com 1,60 m (um metro e sessenta centímetros);
- h) totaliza-se a caixa da via com o mínimo de 15,00 m (quinze metros), podendo chegar a 21,00 m (vinte e um metros).

IV. Via Arterial:

- a) faixa de acesso mínima de 0,50 m (cinquenta centímetros);
- b) faixa livre de circulação (passeio) variando de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) a 2,20 m (dois metros e vinte centímetros);
- c) faixa de serviço, variando de 0,70 m (setenta centímetros) a 1,30 m (um metro e trinta centímetros);
- d) pode ou não contemplar ciclofaixa bidirecional, de 2,80 m (dois metros e oitenta centímetros);
- e) faixas de tráfego com 3,60 m (três metros e sessenta centímetros);
- f) pode contemplar estacionamento em um dos lados, com largura de 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros);
- g) totaliza-se a caixa da via com o mínimo de 12,60 m (doze metros e sessenta centímetros), podendo chegar a 20,00 m (vinte metros).

V. Via Coletora:

- a) faixa de acesso mínima de 0,50 m (cinquenta centímetros);
- b) faixa livre de circulação (passeio) variando de 1,30 m (um metro e trinta centímetros) a 1,70 m (um metro e setenta centímetros);
- c) faixa de serviço, variando de 0,50 m (cinquenta centímetros), em trechos estreitos da via, a 1,00 m (um metro);

- d) faixas de tráfego com 3,30 m (três metros e trinta centímetros), com exceção de trechos estreitos, não sendo inferior a 3,15 m (três metros e quinze centímetros);
- e) pode contemplar estacionamento em um ou em ambos os lados, com largura variando de 2,30 m (dois metros e trinta centímetros) a 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros);
- f) totaliza-se a caixa da via com o mínimo de 14,50 m (quatorze metros e cinquenta centímetros), podendo chegar a 15,10 m (quinze metros e dez centímetros).

VI. Calçada:

- a) faixa livre de circulação (passeio) variando de 10,40 m (dez metros e quarenta centímetros) a 15,00 m (quinze metros), contemplando os elementos da faixa de serviços e da faixa de acesso;
- b) pode ou não contemplar ciclovia bidirecional, de 2,60 m (dois metros e sessenta centímetros);
- c) totaliza-se a caixa da via com a largura de 15,00 m (quinze metros).

VII. Via Local:

- a) faixa de acesso mínima de 0,50 m (cinquenta centímetros);
- b) faixa livre de circulação (passeio) variando de 1,40 m (um metro e quarenta centímetros) a 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros);
- c) faixa de serviço, variando de 0,70 m (setenta centímetros) a 1,00 m (um metro);
- d) pode ou não contemplar ciclofaixa bidirecional, de 2,60 m (dois metros e sessenta centímetros);
- e) faixas de tráfego com 3,30 m (três metros e trinta centímetros);
- f) pode contemplar estacionamento em um dos lados, com largura de 2,20 m (dois metros e vinte centímetros);
- g) totaliza-se a caixa da via com o mínimo de 12,00 m (doze metros), podendo chegar a 15,00 m (quinze metros).

VIII. Anel Viário:

- a) Dimensões a serem definidas em projeto específico de órgão responsável.

IX. Via Rural Principal:

- a) faixa de calçada de 2,20 m (dois metros e vinte centímetros), abrangendo passeio e as faixas de acesso e de serviço distribuídos;
- b) acostamento, em ambos os lados, com 2,00 m (dois metros);
- c) faixas de tráfego com 3,30 m (três metros e trinta centímetros);
- d) totaliza-se a caixa da via com 15,00 m (quinze metros).

X. Via Rural Secundária:

- a) faixa de calçada de 2,20 m (dois metros e vinte centímetros), abrangendo passeio e as faixas de acesso e de serviço distribuídos;
- b) faixas de tráfego com 3,80 m (três metros e oitenta centímetros);
- c) totaliza-se a caixa da via com 12,00 m (doze metros).

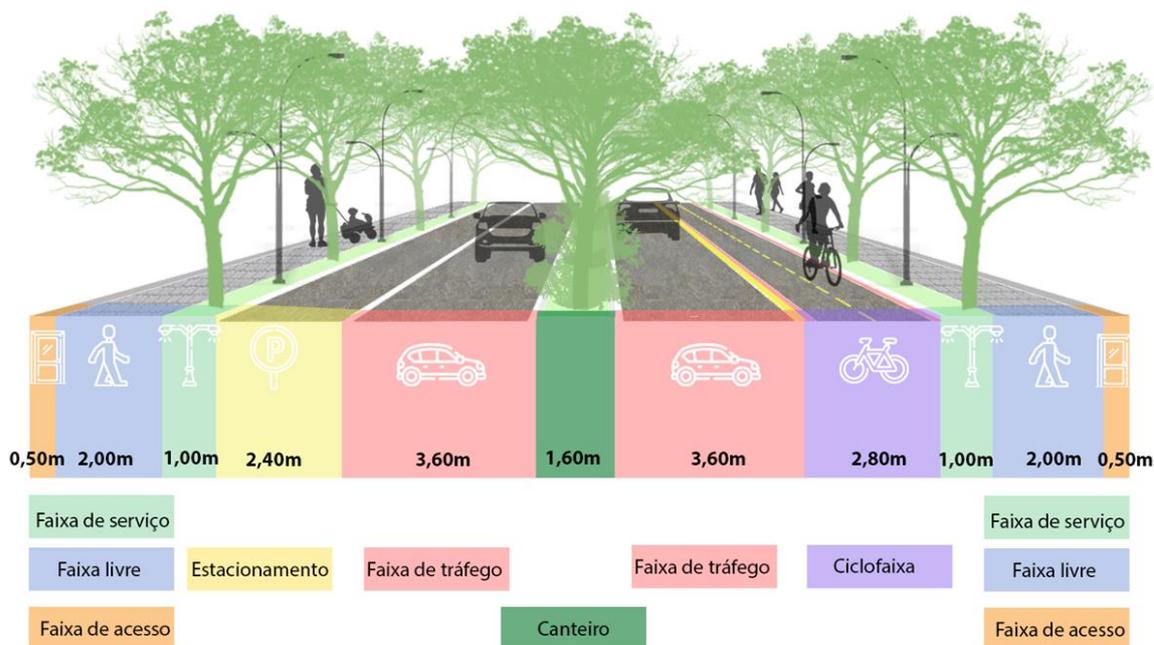
Para as vias de diretriz, devem ser seguidas as dimensões propostas para as tipologias de via correspondentes já existentes.

Como exemplificação, para algumas tipologias foram desenvolvidos esquemas gráficos para representar as dimensões, de modo que fique explícita a necessidade de harmonia entre o transporte motorizado e os modos ativos, isto é, a bicicleta e o andar a pé. Assim, as seguintes figuras, representadas na unidade de centímetros (cm), cumprem essa tarefa de visualização:

- FIGURA 4.21: Via Comercial – com canteiro central;
- FIGURA 4.22 Via Comercial – com estacionamento;
- FIGURA 4.23: Via Arterial – com ciclofaixa e estacionamento;
- FIGURA 4.24: Via Arterial – sem ciclofaixa e sem estacionamento;
- FIGURA 4.25: Via Arterial – trechos estreitos;
- FIGURA 4.26: Via Coletora – com estacionamento em ambos os lados;
- FIGURA 4.27: Via Coletora – com estacionamento em um lado (em frente às escolas);
- FIGURA 4.28: Via Coletora – com estacionamento em um lado;
- FIGURA 4.29: Vias Coletoras e Locais – sem estacionamento;
- FIGURA 4.30: Calçadão – com ciclofaixa;

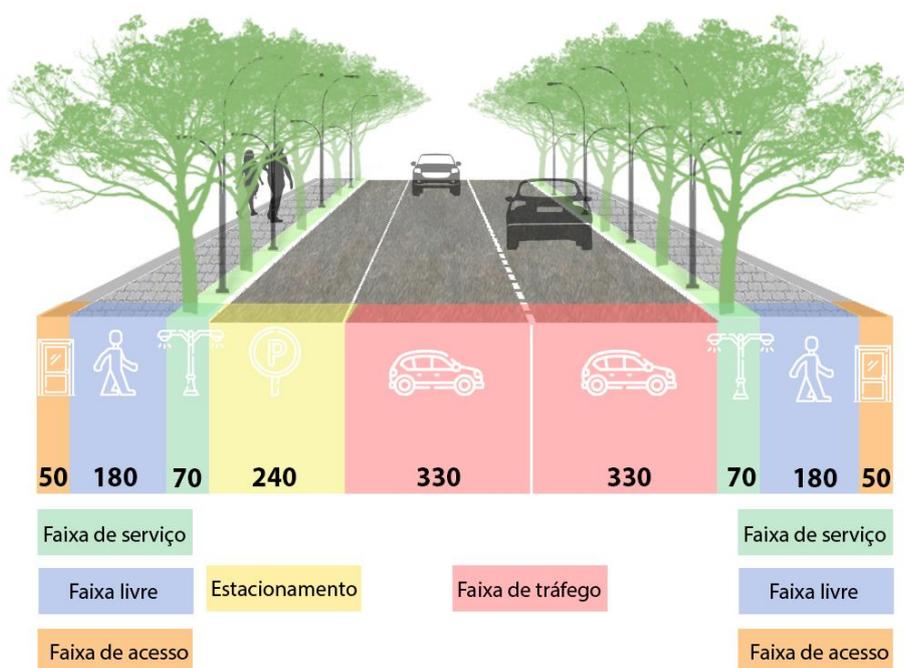
- FIGURA 4.31: Calçada – sem ciclofaixa;
- FIGURA 4.32: Via Local – com ciclofaixa.

FIGURA 4.21 – PROPOSTA DE CAIXA DE VIA – VIA COMERCIAL – COM CANTEIRO CENTRAL (MIGUEL KOMARCHEWSKI E GABRIEL KAISS)



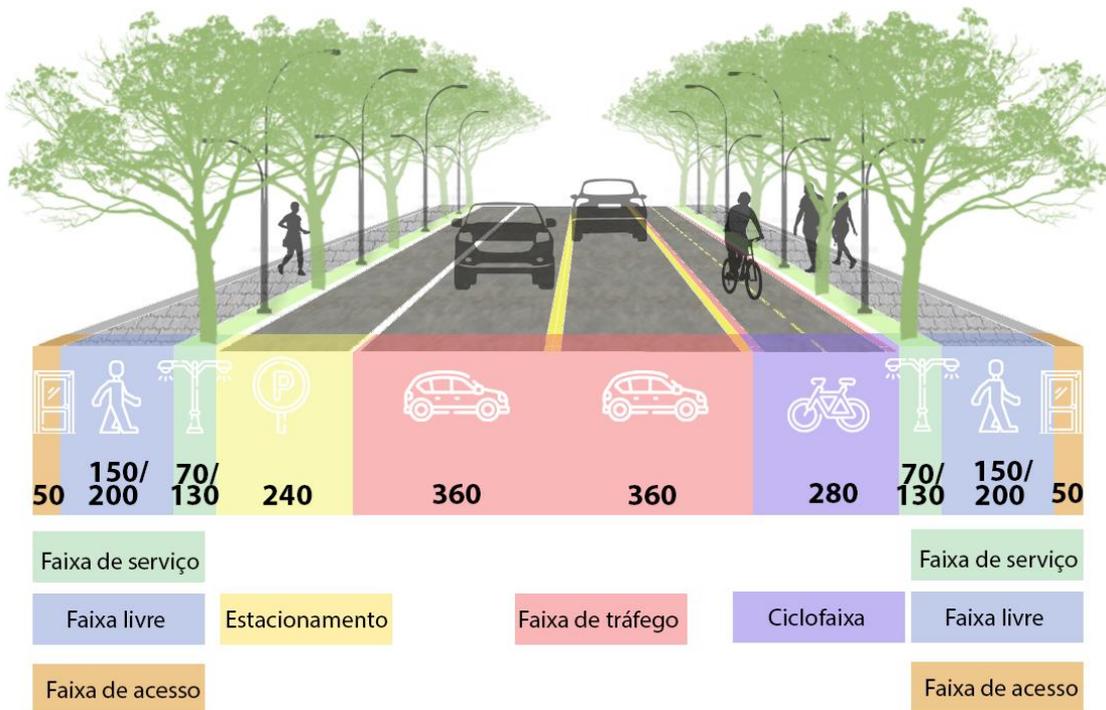
Fonte: FUPEF (2022).

FIGURA 4.22 – PROPOSTA DE CAIXA DE VIA – VIA COMERCIAL – COM ESTACIONAMENTO (MIGUEL KOMARCHEWSKI ENTRE GABRIEL KAISS E ANDRÉ VALENGA)



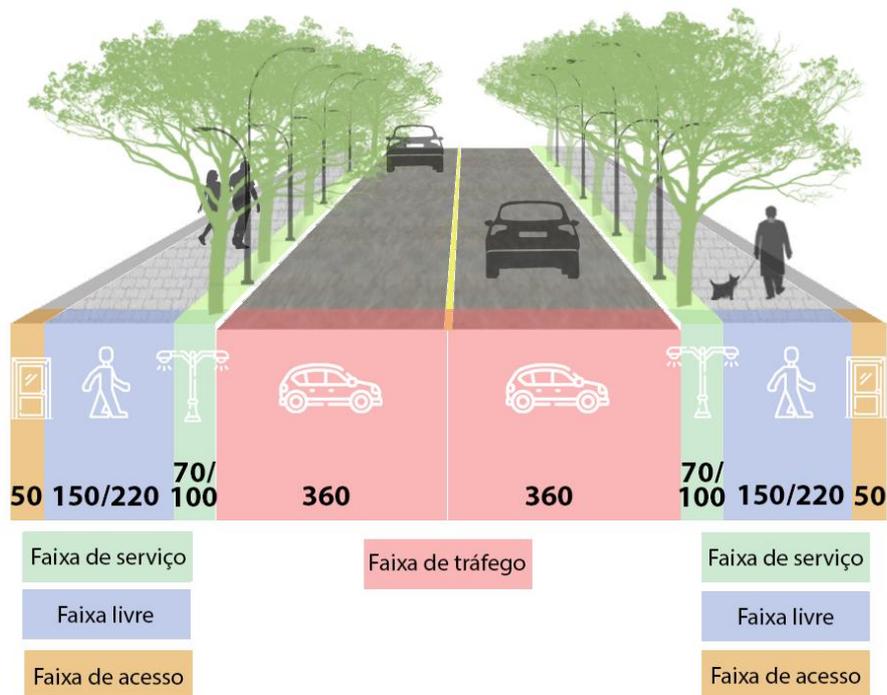
Fonte: FUPEF (2022).

FIGURA 4.23 – PROPOSTA DE CAIXA DE VIA – VIA ARTERIAL – COM CICLOFAIXA E ESTACIONAMENTO (MIGUEL KOMARCHEWSKI)



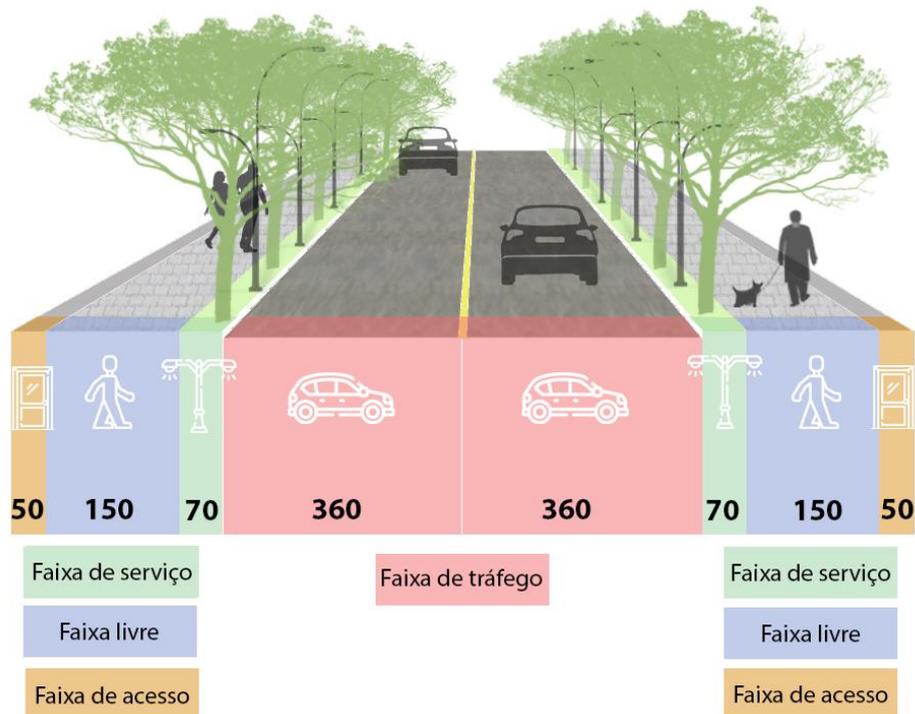
Fonte: FUPEF (2022).

FIGURA 4.24 – PROPOSTA DE CAIXA DE VIA – VIA ARTERIAL (ANDRÉ VALENGA)



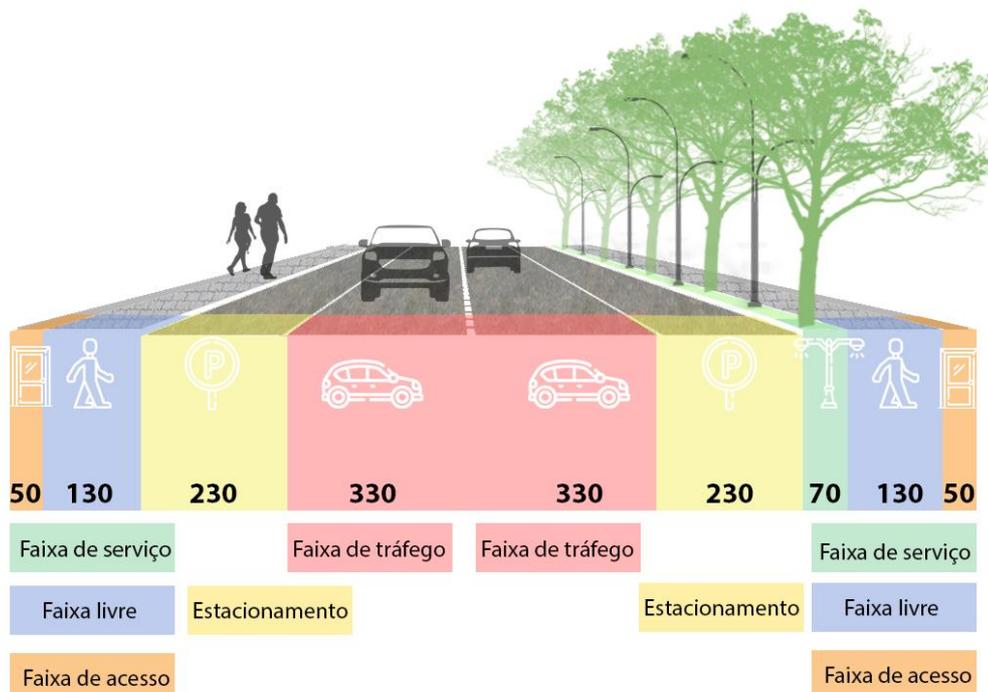
Fonte: FUPEF (2022).

FIGURA 4.25 – PROPOSTA DE CAIXA DE VIA – VIA ARTERIAL – TRECHOS ESTREITOS (ANDRÉ VALENGA)



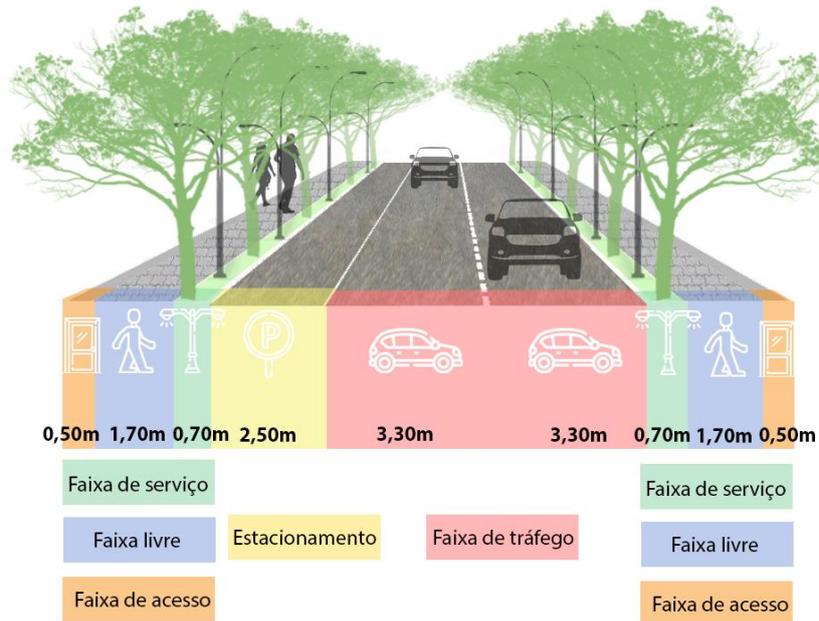
Fonte: FUPEF (2022).

FIGURA 4.26 – PROPOSTA DE CAIXA DE VIA – VIA COLETORA – COM ESTACIONAMENTO EM AMBOS OS LADOS



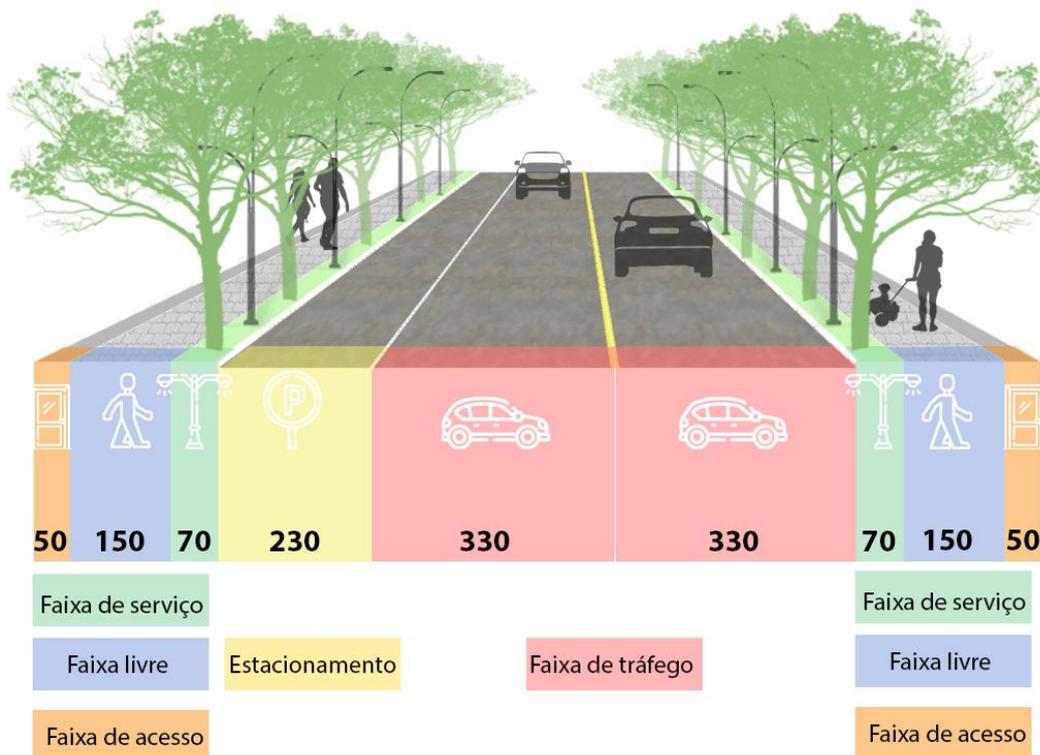
Fonte: FUPEF (2022).

FIGURA 4.27 – PROPOSTA DE CAIXA DE VIA – VIA COLETORA – COM ESTACIONAMENTO EM UM DOS LADOS (MARIA CLARA B. T. EM FRENTE AO COLÉGIO VICTOR BUSSMANN)



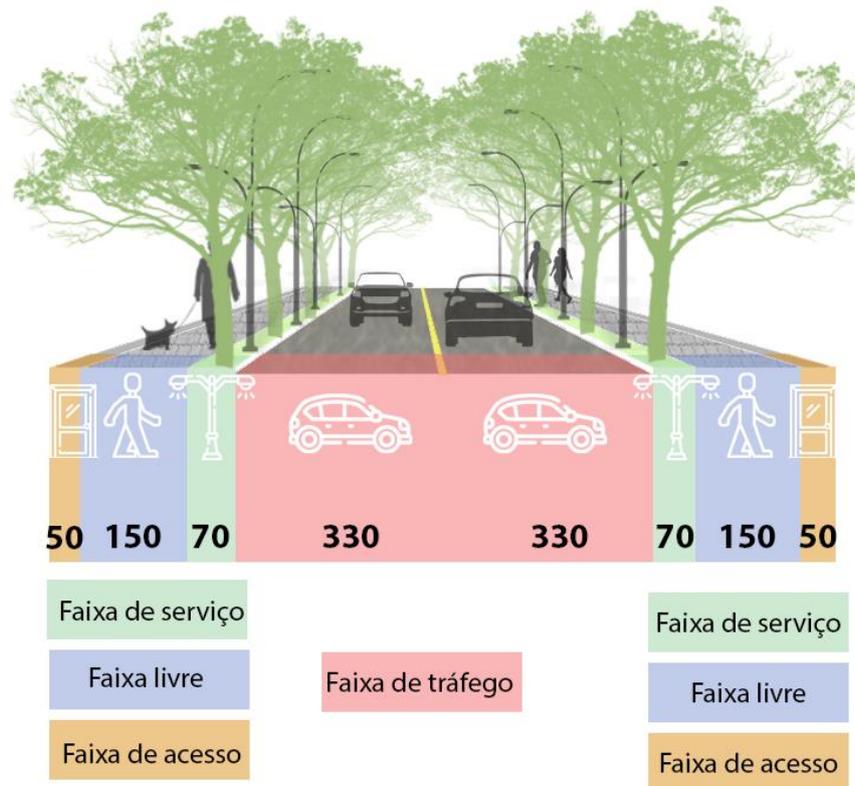
Fonte: FUPEF (2022).

FIGURA 4.28 – PROPOSTA DE CAIXA DE VIA – VIA COLETORA – COM ESTACIONAMENTO EM UM LADO



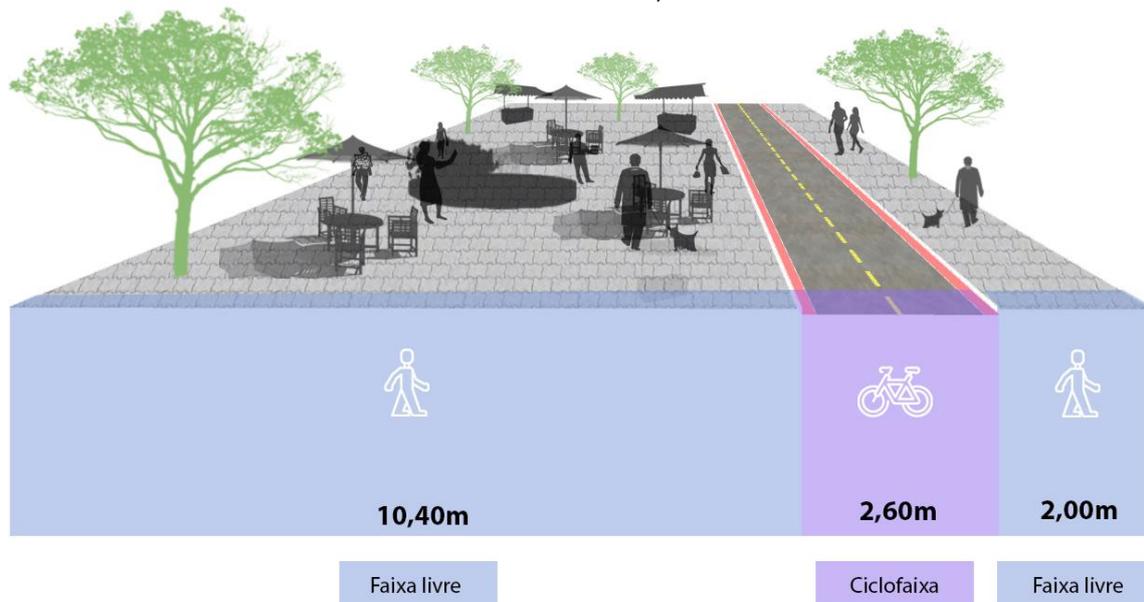
Fonte: FUPEF (2022).

FIGURA 4.29 – PROPOSTA DE CAIXA DE VIA – VIAS COLETORAS E VIAS LOCAIS – SEM ESTACIONAMENTO



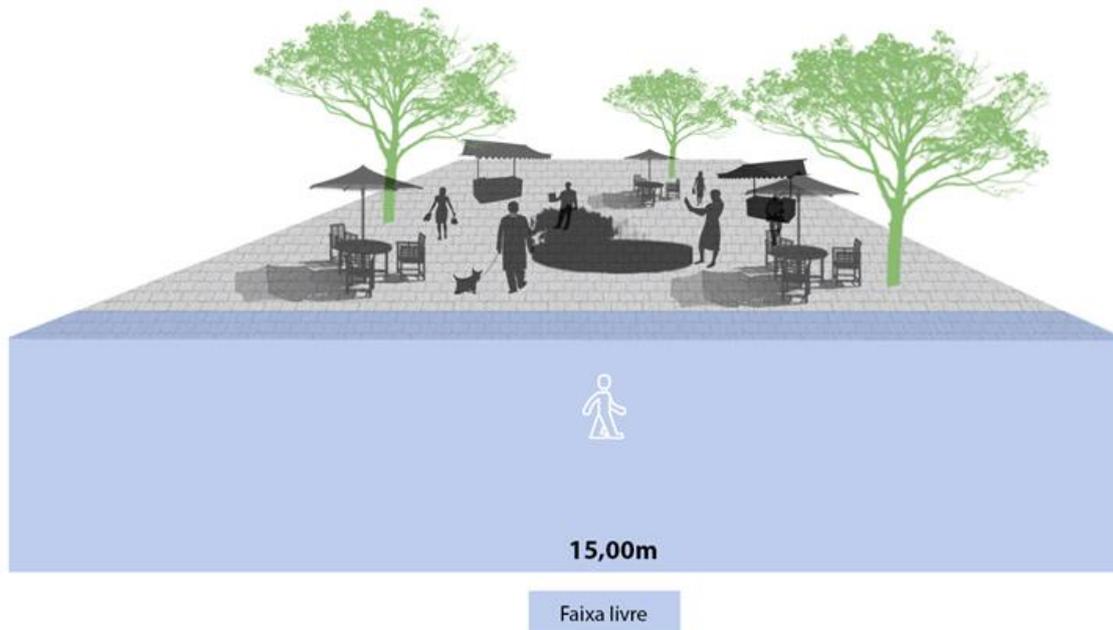
Fonte: FUPEF (2022).

FIGURA 4.30 – PROPOSTA DE CAIXA DE VIA – CALÇADÃO – COM CICLOFAIXA (LUIZ MENELECKI)



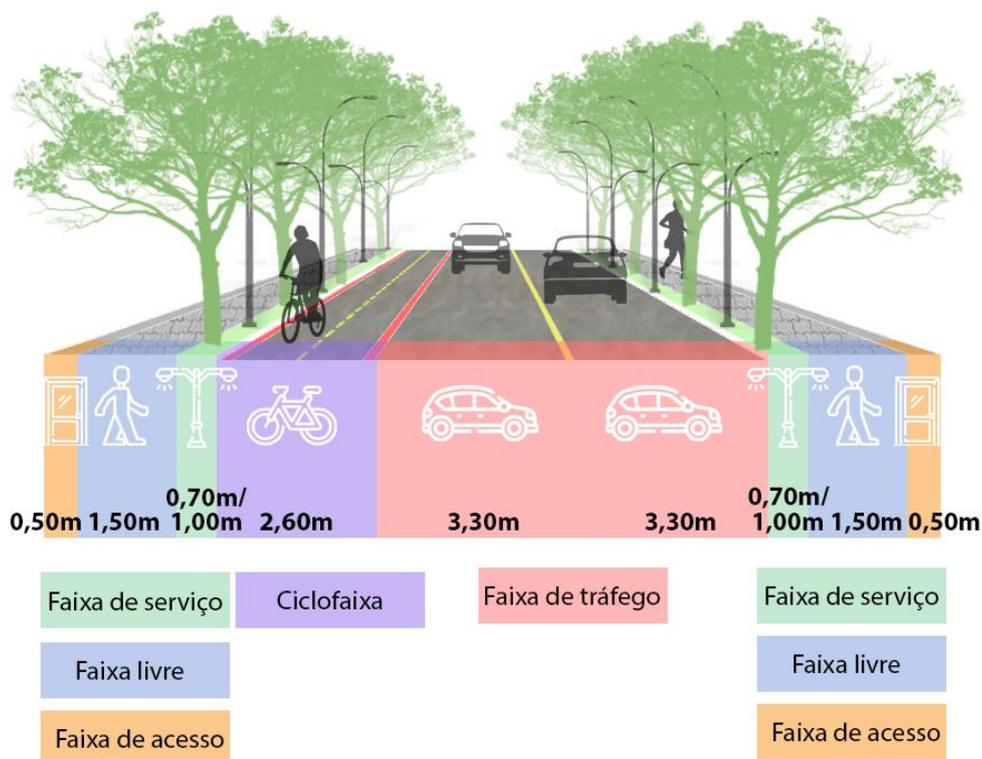
Fonte: FUPEF (2022).

FIGURA 4.31 – PROPOSTA DE CAIXA DE VIA – CALÇADÃO – SEM CICLOFAIXA (AVELINO RIBAS)



Fonte: FUPEF (2022).

FIGURA 4.32 – PROPOSTA DE CAIXA DE VIA – VIA LOCAL – COM CICLOFAIXA (LUIZ MENELECKI)



Fonte: FUPEF (2022).

Em complemento, é importante destacar que, nos casos de largura maior disponível na caixa da via em relação aos definidos acima, deve ser priorizado o aumento de faixas livres de pedestres, das ciclofaixas e das faixas de serviço, respectivamente.

4.4.2 Alteração de sentido de vias

Para melhora do fluxo de entrada e saída das escolas Municipal Professor Gunther Urban e Colégio Estadual Victor Bussmann e outros equipamentos públicos do entorno, propõe-se a implantação de sentido único em algumas vias. Assim, haveria um fluxo de veículos, a partir da Avenida Miguel Komarchewski, em mão única na Rua Maria Clara Brandão Tesserolli, na Rua Leopoldo Jacomel e na Rua Jorge Alves de Barros, até a interseção com a Rua André Valenga. A FIGURA 4.33 traz o traçado do sentido único proposto. Esse sentido contribuiria para a melhora das interseções e do acesso às instituições mencionadas, compatibilizando o espaço reduzido dessas vias, principalmente a Rua Maria Clara Brandão Tesserolli.

FIGURA 4.33 – NOVO SENTIDO DE VIAS NA SEDE URBANA PROPOSTO

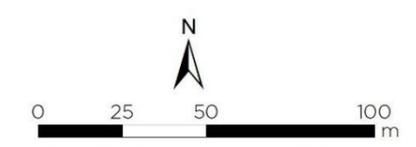


Legenda

Hierarquia viária urbana proposta nas vias existentes

- Calçada
- Via Arterial
- Via Coletora
- Via Comercial
- Via Local
- ↑ Novo Sentido da Via

Hierarquia viária urbana proposta e - FUPEF, 2023;
Ortofoto - FUPEF, 2022;
BaseMap - Esri, DeLorme, GEBCO, NOAA & NGDC.



Escala do mapa: 1 : 2.102
1 cm = 21 m

Sistema de Referência: SIRGAS 2000
Projeção Cartográfica: UTM, Fuso 22S
Meridiano Central: 51° W

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE/PR
NOVO SENTIDO DAS VIAS NA SEDE URBANA



4.4.3 Implementação de Calçadas

A normalização dos automóveis para o transporte individual gera conflitos de trânsito e impacta nas modalidades ativas, no meio ambiente e na qualidade de vida das cidades. Esses impactos perpassam os problemas de segurança no trânsito, estresse, barulho, poluição do ar, entre outros atribuídos ao uso excessivo dos automóveis para os deslocamentos urbanos (FONSECA, 2012).

Do conflito entre o trânsito de automóveis e o de pedestres em algumas vias de alto movimento, surgiu a necessidade de repensar as prioridades do uso do espaço público. Uma das principais soluções foi a determinação de áreas exclusivas para pedestres, principalmente no centro das cidades, os chamados calçadões, como a pioneira Rua das Flores, em Curitiba. Eles moldam locais de encontro e circuitos de comércio interconectados, tendo o objetivo de garantir livre trânsito do transporte pedonal. Sua implantação instiga a qualidade de vida nos centros urbanos, servindo como opção segura e agradável para a caminhada.

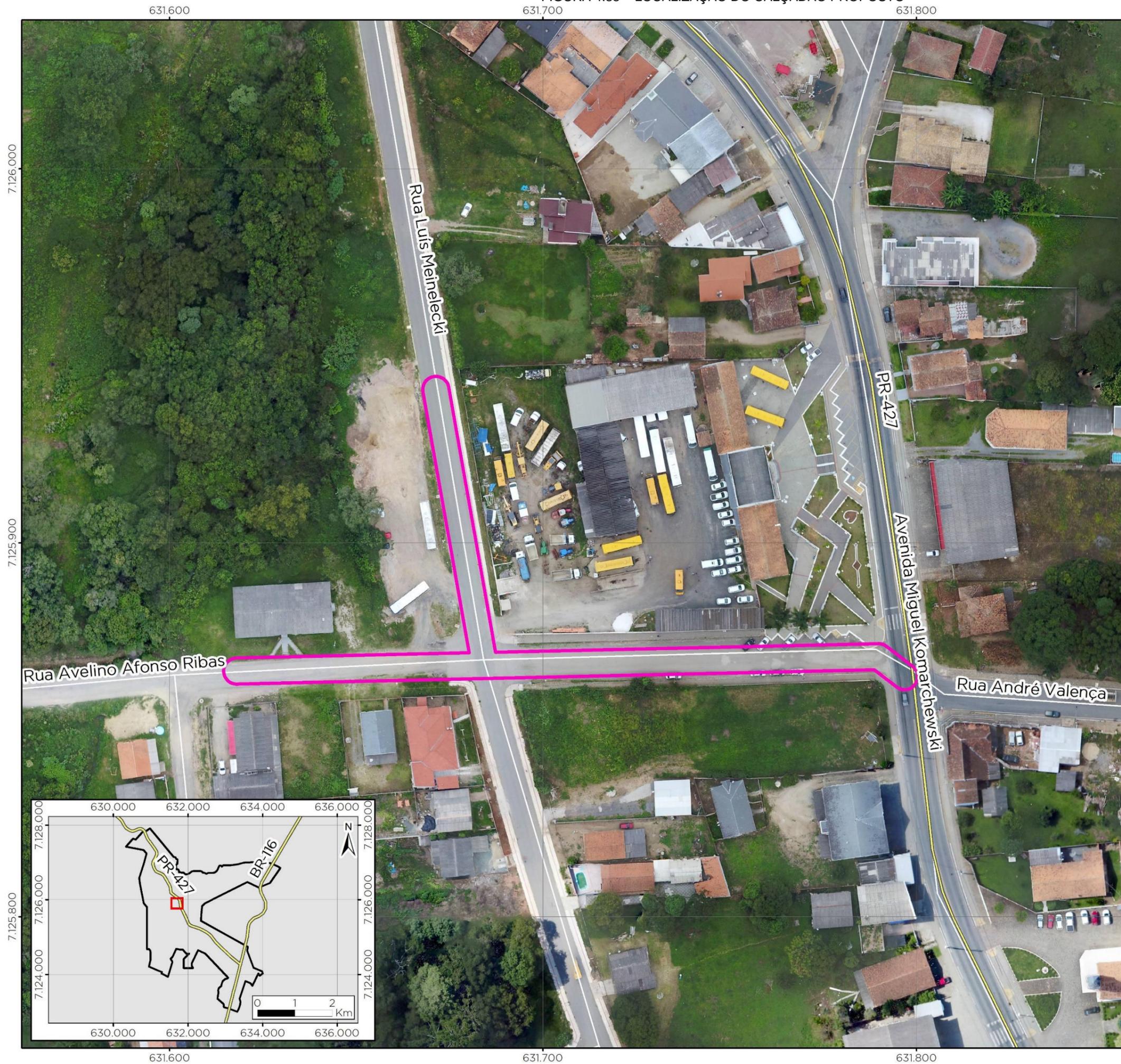
Com base nessas justificativas e nas demandas diagnosticadas no município, é proposto um calçadão para Campo do Tenente, na Rua Avelino Ribas, entre a Avenida Miguel Komarchewski e a Rua Luiz Meneleck, ao lado da Prefeitura Municipal. A proposta envolve transformar a rua num espaço próprio para feiras livres, criando uma área de convivência no centro do município. O mapa da FIGURA 4.35 traz a designação dessa área de calçadão e a FIGURA 4.34 traz uma perspectiva esquemática de viabilidade preliminar da sua composição paisagística. Ressalta-se que é uma área comentada nos cenários e projetos previstos e um desejo trazido pela equipe técnica da prefeitura, de maneira que áreas utilizadas como estacionamento da prefeitura poderiam se integrar ao calçadão. Além disso, a definição de instrumentos urbanísticos, comentada adiante, incentivaria a ocupação dos lotes lindeiros ao calçadão, como é o caso do IPTU progressivo no tempo e o direito de preempção. Assim, o entorno como um todo seria uma área de desenvolvimento pleno já inserida no Centro da cidade, aproveitando as infraestruturas existentes e ocupando vazios urbanos.

FIGURA 4.34 – PERSPECTIVA ESQUEMÁTICA DO CALÇADÃO PROPOSTO



Fonte: FUPEF (2022).

FIGURA 4.35 – LOCALIZAÇÃO DO CALÇADÃO PROPOSTO



Legenda

-  Rodovias
-  Vias
-  Proposta de calçadão
-  Perímetro urbano proposto de Campo do Tenente

Calçadão proposto e Perímetro urbano proposto de Campo do Tenente - FUPEF, 2022;
 Rodovias - DER, 2020; IBGE, 2019;
 Limites municipais e estaduais - IBGE, 2015;
 Ortofoto - FUPEF, 2022;
 BaseMap - Esri, DeLorme, GEBCO, NOAA & NGDC.



0 10 20 40 m

Escala do mapa: 1 : 1.000

1 cm = 10 m

Sistema de Referência: SIRGAS 2000
 Projeção Cartográfica: UTM, Fuso 22S
 Meridiano Central: 51° W

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE/PR

PROPOSTA DE CALÇADÃO

4.4.4 Estruturação da Rede Ciclovária

Uma rede ciclovária é composta pela infraestrutura de vias cicláveis, que envolvem a pavimentação e a sinalização, sendo separadas em categorias conforme a segregação em relação às demais modalidades (CARDOSO; CAMPOS, 2014; TISCHER, 2017):

- a) Ciclovía: espaço exclusivo ao ciclista, segregado fisicamente do passeio e da pista de rolamento;
- b) Ciclofaixa: faixa comportada no passeio ou na pista de rolamento, acompanhando a malha viária, com separação feita por pintura em sinalização horizontal e/ou tachões;
- c) Espaço compartilhado: divisão do espaço com outro modal, seja no passeio ou na pista de rolamento, onde a bicicleta tem preferência para trafegar, considerando a segurança do pedestre no caso dos passeios;
- d) Ciclorrota: criação de um caminho delineado e prático para o ciclista sobre as faixas de rolamento das vias, geralmente vias locais de baixo tráfego, com a preferência do ciclista, conforme o CTB.

Para Campo do Tenente, definiu-se que a malha ciclovária proposta deve ser composta por ciclofaixas, por espaços compartilhados e por ciclorrotas, por serem justamente os elementos de mais fácil e barata implantação. Isso se justifica pelo trâmite de alguns projetos já existentes e pela suficiência dessas tipologias para as características de trânsito do perímetro urbano do município. Dessa maneira, as ciclofaixas são designadas para vias com maior movimento e/ou condições possibilitadas pela caixa da via: Avenida Miguel Komarchewski, Rua Gabriel Kaiss, Rua Luiz Menelecki, Travessa Germano Greinet, Rua Pedro Amálio Ribas, e Rua Alcides Mario Quege.

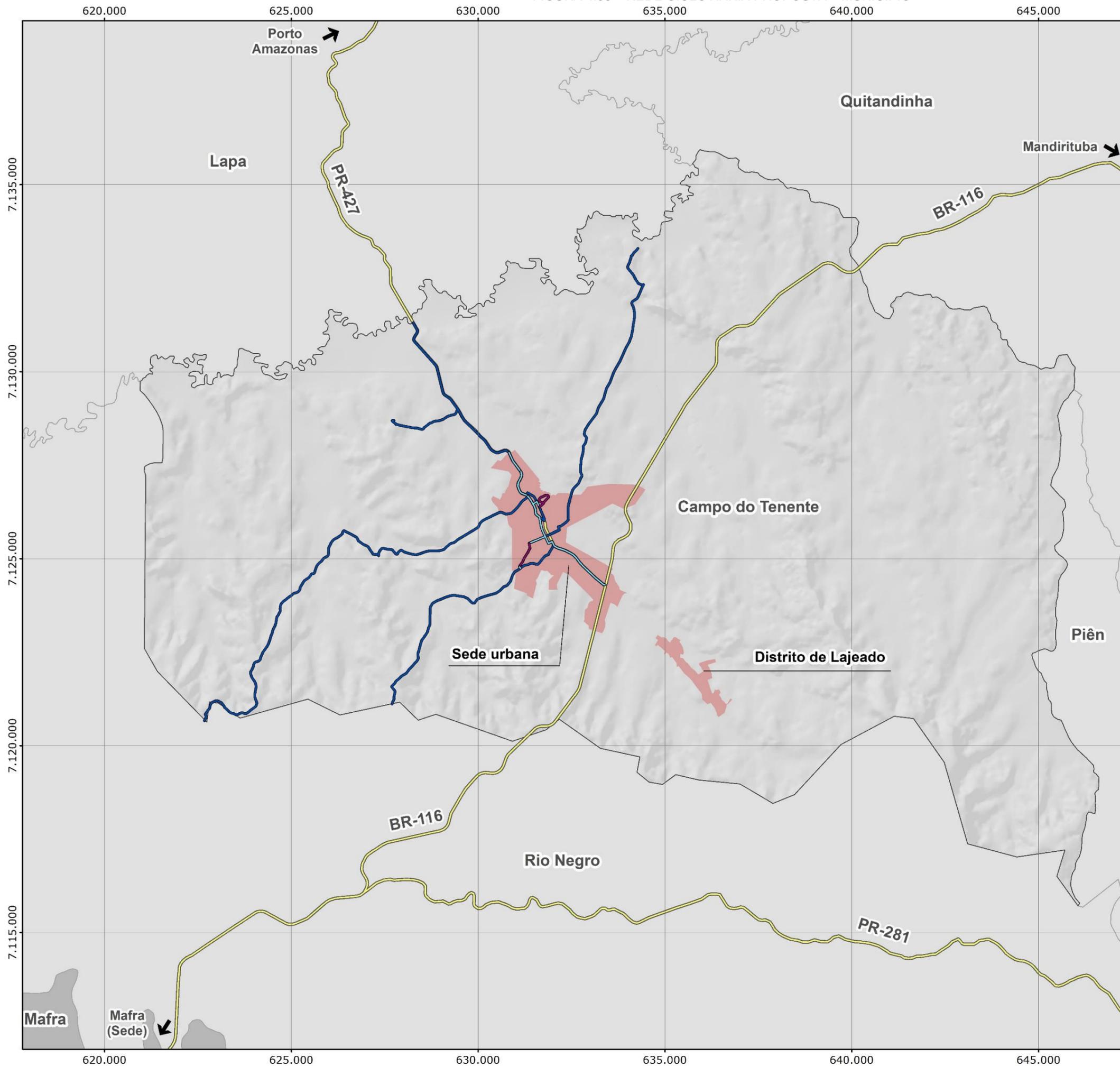
Já os passeios compartilhados, que são tipologias inseridas no espaço compartilhado, são colocados sobre os passeios a serem implantados em áreas dos parques. Por fim, as ciclorrotas se mostram suficientes para as vias de menor movimento e direcionadas para a área rural do município, com sinalização



indicativa do compartilhamento consciente entre o trânsito motorizado e o de bicicletas.

Assim, o mapa da FIGURA 4.36 traz a localização da rede cicloviária proposta na escala municipal e a FIGURA 4.37, na escala do perímetro urbano.

FIGURA 4.36 – REDE CICLOVIÁRIA PROPOSTA – MUNICÍPIO



Legenda

- Rodovias
- Limite municipal de Campo do Tenente
- Perímetros urbanos propostos
- Municípios do
- Municípios de Santa
- Ciclovias e ciclorrotas municipais propostas**
- Ciclofaixa
- Passeio
- Ciclorrotas

Vias cicláveis municipais propostas e Perímetros urbanos propostos de Campo do Tenente - FUPEF, 2022;
 Rodovias - DER, 2020, IBGE, 2019;
 Limites municipais, estaduais e Capital - IBGE, 2015.
 Superfície sombreada - BDGEx, 2016;



0 950 1.900 3.800 m

Escala do mapa: 1 : 100.000
 1 cm = 1.000 m

Sistema de Referência: SIRGAS 2000
 Projeção Cartográfica: UTM, Fuso 22S
 Meridiano Central: 51° W

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE/PR
VIAS CICLÁVEIS MUNICIPAIS PROPOSTAS



FIGURA 4.37 – REDE CICLOVIÁRIA PROPOSTA – PERÍMETRO URBANO



Legenda

-  Rodovias
-  Vias
-  Perímetro urbano proposto de Campo do Tenente
- Vias cicláveis urbanas propostas**
-  Ciclofaixa
-  Passeio compartilhado
-  Ciclorrotas

Vias cicláveis urbanas propostas e Perímetro urbano proposto de Campo do Tenente - FUPEF, 2022;
 Rodovias - DER, 2020; IBGE, 2019;
 Limites municipais e estaduais - IBGE, 2015;
 Ortofoto - FUPEF, 2022;
 BaseMap - Esri, DeLorme, GEBCO, NOAA & NGDC.



0 200 400 800 m

Escala do mapa: 1 : 20.000
 1 cm = 200 m

Sistema de Referência: SIRGAS 2000
 Projeção Cartográfica: UTM, Fuso 22S
 Meridiano Central: 51° W

**REVISÃO DO PLANO DIRETOR
 MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE/PR**

**VIAS CICLÁVEIS
 URBANAS PROPOSTAS**



5 AÇÕES ESPECÍFICAS PARA AS DIRETRIZES DE DESENVOLVIMENTO

Com a definição dos eixos e diretrizes de desenvolvimento e com a realização de oficinas técnicas e conversas com a prefeitura, através do método CDP, foram levantadas deficiências e potencialidades para o município. Com isso, através da síntese dos objetivos e a definição dos eixos torna-se possível transformar cada uma das condicionantes, deficiências ou potencialidades em ações estratégicas e específicas, que também se encaixam e seguem os eixos e diretrizes propostos.

Cada eixo é organizado em um quadro, dividido pelas diretrizes que dele fazem parte, como segue:

QUADRO 5.1: Eixo 1 – Reestruturação territorial

QUADRO 5.2: Eixo 2 – Desenvolvimento sustentável

QUADRO 5.3: Eixo 3 – Habitação

QUADRO 5.4: Eixo 4 – Infraestrutura

QUADRO 5.5: Eixo 5 – Equipamentos

QUADRO 5.6: Eixo 6 – Reestruturação Administrativa.

Estas ações deverão ser mais tarde alocadas dentro do Plano de Ação e Investimentos (PAI). Para tanto, cada ação é acompanhada da definição de prazos e de responsabilidades que definem quais entidades e secretarias serão responsáveis pela aplicação destas ações. Os prazos, por sua vez, consistem em três dimensões temporais: curto prazo (2024), médio prazo (2027) e longo prazo (2032).

QUADRO 5.1 – AÇÕES DO EIXO 1 – REESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL

Diretriz

Reordenar o uso do solo por meio de macrozoneamento, do zoneamento urbano, da reestruturação do sistema viário e da adequação dos parâmetros e da lei de uso e ocupação do solo e adequar o ordenamento do solo às legislações pertinentes, aos usos existentes, permitidos e potenciais para o desenvolvimento sustentável da cidade.

Preservar o meio ambiente através da proteção e preservação dos recursos hídricos, a vegetação nativa, fortalecendo e ampliando os programas de educação ambiental, as redes e sistemas de fiscalização e monitoramento do desmatamento e da poluição e fomentando ações de proteção e recuperação ambientais.

Temática	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	Ações Estratégicas	Prazos	Parcerias
Aspectos de reordenamento territorial e ambiental	Região Metropolitana de Curitiba	Falta de emprego	Parque Linear – rio entre Divino e Centro	Propor novas leis de uso e ocupação do solo, zoneamento e macrozoneamento, além de leis específicas para a aplicação de instrumentos urbanísticos, código de posturas, entre outros.	Curto	Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor e Câmara Municipal.
	Núcleos de localidades	Dificuldade de atuação no parcelamento do solo rural	Subcentralidades	Reordenar as ZEIS, institucionalizar e regulamentar sua aplicação e a regularização fundiária	Curto	Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor e Câmara Municipal.
	Manancial Rio Campo do Tenente	Falta de padronização nas vias de acesso rurais	Duplicação prevista na BR-116	Adequar o perímetro urbano e propor lei de bairros.	Curto	Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor e Câmara Municipal.
	Área de várzea Rio da Várzea	Faixa de domínio extensa para vias rurais municipais	Área de parque industrial - BR 116/PR 427	Direcionar a expansão urbana para consolidar a mancha urbana existente	Curto	Câmara Municipal.
	Áreas de preservação por altas declividades	Inexistência da delimitação de comunidades rurais	Utilização da área Afonso Kinopi a ser desapropriada	Fiscalizar o uso e ocupação do solo, o respeito aos parâmetros urbanísticos e parcelamentos irregulares, protegendo e preservando as áreas ambientalmente frágeis e evitando novos parcelamentos e desmatamento.	Médio	Câmara Municipal.
	Rodovias	Alagamentos a oeste e sul no perímetro urbano	Aplicação do IPTU progressivo no tempo nos lotes não utilizados	Providenciar áreas para desenvolvimento industrial	Curto	Câmara Municipal
	Grau de urbanização baixo	Falta de bancos	Interesse em áreas industriais	Fomentar a preservação ambiental através de campanhas e projetos de conscientização para educação ambiental.	Médio	Governo Estadual (SEDEST – PR, CEMA, IAT); Governo Federal (SEMAD; MEC; Ministério da Defesa).
		Inconsistências da lei do sistema viário	Interesse de empreendimentos residenciais	Recuperar as APPs degradadas do município e proteger as APPs preservadas.	Médio	Governo Estadual (SEDEST – PR, SEMA, IAT).
		Vias com caixas insuficientes	Eixos industriais e de serviços	Fiscalizar e monitorar o desmatamento, a recuperação de áreas degradadas e possíveis ameaças à preservação.	Médio	Governo Estadual (SEDEST – PR, SEMA, IAT); Governo Federal (MMA).
		Ocupações e loteamentos irregulares	Tipologia dominante de tipo casa	Garantir a proteção dos recursos hídricos através do manejo adequado destes recursos e da implementação de instrumentos de controle e gestão da proteção dos mananciais, das nascentes, dos aquíferos, e da qualidade da água dos rios e promover o alcance e manutenção dos bons níveis de qualidade da água.	Longo	Parcerias com as universidades regionais. Governo Estadual (DER; SEDEST – PR, SEMA, IAT); Governo Federal (MMA).
	Numeração dos lotes desorganizada	Av. Miguel Komarchewski concentradora de comércio e serviços	Elaborar nova hierarquização viária, além de propor alternativas cicloviárias, e outras mudanças que se façam necessárias na mobilidade municipal	Curto	Sociedade Civil, Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor e Câmara Municipal.	

Temática	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	Ações Estratégicas	Prazos	Parcerias
		Ocupação fora do perímetro urbano		Delimitar e consolidar localidades rurais, fortalecer sua identidade e estabelecer parâmetros próprios de uso com a definição do Macrozoneamento e Lei de Uso e Ocupação do Solo	Curto	Sociedade Civil, Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor e Câmara Municipal.
		Falta de identificação das vias		Reestruturar numeração e identificação de vias	Longo	Câmara Municipal
		Vazios urbanos		Institucionalizar instrumentos urbanísticos cabíveis, como IPTU progressivo no tempo, as mencionadas ZEIS, o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), o Direito de preempção e a Outorga onerosa do direito de construir	Curto	Câmara Municipal.
		Preços imobiliários inflados no Centro				
		Tendências de expansão para além do perímetro urbano				
		Áreas ocupadas sem parcelamento				
		ZEIS vigente não executada				

Fonte: FUPEF (2022).

QUADRO 5.2 – AÇÕES DO EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Diretriz

Promover o desenvolvimento sustentável da área rural e das comunidades tradicionais, incentivando e apoiando os produtores e preservando as tradições e reconhecendo sua identidade e localização espacial. Incentivar o desenvolvimento do ecoturismo e do turismo religioso e cultural.

Temática	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	Ações Estratégicas	Prazos	Parcerias
Aspectos de reordenamento territorial e ambiental	Grau de urbanização baixo	IDHM médio	Realçar uma identidade do município pela sua vocação	Reconhecer e acolher as localidades rurais, fortalecendo sua identidade, estimulando sua consolidação e limitando sua expansão.	Longo	-
	População nativa	Aumento da população em estado de pobreza	Tranquilidade	Promover o ecoturismo sustentável na área rural e estimular o turismo cultural e religioso. Criar e incrementar as estruturas de lazer e apoio turístico e realizar campanhas de valorização das potencialidades do município.	Médio	-
		Inexistência de Plano de arborização	Previsão de rota de turismo cultural e religioso - início no Casarão Villa Anna	Garantir o fortalecimento dos pequenos produtores rurais	Longo	-
		Falta de inclusão da educação de jovens adultos		Consolidar a manutenção das festividades tradicionais	Médio	-
		Taxa de analfabetismo alta para adultos				
		Grande porção de pessoas com fundamental incompleto				
		Aumento da população em estado de pobreza				
		Famílias grandes com rendas insuficientes				
	Violência contra a mulher					

Fonte: FUPEF (2022).

QUADRO 5.3 – AÇÕES DO EIXO 3 – HABITAÇÃO

Diretriz

Garantir o acesso à moradia adequada, ao direito à cidade, promovendo ações para sanar o déficit habitacional no município e promover a melhoria da qualidade de vida dos munícipes com moradias em situação de precariedade habitacional.

Temática	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	Ações Estratégicas	Prazos	Parcerias
Aspectos de reordenamento territorial e ambiental	População nativa	Inexistência de programas (habitação)		Institucionalizar os programas de regularização fundiária, eliminar situações de risco garantindo a moradia à população removida e requalificar áreas ambientalmente vulneráveis para evitar novas ocupações.	Longo	REURB; FNHIS, OGU, BNDIS, COHAPAR; PARANACIDADE..
	Grau de urbanização baixo	IDHM médio		Promover o atendimento ao déficit habitacional através da produção de unidades habitacionais	Médio	REURB; FNHIS, OGU, BNDIS, COHAPAR; PARANACIDADE..
		Aumento da população em estado de pobreza		Articular apoio para regularização, urbanização e produção de habitação de interesse social	Curto	REURB; FNHIS, OGU, BNDIS, COHAPAR; PARANACIDADE..
		Déficit habitacional		Urbanizar e realizar a regularização fundiária com titulação de assentamentos precários e loteamentos irregulares.	Longo	REURB; FNHIS, OGU, BNDIS, COHAPAR; PARANACIDADE..

Fonte: FUPEF (2022).

QUADRO 5.4 – AÇÕES DO EIXO 4 – INFRAESTRUTURA

Diretriz

Garantir a mobilidade urbana e rural, o acesso à cidade, a acessibilidade à toda a população e promover iniciativas e alternativas de acesso ao transporte público e metropolitano, além de iniciativas que priorizem os modais não motorizados e que garantam o acesso facilitado entre as mais diversas regiões do município.

Garantir o atendimento universal dos moradores pela rede de infraestrutura básica, aumentar as extensões de rede e qualidade dos serviços prestados em todas as infraestruturas de responsabilidade municipal e o correto destino dos resíduos produzidos pelos municípios, protegendo o meio ambiente e priorizando alternativas sustentáveis.

Temática	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	Ações Estratégicas	Prazos	Parcerias
Aspectos de atendimento à população		Falta de pavimentação em vários bairros	Proximidade dos serviços	Elaborar alternativas para o transporte urbano e rural	Médio	-
		Passagem de tráfegos pesados no meio da cidade	Duplicação prevista na BR-116	Realizar intervenções viárias de melhoria de interseções, além de melhorias de infraestrutura urbana de mobilidade em geral	Médio	Governo Estadual (DER; SEDEST, SEIL); Governo Federal (MDR)
		Tráfego alto na interseção Miguel Komarchewski x Gabriel Kaiss	Regularização de estacionamento no Centro	Implantar malha cicloviária e promover o uso da bicicleta e das ciclorrotas turísticas	Médio	Governo Estadual (DER; SEDEST, SEIL); Governo Federal (MDR)
		Conflitos de movimento na Rua Jorge Alves Barros	Sinaleiro/Sinalização na interseção Miguel Komarchewski x Gabriel Kaiss	Promover a sinalização e regulamentação de estacionamentos no Centro	Médio	-
		Falta de sinalização	Ideias de vias cicláveis	Articular parcerias para implantação de infraestrutura urbana, de construção deanel viário, de articulações para o transporte público municipal e de integração com a RMC e de construção do terminal rodoviário.	Médio	Governo Estadual (DER; SEDEST, SEIL; AMEP); Governo Federal (MDR)
		Falta de calçadas e de calçamento nas vias principais e locais	Ideias de desvio da PR-427, atrás do Casarão, Estrada Santana e Rua André Valenga	Implantar o calçamento nas vias principais e locais	Médio	Governo Estadual (DER; SEDEST, SEIL); Governo Federal (MDR), PARANACIDADE. COHAPAR.
		Inexistência de vias cicláveis	Ideias de desvio da PR-427, à direita na Vila Rural até a Serrinha	Garantir o acesso às principais redes de infraestrutura na área urbana, expandido as redes de infraestrutura básica.	Médio	SANEPAR; COPEL.
		Inexistência de terminal rodoviário		Adequar o paisagismo da área urbana e promover a arborização urbana adequada,	Médio	PARANACIDADE. COHAPAR.
		Falta de rede de coleta e tratamento de esgoto		Promover o destino correto dos resíduos sólidos e o acesso universal à coleta.	Curto	COPEL
		Falta de iluminação pública		Promover o destino correto dos resíduos sólidos e o acesso universal à coleta.	Médio	IAT; PARANACIDADE; COHAPAR; Governo Estadual (SEIL).
		Falta de abrangência da rede de abastecimento de água		Incentivar alternativas sustentáveis de gerenciamento de resíduos sólidos e redução de impactos ambientais.	Médio	IAT; PARANACIDADE; COHAPAR; Governo Estadual (SEIL).
		Falta de abrangência da rede de drenagem urbana		Garantir o escoamento da produção e o acesso das localidades rurais	Médio	Governo Estadual (DER; SEDEST, SEIL); Governo Federal (MDR)
		Falta de infraestrutura no bairro Azaleia		Garantir o acesso da área rural à infraestrutura de rede elétrica, abastecimento de água e coleta de lixo comum e seletiva.	Longo	SANEPAR; COPEL; PARANACIDADE; COHAPAR.
	Falta de infraestrutura nas bordas da mancha urbana		Promover extensão da rede e melhorias no sistema de saneamento básico municipal	Médio	IAT; SANEPAR; PARANACIDADE; COHAPAR; Governo Estadual (SEIL).	

Fonte: FUPEF (2022).

QUADRO 5.5 – AÇÕES DO EIXO 5 – EQUIPAMENTOS

Diretriz

Garantir o acesso universal à saúde, educação, assistência social, segurança, esporte, lazer e cultura por todos os munícipes expandido a rede de atendimento, construindo novos equipamentos, incrementando e melhorando equipamentos e sistemas existentes e realizando manutenções necessárias.

Temática	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	Ações Estratégicas	Prazos	Parcerias
Aspectos de atendimento à população		Falta de áreas de lazer	Parque de lazer no Terreno Rachid	Requalificar as áreas de várzea, recuperando as APPs e utilizando a o restante da área para implantação de equipamentos e áreas de lazer	Médio	Governo Estadual (SEDEST)
		Falta de abrangência dos equipamentos de saúde	Praça/parquinho - terreno baldio ao lado do lot. Hammer	Reestruturar equipamentos de educação e assistência social, bem como expandir a abrangência dos equipamentos de saúde.	Curto	Governo Estadual (SEED)
		Falta de abrangência dos equipamentos de educação	Parque Linear – rio entre Divino e Centro	Garantir a oferta e a qualidade do sistema de educação, promover a educação profissionalizante, o acesso à cultura, ao desenvolvimento pessoal e promover a educação de jovens e adultos.	Médio	Governo Estadual (SEED).
		Inexistência de refeitório na Escola Prof. Gunther	Viveiro de plantas e flores	Garantir o acesso à assistência social e à equipamentos que promovam o bem-estar pessoal e oportunidades de desenvolvimento e crescimento pessoal.	Médio	Governo Estadual (SJFT)..
		IDHM médio	Reaproveitar ginásio da Escola Prof. Gunther como refeitório	Implantar equipamentos de recreação, lazer e prática de esportes na área urbana e rural do município.	Médio	Governo Estadual (SEE-PR). Governo Federal (Ministério do Esporte)
		IDEB baixo	Auditório para formaturas - no terreno do ginásio	Readequar a área posterior à prefeitura, implementando infraestrutura de feiras e realocando a garagem de máquinas.	Médio	-
		Taxa significativo de distorção educacional nos anos finais do fundamental e no ensino médio	Boa abrangência dos equipamentos de educação	Incrementar o monitoramento da segurança pública com sistematização e criação de parque de monitoramento de câmeras.	Médio	Governo Estadual (SESP).
		Alta taxa de mortalidade infantil segundo ODS	Construção Casa Lara	Implementar e melhorar o espaço da Associação de Catadores	Médio	-
		Problemas com segurança pública	Previsão de revitalização Centro de Convivência			
		Bairros Bela Vista, Trevo e Vila Rural sem UBS	Previsão de reforma do Grêmio Esportivo			
		Necessidade de reforma nos equipamentos de educação	Previsão de Pista de Motocross			
		Falta equipamentos no bairro Trevo	Níveis de atendimento bons dos equipamentos na sede urbana			
		Uso do pátio da prefeitura como garagem e parque de máquinas	Associação de catadores – mudar para terreno da prefeitura na Vila Rural			
			Calçadão para feiras na Rua Avelino Afonso Ribas			
		Câmeras de segurança - principais acessos e prédios públicos				
		Proximidade dos serviços				

Fonte: FUPEF (2022).

QUADRO 5.6 – AÇÕES DO EIXO 6 – REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA

Diretriz

Manter as estruturas das secretarias em funcionamento, bem como, reestruturar e sistematizar digitalmente o funcionamento interno das diferentes secretarias e seus respectivos bancos de dados de forma a gerar integração e acesso às diversas informações dos diversos cadastros, gerar agilidade, facilitar processos e diminuir a burocracia do dia-a-dia.

Temática	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	Ações Estratégicas	Prazos	Parcerias
Aspectos administrativos				Estabelecer compatibilização do trabalho das diferentes secretarias	Curto	–
				Sistematizar e incrementar sistemas de fiscalização sobretudo do uso e ocupação do solo.	Curto	–

Fonte: FUPEF (2022).

6 DEFINIÇÃO DOS INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS

As diretrizes, o ordenamento territorial e a política urbana no Município de Campo do Tenente dependem de instrumentos urbanísticos utilizados como ferramentas e estratégias de implementação, aspectos que serão analisados no presente tópico.

Há diversos instrumentos de ordem municipal definidos pelo Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), que são categorizados em instrumentos de planejamento, instrumentos jurídicos e políticos e instrumentos tributários e financeiros. Os instrumentos principais que serão aplicados em conjunto com a Lei de Uso e Ocupação do Solo no município de Campo do Tenente são as ZEIS, o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), o direito de preempção, o IPTU progressivo no tempo, a outorga onerosa do direito de construir e a transferência do direito de construir.

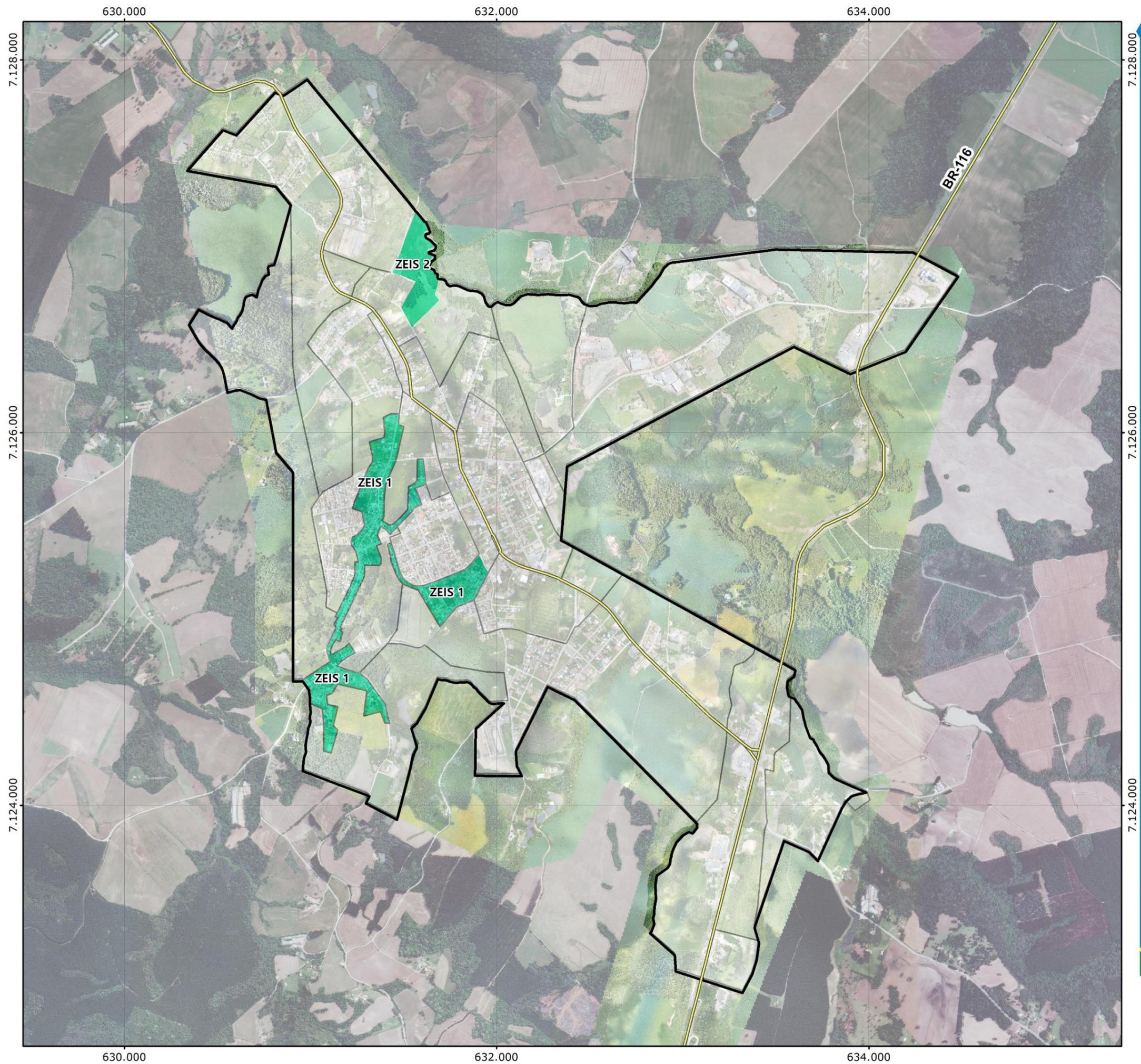
Na fase de institucionalização do Plano Diretor, outros instrumentos serão também minuciados, conforme atualização e compatibilização da legislação municipal.

6.1 ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL (ZEIS)

As ZEIS correspondem a um instrumento de ordenamento territorial que diz respeito à determinação de áreas específicas do município dedicadas à flexibilização dos parâmetros urbanísticos em cenários de baixa renda, objetivando a regularização fundiária e a urbanização. As ZEIS também podem contemplar áreas vazias nas quais vigora o interesse de destinação da área para o estabelecimento de habitações de interesse social (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2009).

No caso de Campo do Tenente, são definidas pelo Zoneamento, como apontado, dois tipos de ZEIS, a ZEIS 1 ou ZEIS Ocupadas, que são áreas destinadas à regularização fundiária, e a ZEIS 2, que correspondem às áreas que são destinadas à construção de unidades habitacionais de interesse social. O mapa da FIGURA 6.1 mostra a localização das ZEIS 1 e 2, conforme já mencionado no uso e ocupação do solo urbano.

FIGURA 6.1 – ÁREAS DE ZEIS PROPOSTAS EM CAMPO DO TENENTE



Legenda

-  Rodovias
-  Perímetro urbano proposto da Sede de Campo do Tenente
-  Zonas Especiais de Interesse Social propostas

ZEIS propostas e Perímetro urbano proposto - FUPEF, 2022;
Rodovias - DER, 2020; IBGE, 2019;
Limites municipais e estaduais - IBGE, 2015;
Ortofoto - FUPEF, 2022;
BaseMap - Esri, DeLorme, GEBCO, NOAA & NGDC.



Escala do mapa: 1 : 20.000
1 cm = 200 m

Sistema de Referência: SIRGAS 2000
Projeção Cartográfica: UTM, Fuso 22S
Meridiano Central: 51° W

**REVISÃO DO PLANO DIRETOR
MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE/PR**
**MAPA DAS ZONAS ESPECIAIS DE
INTERESSE SOCIAL PROPOSTAS**



6.2 ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (EIV) E ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA)

O EIV e a EIA são ferramentas que atuam como meio preventivo a danos ambientais no entorno imediato de empreendimentos com grande potencial gerador de impactos, ou seja, constituem estudos específicos de exigência obrigatória para esses empreendimentos. O EIV, por sua vez, diz respeito à estratégia de mediação de interesses privados, com o intuito de que não assumam somente o bônus da inserção urbana, mas também o seu ônus. Assim, os empreendimentos e atividades comerciais potencialmente impactantes e danosos ao desenvolvimento sustentável da cidade e ao devido ordenamento territorial estão sob identificação da Minuta de Lei de Uso e Ocupação.

Sabendo disso, o Estatuto da Cidade (2001, n. p.) define que

Art. 37. O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões:

- I – adensamento populacional;
- II – equipamentos urbanos e comunitários;
- III – uso e ocupação do solo;
- IV – valorização imobiliária;
- V – geração de tráfego e demanda por transporte público;
- VI – ventilação e iluminação;
- VII – paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.

A exigência do EIV e do EIA deverá acontecer previamente à concessão de licenças, alvarás de instalações e atividades comerciais, quando necessário.

6.3 DIREITO DE PREEMPÇÃO

Conforme o Estatuto da Cidade, o direito de preempção “confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares” (BRASIL, 2001, Art. 25).

No Artigo 26, define-se que esse instrumento pode ser utilizado sempre que o Poder Público precisar de áreas para:

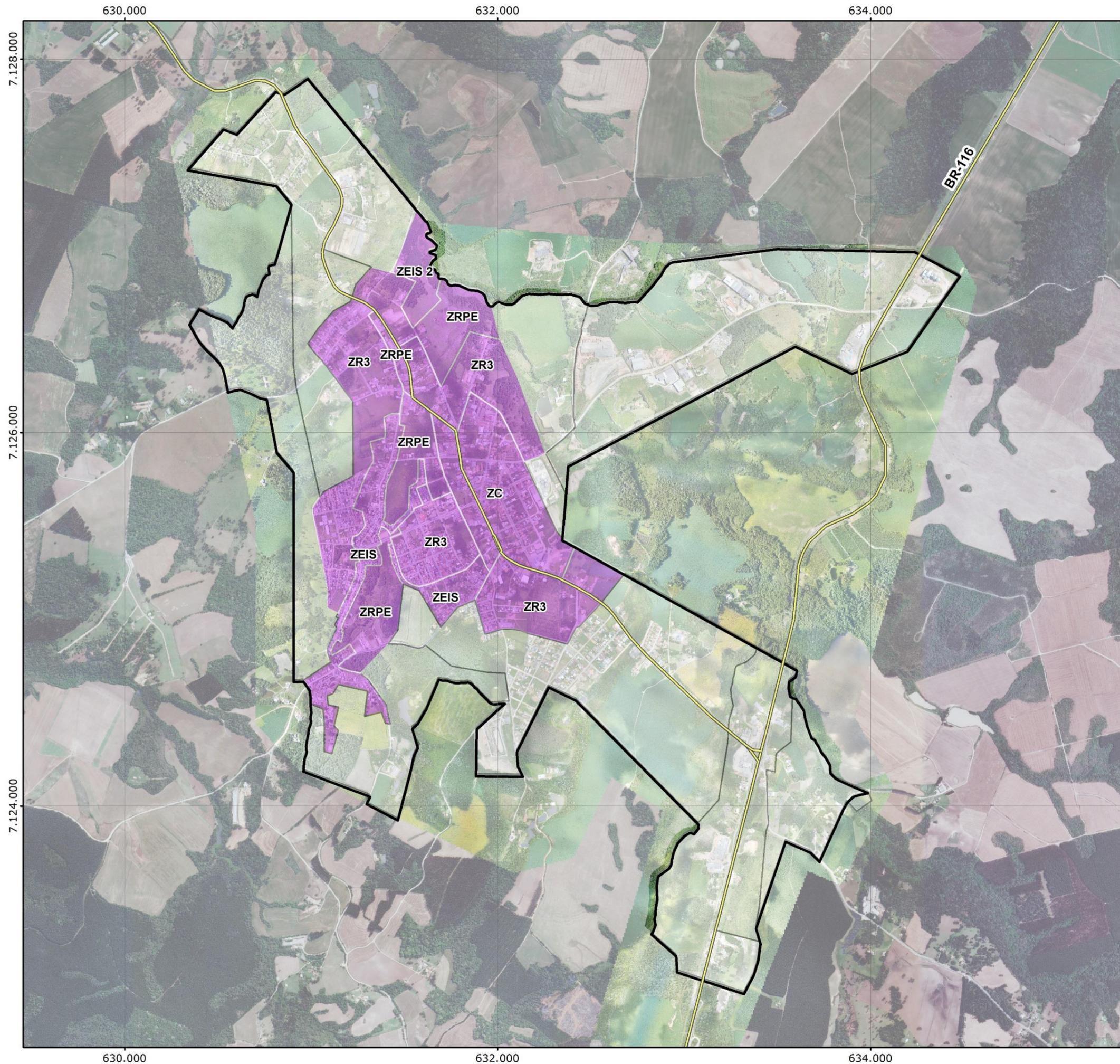
- I – regularização fundiária;
- II – execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;

- III – constituição de reserva fundiária;
- IV – ordenamento e direcionamento da expansão urbana;
- V – implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- VI – criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;
- VII – criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;
- VIII – proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico (BRASIL, 2001, n. p.).

Assim, quando houver necessidade de lotes para ocupar e exercer as atividades listadas e quando houver imóveis em tramitação de alienação, o Município terá prioridade na aquisição. É necessária para aplicação do direito de preempção a demarcação de áreas passíveis de sua instrumentalização.

Em Campo do Tenente, propõe-se que as áreas sobre as quais pode ser exercido o direito de preempção são as inseridas na Zona Residencial 3 (ZR3), na Zona Central (ZC), nas Zonas Especiais de Interesse Social 1 e 2 (ZEIS 1) (ZEIS 2) e na Zona de Recreação e Proteção Ecológica (ZRPE). Essa configuração é mostrada na FIGURA 6.2, a partir do zoneamento disposto nas propostas de uso e ocupação do solo urbano.

FIGURA 6.2 – ÁREAS PASSÍVEIS DE APLICAÇÃO DO DIREITO DE PREENPÇÃO EM CAMPO DO TENENTE



Legenda

-  Rodovias
-  Perímetro urbano proposto da Sede de Campo do Tenente
-  Áreas de Direito de preempção

Direito de preempção e Perímetro urbano proposto - FUPEF, 2022;
 Rodovias - DER, 2020; IBGE, 2019;
 Limites municipais e estaduais - IBGE, 2015;
 Ortofoto - FUPEF, 2022;
 BaseMap - Esri, DeLorme, GEBCO, NOAA & NGDC.



0 200 400 800
m

Escala do mapa: 1 : 20.000
 1 cm = 200 m

Sistema de Referência: SIRGAS 2000
 Projeção Cartográfica: UTM, Fuso 22S
 Meridiano Central: 51° W

**REVISÃO DO PLANO DIRETOR
 MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE/PR**

**MAPA DO DIREITO
 DE PREENPÇÃO**

6.4 IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO

Esse instrumento é regulamentado no Art. 7º do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), voltado para garantir o parcelamento, a edificação e a utilização de imóveis que estejam não edificados, subutilizados ou não utilizados. Assim, a alíquota do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) é majorada consecutivamente, pelo período de cinco anos, depois dos quais mantêm-se a alíquota máxima estabelecida. O objetivo desse instrumento é garantir que os lotes que configuram vazios urbanos desenvolvam-se e integrem a continuidade da malha e do tecido urbanos.

Para Campo do Tenente, propõe-se que em toda a área dos perímetros urbanos seja aplicável o IPTU progressivo no tempo, uma vez que há distribuição de vazios urbanos em todo o tecido urbano, permeando diversos zoneamentos. Posteriormente, os trâmites de aplicação e da alíquota serão determinados.

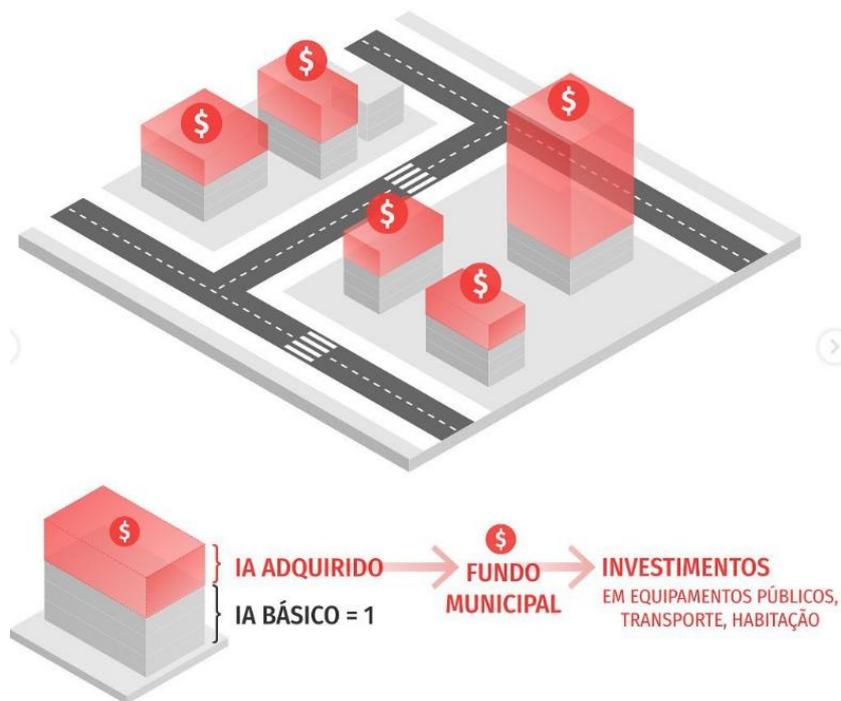
6.5 OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Os Arts. 28, 29, 30 e 31 do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) regulamentam o instrumento da outorga onerosa do direito de construir, que se trata de uma “cobrança de uma contrapartida pelo exercício do direito de construir acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado pelos municípios para os terrenos urbanos, até o limite máximo de aproveitamento” (CAPACIDADES, 2012, p. 13). Na FIGURA 6.3, é apresentado como isso ocorre através de compra do potencial construtivo, sendo o valor é repassado para um fundo municipal.

Ressalta-se que é um instrumento que prevê uma contrapartida dos proprietários ao município. Os recursos provenientes de tal aplicação podem ser utilizados para realizar projetos de regularização fundiária, executar programas e projetos habitacionais de interesse social, constituir reserva fundiária, realizar o ordenamento e direcionamento da expansão urbana, implantar equipamentos urbanos e comunitários, criar espaços públicos de lazer e áreas verdes, criar unidades de conservação, proteção e interesse ambiental e proteger áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico (BRASIL, 2001, Art. 31). A FIGURA 6.4

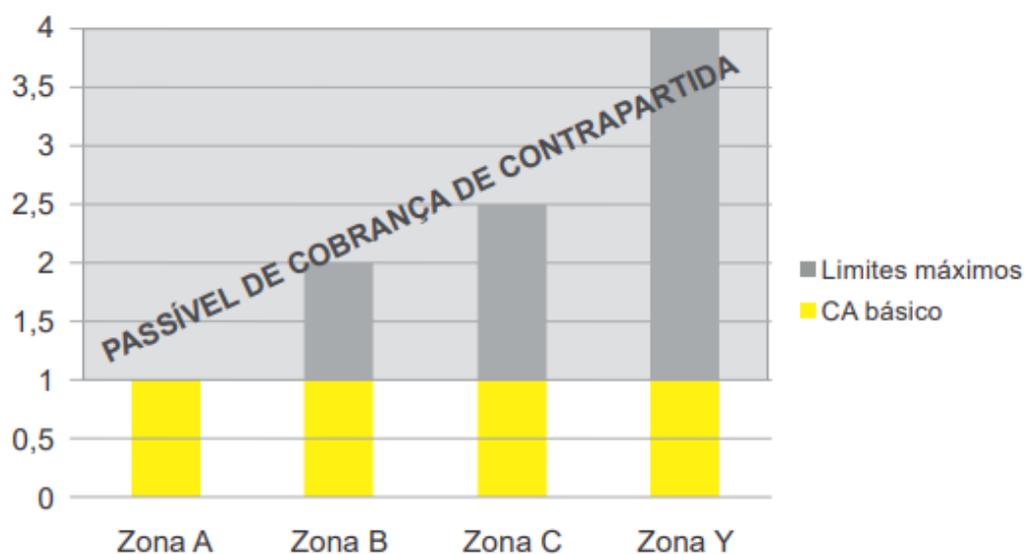
apresenta um exemplo de como os limites para a cobrança de contrapartida funcionam na prática.

FIGURA 6.3 – REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DA OODC



FONTE: Versa.Urb (2022)

FIGURA 6.4 – EXEMPLO DA COBRANÇA DO COEFICIENTE BÁSICO E MÁXIMO PARA COBRANÇA

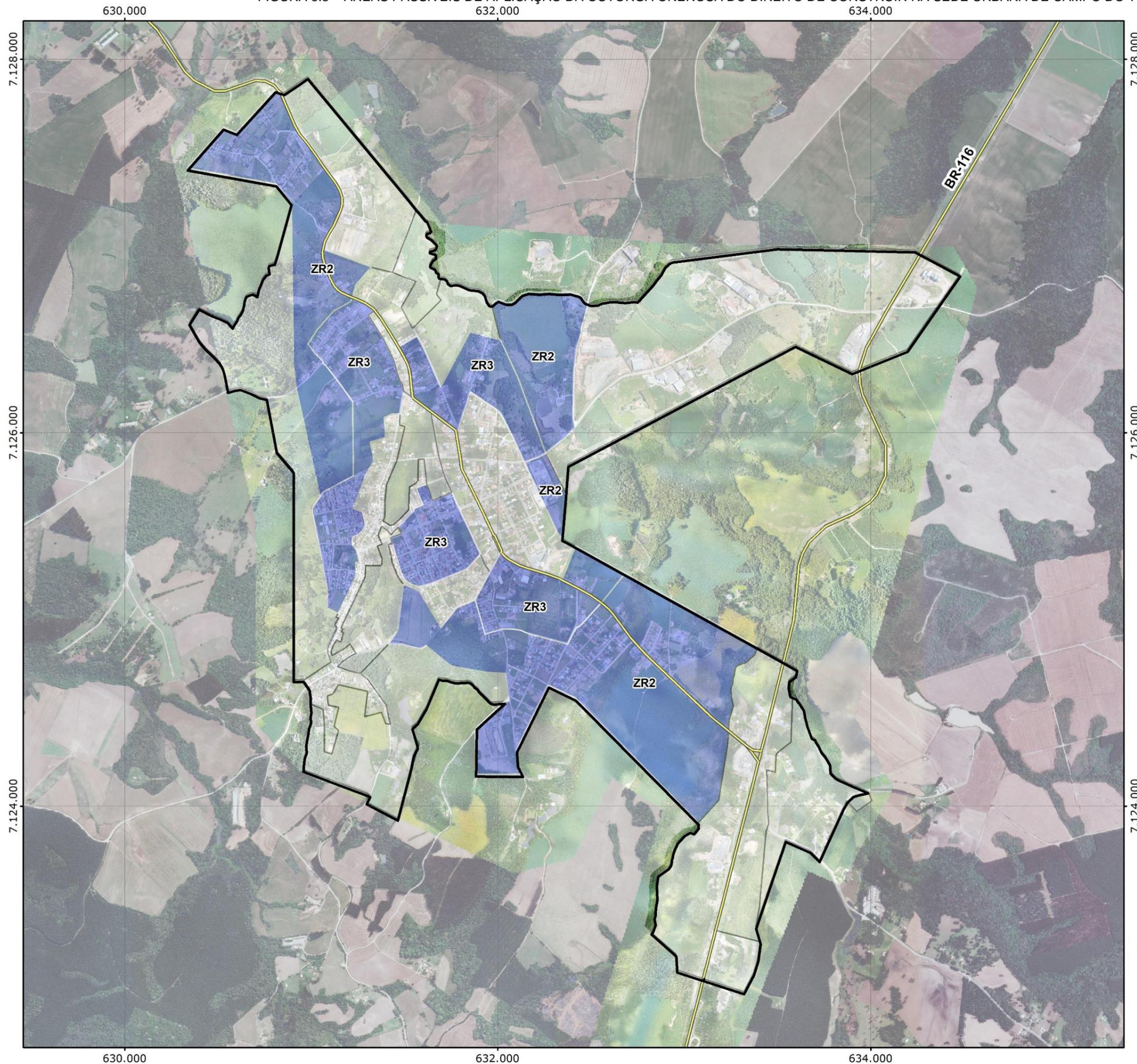


Fonte: CAPACIDADES (2012, p. 14).



Em Campo do Tenente, a OODC poderá ser utilizada para compra de potencial construtivo e aplicação na Zona Residencial 2 (ZR2) e na Zona Residencial 3 (ZR3), zonas destinadas para a verticalização e adensamento no entorno do centro da cidade. Os valores de coeficiente e utilização máximos já foram determinados anteriormente, na seção de Uso e Ocupação do Solo Urbano. A definição dessas áreas é mapeada na FIGURA 6.5, para a Sede Urbana, e na FIGURA 6.6, para o Distrito de Lajeado, sendo os valores e regulamentações específicas do instrumento definidos posteriormente, na fase de institucionalização do Plano Diretor.

FIGURA 6.5 – ÁREAS PASSÍVEIS DE APLICAÇÃO DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR NA SEDE URBANA DE CAMPO DO TENENTE



Legenda

- Rodovias
- Perímetro urbano proposto da Sede de Campo do Tenente
- Áreas de outorga onerosa do direito de construir

Outorga onerosa e Perímetro urbano proposto - FUPEF, 2022;
Rodovias - DER, 2020; IBGE, 2019;
Limites municipais e estaduais - IBGE, 2015;
Ortofoto - FUPEF, 2022;
BaseMap - Esri, DeLorme, GEBCO, NOAA & NGDC.



0 200 400 800 m

Escala do mapa: 1 : 20.000
1 cm = 200 m

Sistema de Referência: SIRGAS 2000
Projeção Cartográfica: UTM, Fuso 22S
Meridiano Central: 51° W

REVISÃO DO PLANO DIRETOR
MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE/PR
MAPA DE OUTORGA ONEROSA
DO DIREITO DE CONSTRUIR



FIGURA 6.6 – ÁREAS PASSÍVEIS DE APLICAÇÃO DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR NO DISTRITO DE LAJEADO DE CAMPO DO TENENTE



Legenda

- Vias
- ▭ Perímetro urbano proposto do Distrito de Lajeado
- Áreas de outorga onerosa do direito de construir

Outorga onerosa e Perímetro urbano proposto do Distrito de Lajeado - FUPEF, 2022;
Vias - BDGEX, 2016;
Rodovias - DER, 2020; IBGE, 2019;
Limites municipais e estaduais - IBGE, 2015;
Ortofoto - FUPEF, 2022;
BaseMap - Esri, DeLorme, GEBCO, NOAA & NGDC.



0 100 200 400 m

Escala do mapa: 1 : 10.000
1 cm = 100 m

Sistema de Referência: SIRGAS 2000
Projeção Cartográfica: UTM, Fuso 22S
Meridiano Central: 51° W

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE/PR
MAPA DE OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR



6.6 TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR

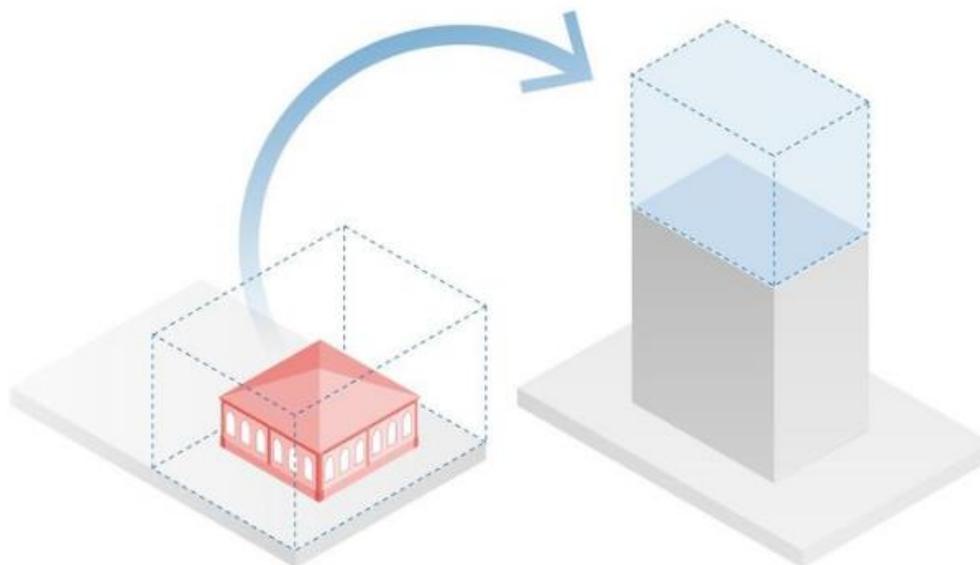
O instrumento da transferência do direito de construir é regulamentado pelo Art. 35 do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), consistindo na permissibilidade de proprietários poderem

exercer em outro local, ou alienar, mediante escritura pública, o direito de construir previsto no plano diretor ou em legislação urbanística dele decorrente, quando o referido imóvel for considerado necessário para fins de:

- I – implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- II – preservação, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural;
- III – servir a programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social. (BRASIL, 2001, Art. 35).

A transferência pode ser realizada por meio da transladação do potencial para outro imóvel, em conjunto com a aplicação do instrumento da outorga onerosa do direito de construir, ou então para outra pessoa física. Dessa maneira, a transferência do direito de construir deve ser implementada em áreas onde se espera manter a preservação ambiental e da paisagem e a baixa densidade da ocupação. A FIGURA 6.7 apresenta um esquema de exemplo da aplicação desse instrumento.

FIGURA 6.7 – REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DA TDC

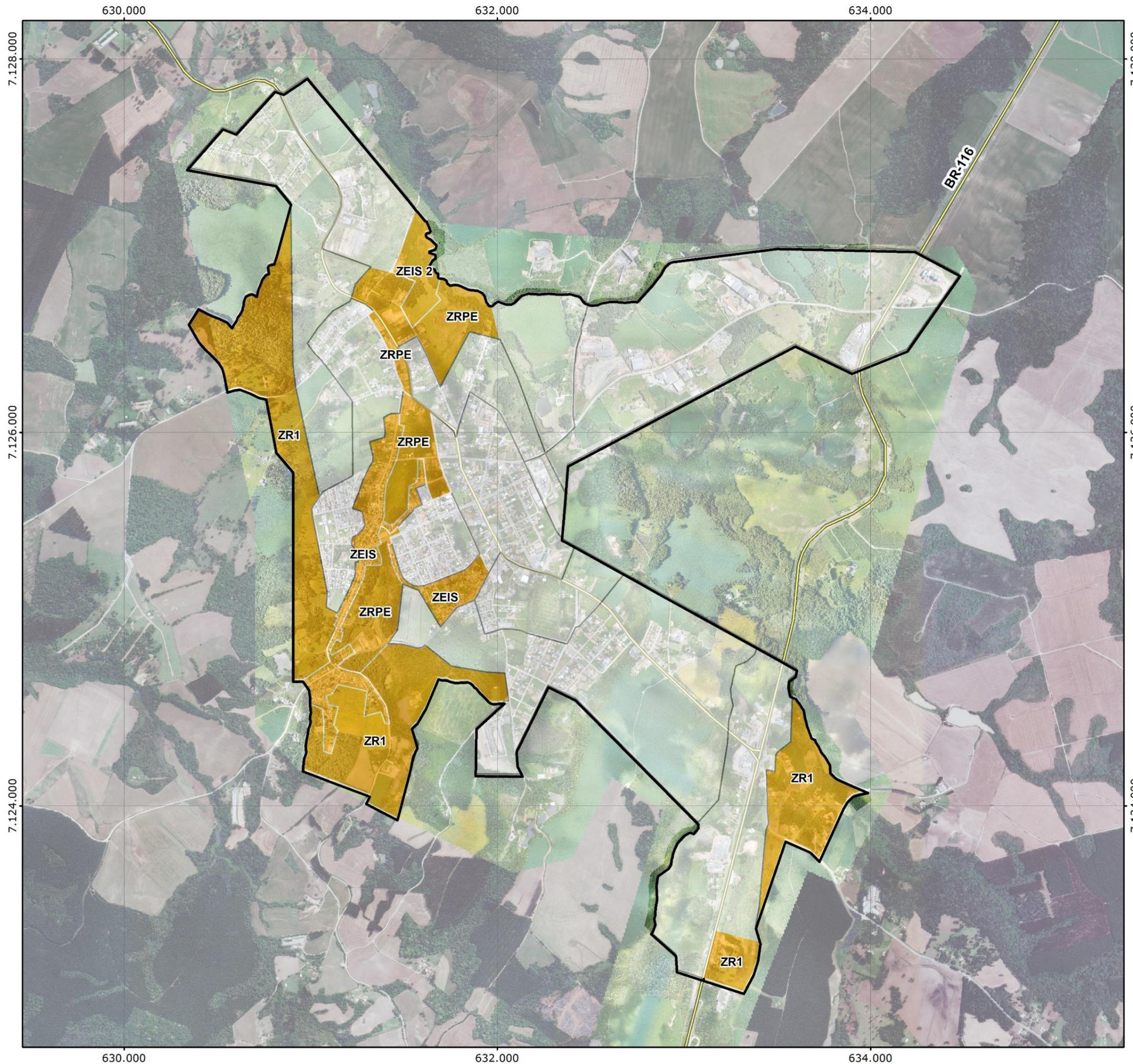


FONTE: Versa.Urb (2022)

Vale ressaltar que o imóvel que recebeu o potencial transferido ainda deverá se encaixar nos parâmetros construtivos da zona em que se encontra sua edificação, podendo apenas elevar o coeficiente de Aproveitamento do básico para o máximo.

Em Campo do Tenente, propõe-se que os imóveis que podem originar a transferência do direito de construir serão aqueles inseridos na Zona de Recreação e Proteção Ecológica (ZRPE), na Zona Residencial 1 (ZR1) e na Zonas Especiais de Interesse Social 1 e 2 (ZEIS1) (ZEIS2). Essas zonas são representadas no mapa da FIGURA 6.8, para a Sede Urbana, e na FIGURA 6.9, para o Distrito de Lajeado, conforme o zoneamento mencionado na seção de uso e ocupação do solo urbano.

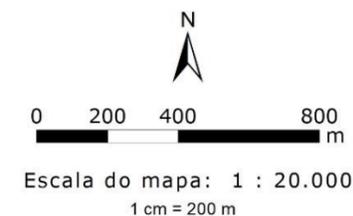
FIGURA 6.8 – ÁREAS PASSÍVEIS DE APLICAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR NA SEDE URBANA EM CAMPO DO TENENTE



Legenda

-  Rodovias
-  Perímetro urbano proposto da Sede de Campo do Tenente
-  Áreas de transferência do direito de construir

Áreas de transferência do direito de construir e Perímetro urbano proposto - FUPEF, 2022; Rodovias - DER, 2020; IBGE, 2019; Limites municipais e estaduais - IBGE, 2015; Ortofoto - FUPEF, 2022; BaseMap - Esri, DeLorme, GEBCO, NOAA & NGDC.



Sistema de Referência: SIRGAS 2000
 Projeção Cartográfica: UTM, Fuso 22S
 Meridiano Central: 51° W

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE/PR
MAPA DE ÁREAS DE TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR



FIGURA 6.9 – ÁREAS PASSÍVEIS DE APLICAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR NO DISTRITO DE LAJEADO EM CAMPO DO TENENTE



Legenda

- Vias
- ▭ Perímetro urbano proposto do Distrito de Lajeado
- Áreas de transferência do direito de construir

Áreas de transferência do direito de construir e Perímetro urbano proposto do Distrito de Lajeado - FUPEF, 2022;
Rodovias - DER, 2020; IBGE, 2019;
Vias - BDGEx, 2016;
Limites municipais e estaduais - IBGE, 2015;
Ortofoto - FUPEF, 2022;
BaseMap - Esri, DeLorme, GEBCO, NOAA & NGDC.



Escala do mapa: 1 : 10.000
1 cm = 100 m

Sistema de Referência: SIRGAS 2000
Projeção Cartográfica: UTM, Fuso 22S
Meridiano Central: 51° W

REVISÃO DO PLANO DIRETOR
MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE/PR
MAPA DE ÁREAS DE TRANSFERÊNCIA
DO DIREITO DE CONSTRUIR



7 PLANO DE AÇÕES E INVESTIMENTOS DO PLANO DIRETOR

Este relatório diz respeito ao Produto 6 do processo de Revisão do Plano Diretor do município de Campo do Tenente. Nesta etapa, é abordado o Plano de Ações e Investimentos (PAI), que tem a tarefa de consolidar e estruturar as diretrizes, metas e ações estratégicas previstas no Produto 5, de Diretrizes e Propostas. É, portanto, uma extensão do relatório anterior, trazendo para um cenário mais concreto as proposições de implementação e desenvolvimento do município como uma cidade sustentável, moldada a partir dos cenários prospectivos.

Dessa maneira, o PAI discorre as ações e as conecta a investimentos correspondentes necessários, trazendo o valor estimado, o prazo de execução previsto, as possíveis fontes de recursos e a vinculação às diretrizes previstas. Além disso, o PAI também determina quais Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) são associados às ações da revisão do Plano Diretor, o que torna o processo alinhado às metas globais de desenvolvimento.

Destaca-se ainda que são indicadas as ações e projetos prioritários para implementação, ou seja, aqueles com maior necessidade e urgência de serem concretizados. Essa alocação das ações deve respeitar a capacidade de investimentos e de endividamento do município, junto ao apoio de outras fontes de recursos.

As propostas e diretrizes são apresentadas em eixos, seguindo a similaridade de temáticas. Os eixos definidos são:

- Eixo 1 – Reestruturação territorial;
- Eixo 2 – Desenvolvimento sustentável;
- Eixo 3 – Habitação;
- Eixo 4 – Infraestrutura;
- Eixo 5 – Equipamentos;
- Eixo 6 – Estrutura Administrativa;
- Eixo 7 – Relações externas;

Na sequência, apresenta-se no QUADRO 7.1 a síntese dos objetivos de cada eixo, assim como as diretrizes correspondentes em uma linha programática,



de acordo com a similaridade da temática. Estas linhas propositivas serão utilizadas de maneira a organizar os quadros e ações do PAI.

QUADRO 7.1 – RELAÇÃO ENTRE OS EIXOS, SÍNTESE DOS OBJETIVOS E LINHAS TEMÁTICAS DE CAMPO DO TENENTE

Eixo	Síntese dos Objetivos	Diretrizes	Linha Programática
Reestruturação Territorial	<ul style="list-style-type: none"> Reorganizar territorialmente a sede urbana, adequando o perímetro urbano às possibilidades e restrições de ocupação e implementando políticas de fiscalização do uso do solo; Estimular o desenvolvimento industrial e a demarcação de áreas destinadas a esses fins; Estabelecer nova hierarquização viária que possibilite o pleno fluxo na sede urbana e na área rural, bem como dentro de novo corpo de lei de sistema viário; Direcionar a expansão urbana sem afetar as áreas de restrição à ocupação e priorizando áreas propícias e bem servidas de infraestrutura, estabelecendo legislação clara e que permita o desenvolvimento da sede urbana de forma a construir uma cidade bem estruturada e compacta, com poucos deslocamentos; Ordenar o uso e ocupação do solo rural, delimitando localidades rurais e áreas de desenvolvimento agropecuário, conforme usos e vocações adequados e estabelecer parâmetros de uso do solo que impulsionem a agricultura sustentável em áreas com aptidão; Ordenar o uso e ocupação e a legislação urbana, delimitando bairros no perímetro urbano e delimitando o perímetro do distrito de Lajeado; Adequar a legislação voltada para o sistema viário do município, redefinindo sua hierarquia e estabelecendo critérios de dimensões compatíveis com as categorias de vias e as diretrizes viárias que deverão ser projetadas para as áreas de expansão urbana., assim como, sistematizando e identificando as vias previamente existentes; Adequar a legislação urbana no que se refere às possibilidades de ocupação o código de obras; Fiscalizar a implantação de infraestrutura de novos loteamentos conforme a nova legislação municipal e estabelecer legislação específica com punição para o não cumprimento da legislação de uso e ocupação do solo; Estimular o fortalecimento do comércio local e estimular a descentralização deste tipo de atividade criando setores específicos nos bairros. 	<ul style="list-style-type: none"> Reordenar o uso do solo por meio de macrozoneamento, do zoneamento urbano, da reestruturação do sistema viário e da adequação dos parâmetros e da lei de uso e ocupação do solo e adequar o ordenamento do solo às legislações pertinentes, aos usos existentes, permitidos e potenciais para o desenvolvimento sustentável da cidade. 	Reordenamento territorial
	<ul style="list-style-type: none"> Promover a preservação das áreas mais fragilizadas e de manancial estabelecendo parâmetros de uso do solo das áreas restritas e ambientalmente vulneráveis, criar soluções de requalificação das áreas degradadas e promover o desenvolvimento sustentável e os usos das áreas de várzea, transformando as áreas abandonadas em locais de lazer nas áreas propícias para tal uso. 	<ul style="list-style-type: none"> Preservar o meio ambiente através da proteção e preservação dos recursos hídricos, a vegetação nativa, fortalecendo e ampliando os programas de educação ambiental, as redes e sistemas de fiscalização e monitoramento do desmatamento e da poluição e fomentando ações de proteção e recuperação ambientais. 	Gerenciamento ecológico do território
Desenvolvimento Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver estratégias de consolidação das localidades rurais; Promover a permanência dos moradores na área rural, desenvolvendo programas de desenvolvimento regional, parcerias com a prefeitura para o uso de máquinas, o cooperativismo e a capacitação para o produtor rural e os jovens da área rural, aumentando a produção agrícola e diminuindo o êxodo crescente dos últimos anos. 	<ul style="list-style-type: none"> Promover o desenvolvimento sustentável da área rural e das comunidades tradicionais, incentivando e apoiando os produtores e preservando as tradições e reconhecendo sua identidade e localização espacial. 	Incentivo à produção rural e às comunidades rurais

	<ul style="list-style-type: none"> Estimular o desenvolvimento do ecoturismo sustentável na área rural, promovendo parcerias com proprietários de áreas potenciais e desenvolvendo programas, eventos e estratégias turísticas; Estimular o turismo, criando a rota de turismo cultural e religioso. 	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar o desenvolvimento do ecoturismo e do turismo religioso e cultural. 	Incentivo ao desenvolvimento econômico sustentável
Habitação	<ul style="list-style-type: none"> Promover a regularização fundiária, o acesso à terra, à moradia digna, à titulação da casa, urbanizando áreas precárias, desenvolvendo ações e programas de produção e melhoria habitacional para a população, estabelecendo novo cadastro e mapeamento do déficit habitacional, reestruturando áreas de ZEIS e criando estratégias legislativas para a titulação; Buscar apoio para programas de regularização e produção habitacional. 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir o acesso à moradia adequada, ao direito à cidade, promovendo ações para sanar o déficit habitacional no município e promover a melhoria da qualidade de vida dos munícipes com moradias em situação de precariedade habitacional. 	Atendimento ao direito à moradia
Infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> Promover parcerias com instituições estaduais, federais e internacionais, cooperativas, ongs, universidades e com a iniciativa privada para arrecadação de recursos e estruturação de ações que não possam contar com recursos municipais, como aquelas voltadas para melhoria habitacional, implementação de ciclovias, cursos profissionalizantes e outros; Promover a gestão sustentável dos resíduos sólidos, elaborando o Plano de Gestão dos resíduos sólidos e planejando campanhas de adesão da população à separação de resíduos recicláveis; Planejar alternativas para o transporte coletivo, em especial das localidades mais distantes e rurais, considerando as restrições que sua demanda implica, mas buscando atender às necessidades desses habitantes; Implantar soluções de infraestrutura viária na interseção da Av. Miguel Komarchewski x R. Gabriel Kaiss; Promover o uso de diferentes modos de transporte nos deslocamentos urbanos, estabelecendo ações de melhorias das calçadas e implantando a rede de vias cicláveis; Promover melhorias no sistema viário urbano através da sinalização e a regulamentação de estacionamentos nas vias do Centro e através de soluções viárias na Rua Jorge Alves Barros e entorno; Ordenar o planejamento de novas diretrizes tendo em vistas novos projetos de origem externa, compreender o planejamento estadual para a estruturação viária que afete diretamente o município; Requisitar junto ao governo estadual os projetos de desvio da PR-427; Promover o transporte intermunicipal, o direito à cidade e à equipamentos públicos metropolitanos, requisitando junto à AMEP linha de transporte conectando ao sistema da RMC, bem como o retorno da linha Lapa-Rio Negro, junto ao DER; Priorizar a segurança dos munícipes e visitantes requisitando junto ao governo estadual a implantação de nova ponte em substituição à Ponte de Ferro, tornando esta apenas monumento turístico. 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a mobilidade urbana e rural, o acesso à cidade, a acessibilidade à toda a população e promover iniciativas e alternativas de acesso ao transporte público e metropolitano, além de iniciativas que priorizem os modais não motorizados e que garanta o acesso facilitado entre as mais diversas regiões do município. 	Mobilidade eficiente e sustentável
	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver o paisagismo e a qualidade de vida na sede urbana, implementando estratégias específicas e elaborando o Plano de Arborização; 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir o atendimento universal dos moradores pela rede de infraestrutura básica, aumentar as extensões de rede e qualidade dos serviços prestados em todas as infraestruturas de responsabilidade municipal e o correto 	Manutenção e expansão das redes de infraestrutura pública

	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver programas, ações e estratégias que promovam a capacitação profissional e geração de emprego e renda para atendimento à população. 	destino dos resíduos produzidos pelos munícipes, protegendo o meio ambiente e priorizando alternativas sustentáveis.	
Equipamentos e Serviços Públicos.	<ul style="list-style-type: none"> Promover a preservação das áreas mais fragilizadas e de manancial estabelecendo parâmetros de uso do solo das áreas restritas e ambientalmente vulneráveis, criar soluções de requalificação das áreas degradadas e promover o desenvolvimento sustentável e os usos das áreas de várzea, transformando as áreas abandonadas em locais de lazer nas áreas propícias para tal uso; Promover parcerias com instituições estaduais, federais e internacionais, cooperativas, ongs, universidades e com a iniciativa privada para arrecadação de recursos e estruturação de ações que não possam contar com recursos municipais, como aquelas voltadas para melhoria habitacional, implementação de ciclovias, cursos profissionalizantes e outros; Promover estratégias e campanhas de adesão de reintrodução de jovens e adultos na escola, combatendo os altos níveis de abandono escolas e não conclusão dos estudos, fortalecendo o EJA nas escolas do município; Investir em estruturas e eventos voltados para o lazer e práticas de esportes na área urbana e na área rural; Reestruturar edificações e espaços educacionais e de assistência social que estejam com situações precárias, sobretudo da Escola Prof. Gunther para construção de refeitório e auditório e do Centro de Convivência; Estabelecer e construir áreas de esporte e lazer com a implantação de pista de Motocross em local adequado; reestruturação do pátio da prefeitura e Rua Avelino Afonso Ribas, transformando em um calçadão de feiras e realocação da garagem de máquinas e ônibus da prefeitura; Reforçar a segurança local, estabelecendo parque de monitoramento por câmera; Incrementar o acesso à saúde, criando estratégias de atendimento e expandido a abrangência e deslocamento às UBS; Melhorar o atendimento dos serviços públicos, estendendo as redes de drenagem e iluminação pública. 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir o acesso universal à saúde, educação, assistência social, segurança, esporte, lazer e cultura por todos os munícipes expandido a rede de atendimento, construindo novos equipamentos, incrementando e melhorando equipamentos e sistemas existentes e realizando manutenções necessárias. 	Manutenção e expansão dos equipamentos públicos
Reestruturação administrativa	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a comunicação entre as secretarias com o objetivo de aumentar a eficiência no atendimento à população, a fiscalização e o cumprimento do ordenamento do solo, sistematizando os cadastros e os registros e compartilhando as informações; 	<ul style="list-style-type: none"> Manter as estruturas das secretarias em funcionamento, bem como, reestruturar e sistematizar digitalmente o funcionamento interno das diferentes secretarias e seus respectivos bancos de dados de forma a gerar integração e acesso às diversas informações dos diversos cadastros, gerar agilidade, facilitar processos e diminuir a burocracia do dia-a-dia. 	Manutenção da estrutura administrativa do município

Fonte: FUPEF (2022).

A partir dos eixos e diretrizes de desenvolvimento definidos na fase anterior, são sugeridas propostas, que se ramificam em ações, de maneira a traduzir os objetivos de desenvolvimento em proposições práticas e diretas. Essa categorização é oriunda de todas as discussões técnicas, da Análise Temática Integrada e das observações derivadas da participação popular.

Assim, os eixos são justamente os guias temáticos de desenvolvimento, unindo propostas similares. As diretrizes (como fazer) orientam de forma clara os objetivos (onde se quer chegar) e mostram o caminho a ser seguido, enquanto as ações refletem as medidas a serem tomadas para alcançar tais objetivos (o que fazer).

Portanto, para cada linha propositiva e eixo temático, são apresentados a seguir os quadros de detalhamento de ações estratégicas, vinculadas às diretrizes e objetivos supracitados:

QUADRO 7.2 – EIXO 1 – REESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL;

QUADRO 7.3 – EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL;

QUADRO 7.4 – EIXO 3 – HABITAÇÃO;

QUADRO 7.5 – EIXO 4 – INFRAESTRUTURA;
QUADRO 7.6 – EIXO 5 – EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS;
QUADRO 7.7 – EIXO 6 – REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA.

Os quadros são compostos por:

Linhas Propositivas

Temas que subdividem os eixos, sendo temáticas que sintetizam os diversos aspectos que envolvem as diretrizes e as propostas.

Objetivos

Indicam o que se deseja alcançar nos diferentes aspectos, temáticas e objetos que envolvem o Plano Diretor, servindo como guias à elaboração das diretrizes, ações e metas.

Diretrizes

Princípios e caminhos a serem seguidos para se chegar aos objetivos, as diretrizes apontam o que deve ser executado, traduzindo melhor as orientações para as ações. As diretrizes ainda têm o papel de relacionar as potencialidades e as oportunidades com soluções, proposições e o encaminhamento estratégico.

Ações Estratégicas

Determinam “como fazer”, englobando atividades, programas, projetos, instrumentos e/ou práticas que devem ser executados para possibilitar a aplicação das propostas elencadas nas diretrizes.

Ações Específicas

Direcionam com mais detalhamento a aplicação das ações estratégicas, compondo atividades específicas e direcionadas.

Prazos

Tempo no qual cada ação deve ser realizada, consistindo de três recortes temporais: curto prazo (2024), médio prazo (2027) e longo prazo (2032).

Indicação dos responsáveis

Item que indica as secretarias e/ou órgãos responsáveis pela implementação de cada ação, assim como as possíveis parcerias e articulações com outros entes fora da alçada da gestão municipal, havendo ainda o caso de ações colocadas como produto da própria do Plano Diretor.

Possíveis Fontes de Recursos

Designa as entidades, programas e fontes de financiamento que podem fornecer articulações para o financiamento das ações previstas.

Indicadores de Monitoramento

Item que aponta as maneiras de monitorar o andamento das ações, categorizando-as em metas atendidas, em andamento ou concluídas, algo que indica de forma objetiva a execução das proposições trazidas na revisão do Plano Diretor.

Níveis de Prioridade

Indicam a prioridade que deve ser dada à ação correspondente, em relação às demais, de maneira que os níveis variam entre prioridade alta (cor vermelha), média (cor amarela) e baixa (cor verde).

QUADRO 7.2 – AÇÕES DO EIXO 1 – REESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL

DIMENSÃO PROPOSITIVA	Reordenamento territorial												
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> Reorganizar o uso do solo no território municipal; Promover a ocupação dos vazios urbanos; Promover a ocupação mista e adensada na área central; Elaborar parâmetros de uso do solo de modo a dar continuidade nas boas taxas de permeabilidade, observando o coeficiente, a taxa de ocupação e as possibilidades de verticalização no lote; Promover a preservação e a proteção de áreas fragilizadas ambientalmente. 												
ODS													
Diretrizes	Ações estratégicas	Ações Específicas	Localização	Prazos			Custo estimado (R\$)	Possível fonte de recursos	Órgãos responsáveis	Indicador de resultado	Nível de Prioridade		
				C	M	L					Alta	Média	Baixa
Reordenar o uso do solo por meio de macrozoneamento, do zoneamento urbano, da reestruturação do sistema viário e da adequação dos parâmetros e da lei de uso e ocupação do solo e adequar o ordenamento do solo às legislações pertinentes, aos usos existentes, permitidos e potenciais para o desenvolvimento sustentável da cidade.	Propor novas leis de uso e ocupação do solo, zoneamento e macrozoneamento, além de leis específicas para a aplicação de instrumentos urbanísticos, código de posturas, entre outros.	Elaborar e aplicar o Macrozoneamento, o Zoneamento Urbano, a Lei de Uso e Ocupação do solo, entre outros instrumentos de regulação do solo municipal.	Todo o município.				(1)	Recursos próprios.	Sociedade Civil, Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor e Câmara Municipal.	Aprovação das leis propostas.			
	Reordenar as ZEIS., institucionalizar e regulamentar sua aplicação e a regularização fundiária.												
	Adequar o perímetro urbano e propor lei de bairros.	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar a nova proposta de ordenamento dos Bairros e encaminhar à câmara; Propor novo contorno do perímetro urbano da sede urbana, abrangendo as ocupações de caráter urbanizado; Propor distrito de Lajeado, abrangendo as ocupações de caráter urbanizado. 	Sede urbana; Lajeado				(1)	Recursos próprios.	Sociedade Civil, Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor e Câmara Municipal.	Aprovação das leis propostas.			
	Direcionar a expansão urbana para consolidar a mancha urbana existente.	<ul style="list-style-type: none"> Criar Comissão de Acompanhamento da implementação das leis de zoneamento e uso do solo. Seguir os indicadores do Plano de Monitoramento da Implementação do Plano Diretor. 	Sede urbana			(2)	(1)	Recursos próprios.	Todas as Secretarias e Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor.	<ul style="list-style-type: none"> Reuniões trimestrais de acompanhamento; Indicadores do Plano de Monitoramento. 			
	Fiscalizar o uso e ocupação do solo, o respeito aos parâmetros urbanísticos e parcelamentos irregulares, protegendo e preservando as áreas ambientalmente frágeis e evitando novos parcelamentos e desmatamento.												
Providenciar áreas para desenvolvimento industrial.	<ul style="list-style-type: none"> Determinar territórios aptos e propícios à ocupação de caráter industrial 	Sede Urbana				(1)	Recursos próprios.	Sociedade Civil, Comissão de Acompanhamento	<ul style="list-style-type: none"> Aprovação da Lei na Câmara. 				

DIMENSÃO PROPOSITIVA	Reordenamento territorial												
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> Reorganizar o uso do solo no território municipal; Promover a ocupação dos vazios urbanos; Promover a ocupação mista e adensada na área central; Elaborar parâmetros de uso do solo de modo a dar continuidade nas boas taxas de permeabilidade, observando o coeficiente, a taxa de ocupação e as possibilidades de verticalização no lote; Promover a preservação e a proteção de áreas fragilizadas ambientalmente. 												
ODS	          												
Diretrizes	Ações estratégicas	Ações Específicas	Localização	Prazos			Custo estimado (R\$)	Possível fonte de recursos	Órgãos responsáveis	Indicador de resultado	Nível de Prioridade		
				C	M	L					Alta	Média	Baixa
	Fomentar a preservação ambiental através de campanhas e projetos de conscientização para educação ambiental.	<ul style="list-style-type: none"> Realizar campanhas de conscientização da prática ilegal de queimada; Implementar a política municipal de Educação ambiental no município. Elaborar campanhas, incentivar e promover atividades de Educação ambiental no município quanto à proteção dos recursos hídricos, à preservação da fauna local, da vegetação, entre outros. Fomentar o uso de Selos Verdes e de certificações de sustentabilidade pelos empreendimentos realizados no município através da garantia de benefícios, como redução tributária. 	Todo o município				R\$ 50.000,00	Recursos próprios; Governo Estadual	Secretaria Municipal de Meio Ambiente; Corpo de Bombeiros (PM-PR); Governo Estadual (SEDEST – PR, CEMA, IAT); Governo Federal (SEMAD; MEC; Ministério da Defesa).	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de programas, campanhas e ações de educação ambiental. Porcentagem de alunos e número de escolas que possuam programas de educação ambiental. Porcentagem de empreendimentos com selos verdes. 			
	Recuperar as APPs degradadas do município e proteger as APPs preservadas.	<ul style="list-style-type: none"> Criar parcerias com os produtores rurais e o IAT para cessão de mudas nativas; Recuperar áreas mapeadas como degradadas em áreas rurais e nas áreas urbanas com edificações não consolidadas. 	Todo o município				R\$ 200.000,00	Recursos próprios; IAT; Governo Estadual.	Secretaria Municipal de Meio Ambiente; Governo Estadual (SEDEST – PR, SEMA, IAT).	<ul style="list-style-type: none"> Aumento da área de APP recuperada; Redução do desmatamento, poluição e queimadas. 			
	Fiscalizar e monitorar o desmatamento, a recuperação de áreas degradadas e possíveis ameaças à preservação.	<ul style="list-style-type: none"> Requalificar ambientalmente áreas degradadas de risco na área urbana; Fiscalização do desmatamento, dos riscos de queimadas, de preservação de áreas 	Todo o município										

DIMENSÃO PROPOSITIVA	Reordenamento territorial												
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> Reorganizar o uso do solo no território municipal; Promover a ocupação dos vazios urbanos; Promover a ocupação mista e adensada na área central; Elaborar parâmetros de uso do solo de modo a dar continuidade nas boas taxas de permeabilidade, observando o coeficiente, a taxa de ocupação e as possibilidades de verticalização no lote; Promover a preservação e a proteção de áreas fragilizadas ambientalmente. 												
ODS													
Diretrizes	Ações estratégicas	Ações Específicas	Localização	Prazos			Custo estimado (R\$)	Possível fonte de recursos	Órgãos responsáveis	Indicador de resultado	Nível de Prioridade		
		frágeis, da expansão de espécies exóticas e dos agentes poluidores do solo.		C	M	L					Alta	Média	Baixa
	Garantir a proteção dos recursos hídricos através do manejo adequado destes recursos e da implementação de instrumentos de controle e gestão da proteção dos mananciais, das nascentes, dos aquíferos, e da qualidade da água dos rios e promover o alcance e manutenção dos bons níveis de qualidade da água.	<ul style="list-style-type: none"> Realizar a manutenção da sinalização da área de manancial de abastecimento público de água nas vias municipais e na Rodovia BR-116 e promover campanha de conscientização para a população para cuidado da área; Implementar o Programa de Controle do Uso de Agrotóxicos na área de mananciais e restringir o uso de agrotóxicos nestas áreas através dos parâmetros de uso do local; Criar o programa de proteção de nascentes. 	Áreas de manancial				(3) R\$ 30.000,00	Recursos próprios; DNIT; IAT; Governo estadual.	Parcerias com as universidades regionais. Governo Estadual (DER; SEDEST – PR, SEMA, IAT); Governo Federal (MMA).	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de levantamentos e melhoria dos resultados dos levantamentos dos índices de qualidade da água. Número de Programas ambientais criados e implementados. Número de ações previstas nos programas realizadas. Número de produtores envolvidos 	Alta	Média	Baixa
	Elaborar nova hierarquização viária, além de propor alternativas cicloviárias, e outras mudanças que se façam necessárias na mobilidade municipal.	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar lei do sistema viário revisto, entre outros instrumentos de regulação viária; Propor uma malha cicloviária abrangente e coesa. 	Todo o município				(1)	Recursos próprios.	Sociedade Civil, Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor e Câmara Municipal.	Aprovação da Lei na Câmara.	Alta	Média	Baixa

DIMENSÃO PROPOSITIVA	Reordenamento territorial												
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> Reorganizar o uso do solo no território municipal; Promover a ocupação dos vazios urbanos; Promover a ocupação mista e adensada na área central; Elaborar parâmetros de uso do solo de modo a dar continuidade nas boas taxas de permeabilidade, observando o coeficiente, a taxa de ocupação e as possibilidades de verticalização no lote; Promover a preservação e a proteção de áreas fragilizadas ambientalmente. 												
ODS	          												
Diretrizes	Ações estratégicas	Ações Específicas	Localização	Prazos			Custo estimado (R\$)	Possível fonte de recursos	Órgãos responsáveis	Indicador de resultado	Nível de Prioridade		
				C	M	L					Alta	Média	Baixa
	Delimitar e consolidar localidades rurais, fortalecer sua identidade e estabelecer parâmetros próprios de uso com a definição do Macrozoneamento e Lei de Uso e Ocupação do Solo	<ul style="list-style-type: none"> Delimitar as localidades rurais e incentivar o seu reconhecimento por parte da população local; Regularizar as edificações menores que o módulo rural realizadas até a data de aprovação do presente plano diretor nas áreas rurais, mas que sigam os padrões de ocupação determinados pelo macrozoneamento para as localidades rurais; Limitar a expansão urbana de áreas menores que o módulo rural na área rural e nas localidades rurais após a data de aprovação do presente plano e multar quem fizer o parcelamento fora das normas. 	Área rural do município				(1)	Recursos próprios.	Sociedade Civil, Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor, Secretaria de Urbanismo, Pesca e Agricultura e outros e Câmara Municipal.	<ul style="list-style-type: none"> Aprovação da Lei na Câmara. Utilização dos instrumentos no dia-a-dia da Secretaria de Urbanismo, Pesca e Agricultura e outros. 			
	Reestruturar numeração e identificação de vias	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar projeto específico de modelo para emplacamento de identificação de vias, contando com possível concessão de uso de publicidade para a implantação desse mobiliário; Promover a nova numeração de lotes, informando os proprietários e o sistema de correspondência dos Correios; Instalar placas nas esquinas de vias urbanas, nos entroncamentos de vias 	Todo o município				R\$ 200.000,00	Recursos próprios. Concessão de publicidade urbana.	Parcerias público-privadas; Correios.	<ul style="list-style-type: none"> Atualização dos dados de vias identificadas e emplacadas; Atualização de dados da numeração de lotes. 			

DIMENSÃO PROPOSITIVA	Reordenamento territorial												
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Reorganizar o uso do solo no território municipal; • Promover a ocupação dos vazios urbanos; • Promover a ocupação mista e adensada na área central; • Elaborar parâmetros de uso do solo de modo a dar continuidade nas boas taxas de permeabilidade, observando o coeficiente, a taxa de ocupação e as possibilidades de verticalização no lote; • Promover a preservação e a proteção de áreas fragilizadas ambientalmente. 												
ODS													
Diretrizes	Ações estratégicas	Ações Específicas	Localização	Prazos			Custo estimado (R\$)	Possível fonte de recursos	Órgãos responsáveis	Indicador de resultado	Nível de Prioridade		
				C	M	L					Alta	Média	Baixa
		rurais principais e em outros locais estratégicos.											

Fonte: FUPEF (2022).

NOTAS:

- (1) Ação Institucional.
- (2) Aplicação Contínua.
- (3) Ação Externa – Recursos Externos.

QUADRO 7.3 – AÇÕES DO EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DIMENSÃO PROPOSITIVA	Desenvolvimento sustentável e expansão da produção rural e do ecoturismo															
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> Preservar as localidades rurais e comunidades tradicionais, bem como possibilitar a permanência e a manutenção das atividades dos pequenos produtores rurais; Potencializar a produção rural e o ecoturismo sustentável; Potencializar o turismo religioso e a continuidade das festividades tradicionais. 															
ODS																
Diretriz	Ações estratégicas	Ações Específicas	Localização	Prazos			Custo estimado	Possível fonte de recursos	Órgãos responsáveis	Indicador de resultado	Nível de Prioridade					
				C	M	L					Alta	Média	Baixa			
Promover o desenvolvimento sustentável da área rural e das comunidades tradicionais, incentivando e apoiando os produtores e preservando as tradições e reconhecendo sua identidade e localização espacial. Incentivar o desenvolvimento do ecoturismo e do turismo religioso e cultural.	Reconhecer e acolher as localidades rurais, fortalecendo sua identidade, estimulando sua consolidação e limitando sua expansão.	<ul style="list-style-type: none"> Acolhimento de localidades rurais, por meio de cadastro de famílias de produtores e moradores; Promoção de visitação das comunidades rurais. 	Área rural.				R\$ 20.000,00	Recursos próprios.	Secretaria de Fomento Agropecuário e Meio Ambiente; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo; Secretaria de Desenvolvimento.	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de famílias cadastradas nas localidades rurais; Quantidade de visitas às localidades. 						
	Promover o ecoturismo sustentável na área rural e estimular o turismo cultural e religioso. Criar e incrementar as estruturas de lazer e apoio turístico e realizar campanhas de valorização das potencialidades do município.	<ul style="list-style-type: none"> Promoção de eventos e campanhas de divulgação do ecoturismo e do turismo cultural e religioso; Elaborar calendário e mapa de turismo cultural e religioso; Implantar áreas de apoio ao turismo. 	Todo o município.				R\$ 20.000,00	Recursos próprios.	Secretaria de Fomento Agropecuário e Meio Ambiente; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo; Secretaria de Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> Eventos realizados; Áreas de apoio construídas. 						
	Garantir o fortalecimento dos pequenos produtores rurais	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar as associações de produtores, facilitar a troca de informações sobre as necessidades dos produtores e criar plano estratégico de atuação nestas necessidades; Incentivar práticas agrícolas sustentáveis, com treinamentos aos produtores e gerar reduções tarifárias nas propriedades que comprovarem o manejo sustentável das atividades rurais. Incentivar as cooperativas nas ações de compartilhamento de maquinário, no transporte da produção, nas vendas, entre outros, através de reuniões, palestras e informação sobre as possibilidades de cooperativismo. 	Área rural.				R\$ 100.000,00.	Recursos próprios	Secretaria de Fomento Agropecuário e Meio Ambiente.	<ul style="list-style-type: none"> Porcentagem de produtores treinados e que adotaram práticas sustentáveis; Aprovação de programa de parceria entre prefeitura e produtores e aprovação da lei. Palestras realizadas e ações de cooperativismo implementadas pelas associações de produtores. 						
	Consolidar a manutenção das festividades tradicionais	<ul style="list-style-type: none"> Criar rede de comunicação e campanhas de incentivo às festividades; Criar estruturas de apoio às festividades. 	Todo o município.				R\$ 30.000,00	Recursos próprios Governo Estadual (SEDEST)	Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.	<ul style="list-style-type: none"> Realização de reuniões da rede de comunicação. Implementação de infraestruturas; Festividades realizadas. 						

Fonte: FUPEF (2022).

QUADRO 7.4 – AÇÕES DO EIXO 3 – HABITAÇÃO

DIMENSÃO PROPOSITIVA	Atendimento ao direito à moradia												
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> Garantir o acesso à moradia adequada a toda a população, sanando o déficit habitacional; Promover programas de produção habitacional, de regularização fundiária e de urbanização de ocupações precárias; Dar acesso ao mercado imobiliário popular pela população de baixa renda, desincentivando ocupações irregulares. 												
ODS	       												
Diretriz	Ações Estratégicas	Ações Específicas	Localização	Prazos			Custo estimado	Possível fonte de recursos	Órgãos responsáveis	Indicador de resultado	Nível de Prioridade		
				C	M	L					Alta	Média	Baixa
Garantir o acesso à moradia adequada, ao direito à cidade, promovendo ações para sanar o déficit habitacional no município e promover a melhoria da qualidade de vida dos munícipes com moradias em situação de precariedade habitacional.	Institucionalizar os programas de regularização fundiária, eliminar situações de risco garantindo a moradia à população removida e requalificar áreas ambientalmente vulneráveis para evitar novas ocupações.	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar o Plano Municipal de Regularização Fundiária; Mapear e cadastrar as habitações em situação de risco; Promover realocação das famílias para áreas de preferência no mesmo entorno da área original; Limpar e requalificar ambientalmente as áreas de risco onde foram realizadas remoções; Criar e implementar o Programa de Regularização Fundiária (PMRF). 	Áreas irregulares e de risco				R\$ 200.000,00	REURB; FNHIS, OGU, BNDIS, COHAPAR; PARANACIDADE.	Secretaria de Desenvolvimento; COHAPAR	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração dos planos, dos mapeamentos e cadastros; Implementação do PMRF; Quantidade de unidades regularizadas; Diminuição do déficit habitacional 			
	Urbanizar e realizar a regularização fundiária com titulação de assentamentos precários e loteamentos irregulares.	<ul style="list-style-type: none"> Criar o programa municipal de produção de habitação de interesse social com recursos provenientes do FMHIS; Garantir que a produção habitacional de interesse social ocorra em áreas bem-servidas de infraestrutura; Monitorar o déficit habitacional; Monitorar novas ocupações 	Todo o município				R\$ 500.000,00	REURB; FNHIS, OGU, BNDIS, COHAPAR; PARANACIDADE	Secretaria de Desenvolvimento; COHAPAR	<ul style="list-style-type: none"> Unidades produzidas em relação ao necessário; Utilização e sistematização do cadastro; Diminuição do déficit habitacional. 			
	Promover o atendimento ao déficit habitacional através da produção de unidades habitacionais												
	Articular apoio para regularização, urbanização e produção de habitação de interesse social												

Fonte: FUPEF (2022).

QUADRO 7.5 – AÇÕES DO EIXO 4 – INFRAESTRUTURA

DIMENSÃO PROPOSITIVA														
Mobilidade urbana e rural														
OBJETIVOS														
<ul style="list-style-type: none"> • Implantar rede de transporte público municipal e metropolitano; • Realizar intervenções no sistema viário em prol da melhora da sinalização, da eficiência de interseções e da regulamentação de estacionamentos. • Garantir o escoamento da produção e o fluxo de passagem do município e da sede urbana. 														
ODS														
														
Diretriz	Ações Estratégicas	Ações Específicas	Localização	Prazos			Custo estimado	Possível fonte de recursos	Órgãos responsáveis	Indicador de resultado	Nível de Prioridade			
				C	M	L					Alta	Média	Baixa	
Garantir a mobilidade urbana e rural, o acesso à cidade, a acessibilidade à toda a população e promover iniciativas e alternativas de acesso ao transporte público e metropolitano, além de iniciativas que priorizem os modais não motorizados e que garanta o acesso facilitado entre as mais diversas regiões do município.	Elaborar alternativas para o transporte público urbano e rural	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar linha metropolitana integrada ao sistema de Curitiba; • Reimplantar linha Lapa-Rio Negro; • Implantar itinerários de atendimento às localidades rurais; • Requisitar a construção deanel viário de desvio da PR-427; • Construir o terminal rodoviário. 	Todo o município.				(2) (4)	(2)	Secretaria de Obras, Rodoviário e Infraestrutura; AMEP; DER; SEIL	<ul style="list-style-type: none"> • Contratos de concessão estabelecidos; • Quantidade de passageiros transportados. • Execução de obras. 				
	Articular parcerias para implantação de infraestrutura urbana, de construção de anel viário, de articulações para o transporte municipal e de construção do terminal rodoviário.													
	Realizar intervenções viárias de melhoria de interseções, além de melhorias de infraestrutura urbana de mobilidade em geral	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar e executar projeto de redesenho da geometria na interseção das vias Miguel Komarchewski e Gabriel Kaiss; • Implantar mudança de sentido nas ruas Maria Clara Brandão Tesserolli, Leopoldo Jacomel e Jorge Alves de Barros; • Melhorar a sinalização viária, especialmente nas vias principais. 	Sede urbana.				R\$ 200.000,00	Recursos próprios; Governo Estadual (DER; SEIL); Programa Pró-Transportes; Governo Federal (Ministério do Desenvolvimento Regional)	Secretaria de Obras, Rodoviário e Infraestrutura; DER; SEIL.	<ul style="list-style-type: none"> • Execução das obras; • Diminuição de acidentes de trânsito. 				
	Implantar malha cicloviária e promover o uso da bicicleta e das ciclorrotas turísticas	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar e executar projetos para a malha cicloviária proposta; • Realizar campanhas de incentivo à ciclomobilidade utilitária; • Realizar campanhas de incentivo ao cicloturismo rural. 	Todo o município.				R\$ 90.000,00	Recursos próprios. Governo Estadual (DER; DETRAN; SEIL); Programa Pró-Transportes.	Secretaria de Obras, Rodoviário e Infraestrutura; DER; SEIL.	<ul style="list-style-type: none"> • Execução das obras; • Campanhas realizadas. 				
Promover a sinalização e regulamentação de estacionamentos no Centro		<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar e executar projeto para a implantação e manutenção da sinalização horizontal e vertical de regulamentação de estacionamentos. 	Zona Central.				R\$ 60.000,00	Recursos próprios; Governo Estadual (DER; SEIL); Programa Pró-Transportes; Governo Federal (Ministério do	Secretaria de Obras, Rodoviário e Infraestrutura; DER; SEDEST.	<ul style="list-style-type: none"> • Execução das obras; • Diminuição de acidentes de trânsito. 				

DIMENSÃO PROPOSITIVA		Mobilidade urbana e rural												
OBJETIVOS		<ul style="list-style-type: none"> • Implantar rede de transporte público municipal e metropolitano; • Realizar intervenções no sistema viário em prol da melhora da sinalização, da eficiência de interseções e da regulamentação de estacionamentos. • Garantir o escoamento da produção e o fluxo de passagem do município e da sede urbana. 												
ODS														
Diretriz	Ações Estratégicas	Ações Específicas	Localização	Prazos			Custo estimado	Possível fonte de recursos	Órgãos responsáveis	Indicador de resultado	Nível de Prioridade			
				C	M	L					Alta	Média	Baixa	
								Desenvolvimento Regional)						
	Implantar o calçamento nas vias principais e locais	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar e executar o calçamento em vias principais; • Fomentar a implantação e a manutenção das calçadas pelos proprietários, por meio de garantia de benefícios, como redução tributária. 	Sede urbana.				R\$ 100.000,00	Recursos próprios; Governo Estadual (DER; SEIL); Programa Pró-Transportes.	Secretaria de Obras, Rodoviário e Infraestrutura; DER; SEDEST.	• Execução das obras.				
	Garantir o escoamento da produção e o acesso das localidades rurais	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção de vias municipais rurais. 	Estradas rurais.				R\$ 250.000,00	Recursos próprios. Governo Estadual (DER; SEDEST); Governo Federal (MDR)	Secretaria de Obras, Rodoviário e Infraestrutura; Secretaria do Fomento Agropecuário e Meio Ambiente; DER.	<ul style="list-style-type: none"> • Execução das obras; • Aumento da produção rural. 				
DIMENSÃO PROPOSITIVA		Aspectos de atendimento das redes de infraestrutura à população												
OBJETIVOS		<ul style="list-style-type: none"> • Investir em iluminação pública; • Realizar manutenções de drenagem; • Estimular a separação do lixo e a coleta seletiva; • Adequar a arborização urbana; • Adequar a rede de saneamento. 												
ODS														
Diretriz	Ações Estratégicas	Ações Específicas	Localização	Prazos			Custo estimado	Possível fonte de recursos	Órgãos responsáveis	Indicador de resultado	Nível de Prioridade			
				C	M	L					Alta	Média	Baixa	
Garantir o atendimento universal dos moradores pela rede de	Garantir o acesso às principais redes de infraestrutura na área urbana, expandido as	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar e dar manutenção à rede de iluminação pública na sede urbana e na área rural. 	Todo o município				R\$ 250.000,00	Recursos próprios.	Secretaria de Obras, Rodoviário e Infraestrutura.	• Áreas atendidas por iluminação pública.				

DIMENSÃO PROPOSITIVA		Mobilidade urbana e rural											
OBJETIVOS		<ul style="list-style-type: none"> Implantar rede de transporte público municipal e metropolitano; Realizar intervenções no sistema viário em prol da melhora da sinalização, da eficiência de interseções e da regulamentação de estacionamentos. Garantir o escoamento da produção e o fluxo de passagem do município e da sede urbana. 											
ODS		     											
Diretriz	Ações Estratégicas	Ações Específicas	Localização	Prazos			Custo estimado	Possível fonte de recursos	Órgãos responsáveis	Indicador de resultado	Nível de Prioridade		
				C	M	L					Alta	Média	Baixa
infraestrutura básica, aumentar as extensões de rede e qualidade dos serviços prestados em todas as infraestruturas de responsabilidade municipal e o correto destino dos resíduos produzidos pelos municípios, protegendo o meio ambiente e priorizando alternativas sustentáveis.	redes de infraestrutura básica; Garantir o acesso da área rural à infraestrutura de rede elétrica, abastecimento de água e coleta de lixo comum e seletiva; Promover extensão da rede e melhorias no sistema de saneamento básico municipal.	<ul style="list-style-type: none"> Ampliar as redes de água e esgoto na área urbana e rural; Monitorar os índices de qualidade da água para abastecimento e dos efluentes tratados; Incentivar o uso de alternativas sustentáveis às fossas sépticas, de aplicação de sistemas de captação solar e de uso de cisternas e de sistemas de compostagem individual e coletiva através de campanhas de conscientização, explicação da construção deste tipo de alternativa e da redução tarifária do IPTU em residências que aplicarem esse sistema. 	Todo o município.				R\$ 100.000,00	Recursos próprios; SANEPAR; Proprietários.	Secretaria de Obras, Rodoviário e Infraestrutura; SANEPAR.	<ul style="list-style-type: none"> Áreas atendidas pelas redes de água e esgoto. Melhoria nos índices de qualidade. 			
		<ul style="list-style-type: none"> Implantar e garantir a manutenção de infraestrutura de energia elétrica, na sede urbana e na área rural. 	Todo o município.				(2)	Recursos próprios; COPEL.	Secretaria de Obras, Rodoviário e Infraestrutura; COPEL.	Execução das ações previstas.			
		<ul style="list-style-type: none"> Ampliar a rede de microdrenagem e pavimentar as vias urbanas. 	Sede urbana.				(3)	Recursos próprios; Governo Estadual (DER; SEDEST; SEIL); Governo Federal (MDR).	Secretaria de Obras, Rodoviário e Infraestrutura;	<ul style="list-style-type: none"> Vias com pavimentação e drenagem. Diminuição de alagamentos. 			
	Adequar o paisagismo da área urbana e promover a arborização urbana adequada.	<ul style="list-style-type: none"> Transladar e/ou dar destino correto a árvores mal implantadas nas calçadas; Promover o plantio de espécies adequadas ao clima e à infraestrutura de vias urbanas; Incentivar os proprietários ao plantio e manutenção corretos, por meio de campanhas. 	Sede urbana.				R\$ 100.000,00	Recursos próprios; Proprietários.	Secretaria de Obras, Rodoviário e Infraestrutura; Secretaria de Desenvolvimento.	<ul style="list-style-type: none"> Execução das ações previstas; Campanhas realizadas. 			
	Promover o destino correto dos resíduos sólidos e o acesso universal à coleta.	<ul style="list-style-type: none"> Criar campanhas de conscientização da coleta seletiva; Estabelecer contrato de concessão à coleta e destino de resíduos sólidos. 	Todo o município.				R\$ 20.000,00	Recursos próprios; (2)	Secretaria de Desenvolvimento; Secretaria de Administração e Finanças.	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecimento de contrato com a concessionária; Campanhas realizadas. 			
	Incentivar alternativas sustentáveis de gerenciamento de	<ul style="list-style-type: none"> Integrar e incentivar o trabalho da Associação de Catadores. 	Sede urbana.				R\$ 20.000,00	Recursos próprios.	Secretaria de Desenvolvimento.	<ul style="list-style-type: none"> Lixo seletivo coletado; Produção da Associação de Catadores. 			

QUADRO 7.6 – AÇÕES DO EIXO 5 – EQUIPAMENTOS

DIMENSÃO PROPOSITIVA	Manutenção e expansão dos equipamentos públicos												
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar novas áreas, reformar e expandir os equipamentos de lazer e convivência, educação e saúde. • Associar propostas assistencialistas públicas com entidades não governamentais; • Fortalecer a segurança pública através de monitoramento; • Fortalecer estruturas e programas de assistência social; • Estimular o trabalho da Associação de Catadores. 												
ODS	       												
Diretriz	Ações Estratégicas	Ações Específicas	Localização	Prazos			Custo estimado	Possível fonte de recursos	Órgãos responsáveis	Indicador de resultado	Nível de Prioridade		
				C	M	L					Alta	Média	Baixa
Garantir o acesso universal à saúde, educação, assistência social, segurança, esporte, lazer e cultura por todos os munícipes expandido a rede de atendimento, construindo novos equipamentos, incrementando e melhorando equipamentos e sistemas existentes e realizando manutenções necessárias.	<p>Requalificas as áreas de várzea, recuperando as APPs e utilizando a o restante da área para implantação de equipamentos e áreas de lazer</p> <p>Implantar equipamentos de recreação, lazer e prática de esportes na área urbana e rural do município.</p> <p>Reestruturar equipamentos de educação, saúde e assistência social, bem como expandir a abrangência dos equipamentos de saúde.</p>	Instalar praça de vizinhança no terreno desocupado do Loteamento Hammer	Sede urbana.				R\$ 120.000,00	Recursos próprios. Governo Estadual (SEDEST)	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.	Conclusão da obra.			
		Implantar parque linear no rio que divide Divino e Centro	Sede urbana.				R\$ 200.000,00	Recursos próprios. Governo Estadual (SEDEST)	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.	Conclusão da obra.			
		Implantar parque no terreno Rachid	Sede urbana.				R\$ 120.000,00	Recursos próprios. Governo Estadual (SEDEST)	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.	Conclusão da obra.			
		Manter os equipamentos existentes de lazer na área urbana e rural	Todo o município.	(2)			R\$ 150.000,00	Recursos próprios. Governo Estadual (SEDEST)	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.	Manutenção das atividades.			
		Implantar nova pista de Motocross na área rural.	Área rural.				R\$ 250.000,00	Recursos próprios. Governo Estadual (SEDEST)	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.	Conclusão da obra.			
		Revitalizar Grêmio Esportivo.	Sede urbana.				R\$ 120.000,00	Recursos próprios. Governo Estadual (SEDEST)	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.	Conclusão da obra.			

DIMENSÃO PROPOSITIVA	Manutenção e expansão dos equipamentos públicos												
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar novas áreas, reformar e expandir os equipamentos de lazer e convivência, educação e saúde. • Associar propostas assistencialistas públicas com entidades não governamentais; • Fortalecer a segurança pública através de monitoramento; • Fortalecer estruturas e programas de assistência social; • Estimular o trabalho da Associação de Catadores. 												
ODS	       												
Diretriz	Ações Estratégicas	Ações Específicas	Localização	Prazos			Custo estimado	Possível fonte de recursos	Órgãos responsáveis	Indicador de resultado	Nível de Prioridade		
				C	M	L					Alta	Média	Baixa
		Implantar viveiro de plantas.	Sede urbana.				R\$ 150.000,00	Recursos próprios. Governo Estadual (SEDU).	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania. Secretaria Municipal de Obras, Rodoviário e Infraestrutura.	Conclusão da obra.			
	Garantir a oferta e a qualidade do sistema de educação, promover a educação profissionalizante, o acesso à cultura, ao desenvolvimento pessoal e promover a educação de jovens e adultos.	Realizar a Campanha de Incentivo à alfabetização de adultos.	Todo o município.		(2)		R\$ 30.000,00	Recursos próprios. Governo Estadual (SEED)	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.	• Redução do analfabetismo; • Número de matrículas.			
	Reestruturar equipamentos de educação, saúde e assistência social, bem como expandir a abrangência dos equipamentos de saúde.	Remodelar ginásio da Escola Municipal Professor Gunther Urban para um refeitório	Sede urbana.				R\$ 200.000,00	Recursos próprios. Governo Estadual (SEED)	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.	Conclusão da obra.			
		Implantar auditório no terreno do ginásio da Escola Municipal Professor Gunther Urban	Sede urbana.				R\$ 300.000,00	Recursos próprios. Governo Estadual (SEED)	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.	Conclusão da obra.			
		Manter as atividades e equipamentos de educação.	Todo o município.		(2)		(1)	Recursos próprios. Governo Estadual (SEED)	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.	Manutenção das atividades.			
	Garantir o acesso à assistência social e à equipamentos que promovam o bem-estar pessoal e oportunidades de desenvolvimento e crescimento pessoal.	Manter as atividades e equipamentos de assistência social.	Todo o município.		(2)		(1)	Recursos próprios. Governo Estadual (Secretaria da Justiça, Família e Trabalho)	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania.	Manutenção das atividades.			
	Reestruturar equipamentos de educação, saúde e assistência social, bem como expandir a abrangência dos equipamentos de saúde.	Construir a Casa Lara de apoio à assistência social.	Sede urbana.				R\$ 300.000,00	Recursos próprios. Governo Estadual (Secretaria da Justiça, Família e Trabalho)	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania.	Conclusão da obra.			
		Revitalizar Centro de Convivência.	Sede Urbana				R\$ 150.000,00	Recursos próprios.	Secretaria Municipal de	Conclusão da obra.			

DIMENSÃO PROPOSITIVA	Manutenção e expansão dos equipamentos públicos												
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar novas áreas, reformar e expandir os equipamentos de lazer e convivência, educação e saúde. • Associar propostas assistencialistas públicas com entidades não governamentais; • Fortalecer a segurança pública através de monitoramento; • Fortalecer estruturas e programas de assistência social; • Estimular o trabalho da Associação de Catadores. 												
ODS	       												
Diretriz	Ações Estratégicas	Ações Específicas	Localização	Prazos			Custo estimado	Possível fonte de recursos	Órgãos responsáveis	Indicador de resultado	Nível de Prioridade		
				C	M	L					Alta	Média	Baixa
								Governo Estadual (Secretaria da Justiça, Família e Trabalho)	Desenvolvimento Social e Cidadania.				
	Incrementar o monitoramento da segurança pública com sistematização e criação de parque de monitoramento de câmeras.	Instalar o parque de monitoramento por câmeras	Sede urbana.				(1)	Recursos próprios. Governo Estadual (SESP)	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania.	Finalização da instalação.			
		Monitorar os dados das câmeras	Sede urbana.				(1)	Recursos próprios. Governo Estadual (SESP / PMPR)	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania.	Monitoramento dos dados.			
	Implementar e melhorar o espaço da Associação de Catadores	Implantar nova Associação de Catadores.	Vila Rural.				R\$ 200.000,00	Recursos próprios. Governo Estadual (SEDU).	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania. Secretaria Municipal de Obras, Rodoviário e Infraestrutura.	Conclusão da obra.			
	Readequar a área posterior à prefeitura, implementando infraestrutura de feiras e realocando a garagem de máquinas.	Implantar Calçadão para feiras na Rua Avelino Afonso Ribas.	Centro.				R\$ 350.000,00	Recursos próprios. Governo Estadual (SEDU).	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania. Secretaria Municipal de Obras, Rodoviário e Infraestrutura.	Conclusão da obra.			

Fonte: FUPEF (2022).

NOTAS:

- (1) Recursos Previstos no PPA ou nos Planos Específicos;
(2) Aplicação Contínua da Ação.

QUADRO 7.7 – AÇÕES DO EIXO 6 – REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA

DIMENSÃO PROPOSITIVA												Manutenção da estrutura administrativa interna do município																							
OBJETIVOS												<ul style="list-style-type: none"> Garantir os investimentos necessários à estrutura interna das secretarias municipais Estabelecer o geoprocessamento na sistematização dos dados de ocupação e fiscalização Garantir o bom funcionamento da fiscalização e aprovação de obras. 																							
ODS																																			
Diretriz	Ações Estratégicas	Ações Específicas	Localização	Prazos			Custo estimado	Possível fonte de recursos	Órgãos responsáveis	Indicador de resultado	Nível de Prioridade																								
				C	M	L					Alta	Média	Baixa																						
Manter as estruturas das secretarias em funcionamento, bem como, reestruturar e sistematizar digitalmente o funcionamento interno das diferentes secretarias e seus respectivos bancos de dados de forma a gerar integração e acesso às diversas informações dos diversos cadastros, gerar agilidade, facilitar processos e diminuir a burocracia do dia-a-dia.	Estabelecer compatibilização do trabalho das diferentes secretarias.	Monitoramento e manutenção das estruturas e pessoal das secretarias municipais.	Administração das Secretarias.	(1)			(2)	Recursos Próprios.	Todas as Secretarias.	Bom funcionamento das secretarias.	Alta																								
		Realizar compatibilização do trabalho das diferentes secretarias	Administração das Secretarias.	(1)			(2)	Recursos Próprios.	Todas as Secretarias.	Bom funcionamento das secretarias.	Alta																								
	Sistematizar e incrementar sistemas de fiscalização sobretudo do uso e ocupação do solo.	Implementação de SIG na sistematização de dados municipais;	Administração das Secretarias.				R\$ 100.000,00	Recursos Próprios.	Todas as Secretarias.	Implementação do sistema e ganho de agilidade nos processos.	Alta																								
		Sistematizar e integrar o cadastro multifinalitário ao SIG.	Administração das Secretarias.				R\$ 20.000,00	Recursos Próprios.	Todas as Secretarias.	Implementação do sistema e ganho de agilidade nos processos.	Alta																								
		Manter a fiscalização do uso do solo em dia	Administração das Secretarias.	(1)			(2)	Recursos Próprios.	Todas as Secretarias.	Implementação do sistema e ganho de agilidade nos processos.		Média																							

Fonte: FUPEF (2022).

NOTAS:

- (1) Ação Contínua;
(2) Recursos Previstos no PPA ou nos Planos Específicos.

8 ORIENTAÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE AÇÕES E INVESTIMENTOS

O PAI é elaborado a partir da construção conjunta entre a equipe da consultoria de Revisão do Plano Diretor Municipal com a sociedade e a equipe da Equipe Técnica Municipal. Com estas equipes, através das reuniões, oficinas, audiências e diagnósticos pode-se chegar a um consenso entre os objetivos do Plano Diretor, quais suas diretrizes e quais as prioridades dos investimentos a serem realizados.

Para tornar as propostas viáveis dentro da realidade financeira municipal foi analisado, no produto anterior, a capacidade de investimento, de endividamento e quais são os pontos cruciais frente à necessidade de reestruturação e integração externa para aquisição de investimentos e melhoria administrativa, assim como os planos necessários e aqueles que estão em desenvolvimento.

Portanto, reforça-se que as ações propostas e as prioridades foram definidas levando em consideração todos os elementos e diagnósticos, propostas e reuniões construídos de forma integrada até o momento na hierarquização destas diferentes ações.

Além disso, foram considerados e analisados também qual seria o potencial de impacto que as ações propostas possuem na melhoria das condições de vida da população como um todo, e a prioridade foi atribuída àquelas que se relacionam ao acesso à direitos e necessidades básicas dos habitantes, como estas ações se integram à programas federais e estaduais, à ações e parcerias que podem ser construídas de forma realista, assim como a necessidade de destaque da ação no plano diretor, quando a ação não faz parte de nenhum outro tipo de plano de ações.

Destaca-se ainda que a implementação das ações previstas não depende apenas do aporte de recursos e de vontade política dos agentes responsáveis em realizarem as propostas, mas da construção de uma conjuntura favorável que resulte na redefinição de prioridades de intervenção e na busca de alternativas de execução ao longo do tempo.

Assim, as ações previstas e destacadas no presente plano devem ser objetos de constante análise e avaliação. A depender dos resultados destas análises e caso julgue-se necessário deverão ser realizadas alterações pelo

Conselho de Acompanhamento, sobretudo aquelas ações que sejam voltadas e dependam da realização de novas parcerias e aquisição de novos recursos, assim como a modificação de prazos e valores, por exemplo, a depender de novos programas e políticas públicas criados, em diferentes gestões e frentes de distribuição de recursos em nível estadual e federal, ou até mesmo do surgimento de oportunidades de ações em parcerias privadas.

8.1 ADEQUAÇÃO DO PAI AO PPA (2022-2025)

Como apontado no Produto 4 - Análise Temática Integrada (ATI) – Parte 3, os recursos definidos no Plano de Ação e Investimentos devem estar alinhados com o Planejamento Orçamentário já usualmente realizado pela Prefeitura de Campo do Tenente através da Lei Orçamentária Anual (LOA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e do Plano Plurianual (PPA), sendo que o PPA atualmente em vigor é o PPA de planejamento para o período entre os anos de 2022 e 2025.

Conforme apresentado no relatório, que analisava o PPA entre 2017 e 2021, sabe-se que o total acumulado de receitas projetado para 2021 chegava aos R\$ 46.844.051,99, enquanto que a receita alcançada foi de R\$ 37.310.463,16. Para o novo PPA os valores projetados são:

TABELA 8.1 – PROJEÇÃO DE RECEITAS DO PPA (2022-2025)

Ano	Valores
2022	R\$ 36.181.500,00
2023	R\$ 39.810.650,00
2024	R\$ 43.851.715,00
2025	R\$ 48.171.259,00
Total	R\$ 168.015.124,00

Fonte: CAMPO DO TENENTE (2022).

Portanto, até 2025 espera-se manter um crescimento da receita anual entre 3 e 4 milhões de reais. No entanto, estas receitas têm destino definido e apenas parte pode ser utilizada em investimentos, como apontado no Produto 4, que indicava que as receitas realizadas em 2020 foram de R\$ 6.447.942,82, sendo reduzidas para R\$ 3.208.442,90 em 2021 e com previsão de redução para R\$ 1.681.947,00 em 2022, reforçando o desequilíbrio que ocorre no município entre receitas e despesas.

No entanto, deve ser considerado que o novo PPA prevê dentro do seu Plano de Investimentos diversos pontos onde o aporte de recursos já é aquele previsto pelo atual PAI, como os valores destinados à manutenção de serviços de equipamentos públicos como creches, unidades de saúde, iluminação pública, revitalização de vias, entre outros.

Porém, os investimentos previstos não devem provir necessariamente apenas de recursos próprios, mas de transferências correntes via governo federal e estadual e de parcerias público-privadas ou outras fontes que se tornem possíveis, como bancos de investimento, agências de fomento e outros.

Para adaptar as ações aos valores reais, ao PPA e sempre que forem necessárias alterações no presente PAI sugere-se seguir o seguinte passo a passo.

- i. Identificar a similaridade e sobreposição das ações com o PPA;
- ii. Avaliar a possibilidade de compatibilização dos recursos;
- iii. Identificar o total de recursos que devem ser realizados por contrapartida (municipal) e o restante que deve ser incluído via novas fontes;
- iv. Identificação das fontes de recursos e do recurso real para complementação.

A planilha a seguir exemplifica a visualização de como ocorre a adaptação dos valores a ser realizada no PPA.

TABELA 8.2 – EXEMPLO DE ADAPTAÇÃO DOS VALORES DO PAI AO PPA E RECURSOS DE FONTE DE RECURSOS

PAI Ação	Valor	PPA (2022-2025)		Valor Faltante	Fonte de Recurso Complementar
		Investimento	Valor		
A	R\$ 100.000,00	1	R\$ 10.000,00	R\$ 90.000,00	SUS
B	R\$ 500.000,00	2	R\$ 50.000,00	R\$ 450.000,00	BNDI
C	R\$ 65.000,00	3	R\$ 10.000,00	R\$ 55.000,00	REURB
D	R\$ 1.265.000,00	4	-	R\$ 1.265.000,00	MEC
...					

Fonte: FUPEF (2022).

Através da aplicação desta metodologia torna-se possível adaptar os valores necessários à implementação das ações e às possibilidades de

contrapartida dentro do orçamento municipal previstas no PPA, para realização das ações.

Portanto, como exposto, dentre as diferentes fontes de recursos que o Município possui estão os recursos próprios, os de terceiros, que podem ser ou não onerosos, e os mistos que ocorrem através de parcerias.

As fontes de recursos de fundo perdido são aquelas que se referem à um financiamento do tipo não reembolsável realizado pelo Governo Federal ou Estadual. A obtenção dos recursos ocorre através da identificação de programas de financiamento e de suas respectivas regras pelo município. As citadas regras de contratação são responsáveis por definirem as necessidades e demandas de projeto, profissionais, execução, prestação de contas, entre outros. Assim, as regras definem aquilo que precisa ser realizado e como deve ser realizado para que o Município obtenha os recursos.

Pode-se constatar que diversas ações que foram propostas no PAI podem contar com recursos de fundo perdido que venham de fontes governamentais, como projetos de urbanização, construção de equipamentos públicos, ampliação e implementação de redes de infraestrutura e outros. Cabe ao município alinhar seus projetos e necessidades às exigências dos programas que existam ou possam vir a existir nos anos de vigência do Plano Diretor e requerer o investimento. Tal alinhamento deve alcançado pela constante busca por atualizações, fortalecimentos das relações externas e atenção constante dos técnicos da prefeitura às possibilidades que possam vir a surgir.

Para viabilizar os projetos deve-se ter em mente também que os recursos de fundo perdido, por não possuírem ônus da dívida pública para o Município, geralmente requer uma contrapartida por parte do município, que pode ser realizada através de terrenos, contratações de execução, funcionários, ou, ainda, como parte do investimento. Assim, cabe ao município ter um acervo de oportunidades para estas contrapartidas, como um banco de terras públicas.

No caso da fonte de recursos próprios, por sua vez, pode ser utilizada quando se percebe a capacidade de investimento através de recursos próprios ao longo dos anos, o que não ocorre no Município de Campo do Tenente.

Além disso, outra via de fonte de recursos são os empréstimos e financiamentos. Este recurso deve ser utilizado apenas quando os investimentos a

fundo perdido ou através de recursos próprios não são possíveis, pois este tipo de aquisição de recursos gera juros e dívidas de pagamento, que comprometem o equilíbrio financeiro municipal.

Os recursos desta modalidade dependem da capacidade de endividamento do Município. O financiamento é pago mensalmente em parcelas que somadas geram acréscimo no valor total.

A capacidade de endividamento dos municípios pode ser verificada através da aplicação da Resolução nº 40/2001, do Senado Federal, que indica que o saldo total da dívida consolidada líquida não deve ser superior a 1,2 vezes a sua Receita Corrente Líquida – RCL.

O cálculo da capacidade de endividamento de Campo do Tenente está exposto na TABELA 8.3.

TABELA 8.3 – CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO DE CAMPO DO TENENTE REFERENTE ÀS PROJEÇÕES DE RECEITAS PARA O ANO BASE 2022

Variáveis Referentes ao Ano de 2022	Valores
Receita Corrente Líquida (RCL)	R\$ 36.002.000,00
Valor Máximo Permitido para o Saldo da Dívida Consolidada	R\$ 43.202.400,00
Dívida Consolidada Líquida	R\$ 3.486.324,00
Capacidade de Endividamento	R\$ 39.716.076,00
Montante Total Necessário para Execução do Plano de Ação do Plano Diretor	R\$ 5.300.000,00

Fonte: FUPEF (2022).

No município a capacidade de endividamento é quase oito vezes maior que as ações previstas no PAI, resultante da boa liquidez que possui no pagamento da dívida consolidada.

Por sua vez, a capacidade de pagamento que o município possui é indicada pela comparação entre os valores das parcelas a serem pagas anualmente e as Metas Fiscais de Superávit Primário que ocorram ao longo dos anos de exercício. Deve ser levado em consideração, no entanto, que nem sempre o Município de Campo do Tenente vem apresentando tal superávit e que o não pagamento das dívidas de financiamento, assim como o endividamento para os anos seguintes pode afetar diretamente a liquidez orçamentária municipal, o seu índice FIRJAN e

a capacidade do município de atrair investimentos externos, assim como de ser aceito para financiamentos.

Assim como ocorre com as fontes de fundo perdido, na maioria destes empréstimos é necessária uma contrapartida do município, e tal contrapartida deve também ser considerada no PPA, LDO e LDA que serão realizados com recursos próprios. Além disso, o município deve considerar as regras e necessidades para contratação dos empréstimos.

Finalmente, outra possibilidade de fonte de recurso são as parcerias público-privadas ou intergovernamentais. Nesta modalidade os dois lados realizam investimentos e ações através de recursos materiais, humanos e/ou financeiros e ambos os lados possuem benefícios ao final das ações. Neste caso, a parceria conta com contrapartidas de ambos os lados.

9 CONSIDERAÇÕES

A partir das demandas identificadas para a Revisão do Plano Diretor de Campo do Tenente, para orientar o desenvolvimento do município nos próximos 10 anos, foram definidos 6 eixos que contemplam as mais de 40 ações propostas: **(i) reestruturação territorial; (ii) desenvolvimento sustentável; (iii) habitação; (iv) infraestrutura; (v) equipamentos e serviços públicos; (vi) reestruturação administrativa.**

A nova proposta de reordenamento territorial do município, levou em consideração os seguintes aspectos: (i) redefinição do perímetro urbano; (ii) redefinição do uso e ocupação do solo municipal; (iii) redefinição do uso e ocupação do solo urbano; (iv) estruturação da mobilidade e sistema viário urbano e municipal; (v) revisão dos parâmetros de parcelamento do solo urbano.

A expansão do perímetro urbana se deu para além do perímetro urbano atual, em função das tendências de ocupação e sobretudo no que tange as deficiências de uso e ocupação do solo e, especificamente, das ocupações e loteamentos irregulares identificados.

Dentre os instrumentos urbanísticos, que serão utilizados como ferramentas e estratégias de implementação das diretrizes, ordenamento territorial e política urbana no Município de Campo do Tenente, têm-se proposto os seguintes: (i) zona especial de interesse social; (ii) estudo de impacto de vizinhança e estudo de impacto ambiental.

As diretrizes e ações propostas, apresentadas neste documento, foram elaboradas a partir de uma série de discussões, levantamentos de dados, reuniões e alterações conjuntas entre as equipes técnicas, e darão suporte para a elaboração do Plano de Ação e Investimentos (PAI), direcionando as ações em curto, médio e longo prazo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 11 jul. 2001. Seção 1, p. 1.

BRASIL. **Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, 4 de maio de 2000.

BRASIL. **Guia para elaboração e revisão de planos diretores**. Brasília, 2019.

CAPACIDADES. **Outorga Onerosa do Direito de Construir**: Caderno Técnico de Regulamentação e Implementação Brasília: Ministério das Cidades, 2012. 1 vol. Coleção Cadernos Técnicos de Regulamentação e Implementação de Instrumentos do Estatuto da Cidade. 68p. Disponível em: <<https://www.capacidades.gov.br/biblioteca/detalhar/id/267/titulo/outorga-onerosa-do-direito-de-construir>>. Acesso em out. 2022.

CAMPO DO TENENTE. **Lei nº 748/2011**. Aprova o Plano Diretor Municipal de Campo do Tenente e dá outras providências. Campo do Tenente, 19 dez. 2011a.

CAMPO DO TENENTE. **Portal da Transparência**. LDO, LDA, PPA. Disponível em: <<http://177.152.56.126:7474/transparencia/contasReceita>>. Acesso em mai. 2022.

CARDOSO, P. D.; CAMPOS, V. B. Metodologia para planejamento de um de sistema ciclovitário. **Transportes**, v. 24, n.4, 2014.

FONSECA, F. L. **Os calçadões e sua importância para a qualidade urbana na área central de Juiz de Fora**. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

IFGF. **Índice FIRJAN de Gestão Fiscal**. 2021. Disponível em: <www.firjan.com.br>. Acesso em: abr. 2022.

MATIAS-PEREIRA, J. **Finanças Públicas: A Política Orçamentária no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2010.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Programa Nacional de Educação Fiscal**. Disponível em: <http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/path/Contribution%20Folders/educacaofiscal/MaterialDit%C3%A1tico/CadernosDid%C3%A1ticosdoPNEF/Arquivos/Leituras%20Complementares_Caderno%204.pdf>. Acesso em abr. 2022.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Guia para regulamentação e implementação de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS em Vazios Urbanos**. Brasília: Ministério das Cidades, dez. 2009.

OLIVEIRA, P. H. **Finanças Públicas 2015**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFMG. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/1599/50.Financas%20Publicas%20-%20SERVI%C3%87OS%20P%C3%9ABLICOS%20-%20IFMG.pdf>>. Acesso em abr. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Tradução de Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil. Rio de Janeiro: Nações Unidas Brasil, 2015.

PARANÁ. **Lei nº 8.935, de 7 de março de 1989**. Dispõe sobre requisitos mínimos para as águas provenientes de bacias mananciais destinadas a abastecimento público e adota outras providências. Curitiba, 07 mar. 1989.

PARANÁ. Decreto nº 10.499 de 14 de março de 2022. Regulamenta o ordenamento territorial das áreas de mananciais de abastecimento público situadas na Região Metropolitana de Curitiba. **Diário Oficial do Paraná**, n. 11135, p. 3, 14 mar. 2022.

RATTON, E.; WAYDZIK, F. A.; MACHADO, V. Manual de normalização de relatórios técnicos e/ou científicos: de acordo com as Normas da ABNT. Curitiba: ITTI/UFPR, 2019.

TISCHER, V. Validação de sistema de parâmetros técnicos de mobilidade urbana aplicados para sistema cicloviário. **Urbe (Revista Brasileira de Gestão Urbana)**, v. 9, n. 3, pp. 587-604, 2017.

VERSA URB. **Versa Urbanismo**. Disponível em: <<https://www.versa-urb.com/>>. Acesso em: jun. 2022.